



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS
FRONTEIRIÇOS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO
GROSSO DO SUL- CÂMPUS DO
PANTANAL**



JORLANDA SARAIVA NOGUEIRA COUTINHO

**A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI, OS GUATÓ E
AS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS.**

CORUMBÁ/MS

2017

JORLANDA SARAIVA NOGUEIRA COUTINHO

**A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI, OS GUATÓ E
AS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Câmpus do Pantanal, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Ocupação e Identidades Fronteiriças.

ORIENTADOR (A): Dr. PAULO MARCOS ESSELIN

CORUMBÁ/MS

2017

JORLANDA SARAIVA NOGUEIRA COUTINHO

**A GUERRA DA TRIPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI, OS GUATÓ E
AS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Câmpus do Pantanal, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Jorlanda Saraiva Nogueira Coutinho

Aprovada em Corumbá/MS 11 de setembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Dr. Paulo Marcos Esselin

(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Câmpus de Aquidauana)

Dra. Antônio Firmino de Oliveira Neto

(Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ Câmpus do Pantanal)

Dr.^a. Carlos Martins Júnior

(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Câmpus de Aquidauana)

Dra. Vera Lúcia Vargas

(Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ Câmpus de Aquidauana)

RESUMO

O desenvolvimento dessa pesquisa vem do desejo de contribuir para o avanço dos estudos sobre a ocupação da fronteira oeste do Brasil. Compreender o papel que os Guató desempenharam na efetiva ocupação do território fronteiriço com o Paraguai, tendo como delimitação temporal período da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. A dissertação está estruturada em três partes, primeira se busca analisar os antecedentes deste conflito armado na região, entender suas motivações e as políticas fronteiriças entre Brasil e Paraguai. O segundo capítulo busca traçar um panorama sobre os Guató, suas relações com as políticas de aldeamento imperiais e sua participação na guerra. O capítulo final vem no sentido de compreender os impactos das relações fronteiriças entre os Guató e os não-índios, suas apropriações e ressignificações culturais. A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho foi a pesquisa em documentos do Arquivo Público de Cuiabá- APMT e a leitura de obras e relatos de viajantes e cronistas que tiveram contato com os Guató nesse período da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

Palavras-chave: Guerra, Guató, fronteira.

RESUMEN

El desarrollo de esta investigación viene del deseo de contribuir al avance de los estudios sobre la ocupación de la frontera oeste de Brasil. Comprender el papel que los Guató desempeñaron en la efectiva ocupación del territorio fronterizo con Paraguay, teniendo como delimitación temporal período de la Guerra de la Triple Alianza contra Paraguay. La disertación está estructurada en tres partes, primero se busca analizar los antecedentes de este conflicto armado en la región, entender sus motivaciones y las políticas fronterizas entre Brasil y Paraguay. El segundo capítulo busca trazar un panorama sobre los Guató, sus relaciones con las políticas de aldea imperiales y su participación en la guerra. El capítulo final viene en el sentido de comprender los impactos de las relaciones fronterizas entre los Guató y los no indios, sus apropiaciones y resignificaciones culturales. La metodología utilizada para el desarrollo de este trabajo fue la investigación en documentos del Archivo Público de Cuiabá- APMT y la lectura de obras y relatos de viajeros y cronistas que tuvieron contacto con los Guató en ese período de la Guerra de la Triple Alianza contra Paraguay.

Palabras clave: Guerra, Guató, frontera.

Dedico este trabalho à minha mais bela fonte de
inspiração e amor, meu pequeno Henrique.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para a construção desse trabalho e a elas quero expressar minha profunda gratidão.

Em particular ao meu grande companheiro e marido, Fernando, pelo carinho e motivação diária.

Aos meus pais, Jânio e Suêrda, que sempre cultivaram em mim o valor da educação, me preparando para o mundo e responsáveis pelo que sou hoje.

À minha Tia Naninha que desde a minha tenra infância incutiu-me o gosto pela leitura e por sua disposição contínua em ajudar na minha trajetória.

Ao meu orientador Prof. Dr. Paulo Marcos Esselin que desde o início acreditou em mim e orientou-me da forma mais completa, sendo solícito em todas as minhas demandas.

Às queridas professoras Dr^{as} Vera Lúcia Ferreira Vargas e Iara Quelho Castro, que deram grandes contribuições para o desenvolvimento dessa pesquisa e sempre dispostas a ajudar.

Aos meus colegas de turma e professores por todos os debates e aulas do Mestrado em Estudos Fronteiriços, por cada contribuição, ideias expostas e diálogos.

À amiga e agora historiadora Luara pelos empréstimos de livros e boas discussões sobre o andamento dessa pesquisa.

Ao Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) por todo o suporte e organização que oferecem aos visitantes e pesquisadores.

E finalmente e não menos importante à Deus, gratidão apenas a todas as conquistas e vitórias obtidas ao longo da vida.

SUMÁRIO

Introdução.....	09
Capítulo 1 - A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e o jogo de fronteiras	
1.1 O conflito.....	15
A derrota de Rosas na Batalha de Monte Caseros- O fortalecimento do Brasil na Bacia Platina	21
O Império, o Paraguai e o Uruguai - As Novas Relações platinas - A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.....	23
O Uruguai, um fator de desequilíbrio na região platina.....	27
A reação paraguaia e a invasão de Mato Grosso.....	32
1.2 A Guerra e os seus impactos na população local.....	36
1.3 Novas fronteiras definidas.....	40
Questões conceituais – fronteira e território.....	48
Capítulo 2 - Guató e o cotidiano bélico	
2.1 Povos Canoeiros no Pantanal.....	51
2.2 Indígenas e a participação na guerra.....	59
2.3 Guató e os aldeamentos.....	65
Capítulo 3 - Fronteiras e Identidade	
3.1 Relações de pertencimento dos Guató.....	72
3.2 Guató e o contexto fronteiriço.....	76
3.3 Questões culturais.....	83
Considerações Finais.....	93
Fontes.....	96
Referências Bibliográficas.....	97

INTRODUÇÃO

A historiografia tradicional tem tratado ao longo do tempo a rica e complexa cultura indígena com profundo descaso. Desde o início da colonização interpretamos a História do Brasil a partir do ponto de vista das classes dominantes, o que colaborou para que não fossem levados em consideração os aspectos culturais, políticos e sociais que os povos indígenas nos legaram.

Para que possamos ter uma melhor compreensão do nosso passado é necessário que tenhamos de abrir mão dessa visão eurocêntrica da análise histórica, tão peculiar em nossa formação. Assim podemos compreender melhor nossa cultura e manter viva a memória e história dos Guató, que por suas próprias características não tiveram como base uma história escrita, mas sim fundamentada em oralidades. O respeito a esses povos, a toda sua história e diversidade é fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática, portanto estudar as suas histórias e influências em nossa cultura é primordial.

O desenvolvimento de uma pesquisa que envolva a temática indígena se faz necessária na medida em que precisamos ter uma melhor compreensão do transcurso do contato de povos indígenas com os não – índios. E esse transcurso tem bastante lacunas em termos históricos e culturais dos povos indígenas e suas relações com os não – índios ao longo da história, como já apontou CUNHA, 1992.

A comunidade acadêmica vem aos poucos começando a fazer consideráveis contribuições sobre a temática da história indígena. Para MONTEIRO, 1994 alguns desafios estão lançados à Nova História Indígena no Brasil:

“Por um lado cabe ao historiador recuperar o papel histórico de atores nativos na formação das sociedades e culturas do continente, revertendo o quadro hoje prevalente, marcado pela omissão ou na melhor das hipóteses, por uma visão simpática aos índios, mas que os enquadra como vítimas de poderosos processos externos à sua realidade. [...] Por outro, e muito mais complexo, faz-se necessário repensar o significado da história a partir da experiência e da memória de populações que não registraram – ou registraram muito pouco- seu passado através da escrita” (MONTEIRO, 1994, p.227).

Essa pesquisa vem então no fluxo da Nova História Indígena, contribuindo para ampliar discussões sobre o tema. Os povos indígenas desempenharam e desempenham papel ativo em sua história e sociedade, e é dessa forma que devemos analisar sua trajetória.

A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai até hoje é o maior, o mais longo e destrutivo evento bélico na América do Sul. Um conflito que envolveu Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e teve duração de quase seis anos, arrasando as populações locais e as envolvendo direta e indiretamente no conflito. Não foram somente as forças armadas do Império as responsáveis pela vitória brasileira na Guerra. Na sua maioria as tropas do exército imperial eram formadas por soldados que vinham das classes mais baixas, constituindo uma verdadeira escória, sendo indivíduos sentenciados e indultados, escravos libertos e homens vadios. Entre as minorias envolvidas no esforço de guerra não podemos esquecer as populações indígenas¹, sobretudo os Guató que se constituem como o objeto dessa pesquisa.

Esses índios viviam nos rios São Lourenço e Paraguai, região fronteira com o Paraguai. Com a eclosão do conflito, os índios acabaram se envolvendo e é esse envolvimento que é a temática central dessa pesquisa. De que forma o cotidiano desses índios foram alterados, e como isso afetou suas práticas culturais e simbólicas. De que maneira as fronteiras brasileiras na região foram se estabelecendo e definindo em favor do território nacional, e como esses índios lidaram com tais mudanças.

Ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa foi analisado o índio com um papel de agente histórico ativo em um contexto de contatos interétnicos ou interculturais que tiveram seu início com o advento da colonização. Ao se analisar esse tipo de agente social com uma postura ativa é quebrado alguns paradigmas historiográficos, onde o índio não teria oferecido uma resistência ao contato intenso com não-índios. Muitas vezes essa resistência ocorria de uma maneira camuflada, oculta, adaptativa ou até mesmo armada, e foi ela que garantiu a sobrevivência de muitas etnias. É importante então lembrarmos que:

“Não há, portanto, uma ‘história dos vencidos’, já que ‘vencedores’ em determinados aspectos culturais, assinalados por povos conquistadores, podem se apresentar também como ‘vencidos’ em outros” (FERREIRA NETO, 1997, p.325).

Dessa maneira ao analisarmos a história sob a ótica da Nova História Indígena podemos ter um olhar diferenciado em relação a leitura e compreensão dos documentos,

¹ Como já demonstrou os trabalhos de Vargas, 2003

já que a grande maioria das fontes escritas que temos sobre os povos indígenas são feitas a partir de uma cultura externa.

O objetivo central dessa pesquisa foi baseado na busca de uma compreensão acerca do povo Guató e suas relações de contato com os não –índios, principalmente no período evidenciado que é a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

Para a elaboração dessa dissertação foi necessária uma análise de um material escrito diverso e amplo sobre a temática envolvida. Foi realizado um levantamento bibliográfico capaz de fornecer um suporte teórico considerável entre os quais podem ser consultados nas referências bibliográficas ao fim deste trabalho.

Mereceu tratamento a documentação relativa aos Guató existente no Arquivo Público do Mato Grosso (APMT), onde a partir de minha ida e pesquisa em documentações² pude traçar um panorama de informações sobre os Guató, seus costumes, hábitos, comportamentos e culturas.

Foi de extrema relevância também os escritos e relatos de viajantes como SCHMIDT, MONOYER e KOLOWSKY que observaram esses índios no decorrer de suas viagens.

O primeiro capítulo trata da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai de seus antecedentes e eclosão, quais as motivações afinal que levaram quatro importantes países da América Latina a se envolverem em um conflito de grande proporção. Analisamos o que motivou em especial o Império Brasileiro a participar nesse conflito bélico de forma intensa e duradoura, acarretando assim enormes e sacrifícios à sua população. Em outra parte do capítulo é abordado os impactos que a guerra e a sua logística causou nas populações locais, inclusive as indígenas, sobretudo os Guató. As dificuldades e adversidades impostas as populações que tiveram que fugir dos distritos invadidos e ocupados pelas tropas paraguaias no Mato Grosso. Abordando também sobre os meios de sobrevivência encontrados e às alternativas utilizadas por essas pessoas em uma extrema situação de vulnerabilidade. E encerrando o primeiro capítulo temos uma análise sobre os territórios litigiosos entre Brasil e Paraguai e o processo que esses países tiveram em chegar a um acordo quanto as suas fronteiras. Há também uma discussão conceitual sobre as fronteiras, as suas diversas tipologias que em que podem se apresentar e principais características. Dessa forma fica mais claro analisar a política

² A documentação no APMT encontra-se relativamente bem conservada e catalogada, apesar de nem todas as caixas com documentações e relatórios estarem microfilmados. A grande parte dos documentos que tive acesso tiveram de ser manuscritos por mim para que eu pudesse estudá-los com mais propriedade.

de fronteiras do Brasil imperial, tendo em vista que um bom entendimento sobre a temática é necessário. Compreendendo assim o tipo de fronteira que tínhamos nesse período e como esses limites territoriais ficaram no pós-Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

No segundo capítulo intitulado de “Guató e o cotidiano bélico” trata sobre o povo Guató e suas relações entre fronteiras em um período de conflito armado na região. Os Guató, esse povo canoeiro, um dos últimos com essa característica aquática, viviam grande parte das suas vidas sobre o leito dos rios. Exímios caçadores e pescadores tiravam sua subsistência dessas atividades e em alguns momentos de pequenas lavouras as margens dos rios em que habitavam. Localizados nos leitos dos rios São Lourenço e Paraguai, também ocuparam regiões como as Lagoas Gaíba, Uberaba e a Ilha Ínsua. O que os diferencia dos demais índios da região é o modo de como se constituem em sociedade, pois não se reúnem em grandes grupos populacionais e sim na forma de famílias nucleares. Eles mantinham contato entre si, mas não conviviam cotidianamente com todos os membros da etnia, limitando-se muitas vezes ao seu núcleo familiar direto.

Além da diversidade cultural dos Guató, o capítulo trata das possíveis alianças que os mesmos fizeram como estratégia de sobrevivência na situação em que se encontravam. Através de documentos ou até mesmo a ausência deles³ podemos problematizar esse assunto.

Outra característica dos Guató abordada neste capítulo é a sua relação com os aldeamentos, a principal política imperial em relação aos povos indígenas. Aldeamentos esses que eram vistos pelo governo como a única política indígena eficaz para integrá-los a sociedade, já que a valorização e reconhecimento de suas culturas e tradições não era visto e tido como uma linha de atuação política interessante para o poder público. Afinal para a política indigenista imperial na época era preciso integrar esses povos indígenas à sociedade nacional, assim cada vez mais contribuía-se para a aniquilação e extermínio cultural dos mesmos, no seu modo de pensar.

O último capítulo traz a discussão sobre fronteiras, identidades e cultura. Uma análise sobre os Guató e o sentimento de pertencimento, o olhar que se tem sobre o “outro”, o “estranho” e o “diferente”. Perceber de que forma os Guató se identificavam e se diferenciavam em relação ao outro, como eles mantinham suas relações sociais com

³ A grande parte da documentação dos Guató a qual tive acesso pode ser encontrada no APMT. Ver nas Fontes no fim deste trabalho.

o não- índio e também com outros povos indígenas como os Guaicurus. As noções de identidade também são percebidas através de alguns discursos de Guató⁴. Assim buscou-se compreender de que maneira eles se percebiam e se identificavam em relação ao que era exterior à suas práticas culturais. Procurando analisar as questões culturais dos Guató e como elas foram sendo ressignificadas de acordo com os contatos e práticas culturais diversas.

Os Guató são um povo indígena situado atualmente no estado do Mato Grosso do Sul, na região pantaneira próximo aos limites fronteiriços com Bolívia e Paraguai, porém em momentos anteriores não era dessa forma que se definia sua localização. Antes dos contatos com os não- índios eles eram apenas os Guató, povos canoieiros do Pantanal. Mas o avanço da colonização europeia os envolveu em outros modos e meios, e assim muita coisa teve que ser assimilada, compreendida e ressignificada por ambas as partes.

Ao longo da minha pesquisa busquei utilizar estudos sobre História e Etnia para embasar e aprofundar as discussões requeridas pelo trabalho. Percebendo então as diferenças culturais dos mais variados povos de uma maneira contributiva para a sociedade humana e não com um caráter comparativo, de modo que nenhuma cultura seja vista ou tida como superior ou inferior a outra, independentemente de suas características.

Um das fontes etnohistóricas são os documentos que foram escritos por pessoas de cultura diferenciada daquela na qual se referem. Assim a etnohistória combina conhecimentos de diversas áreas como arqueológicos, antropológicos e históricos. O etnohistoriador então deve ter habilidade para conseguir lidar com esses diversos campos de conhecimento de forma integrada e conectadas.

“O etnohistoriador é, portanto, um historiador das sociedades não ocidentais. Devido à natureza de seu trabalho, ele deve combinar métodos próprios das disciplinas históricas, antropológicas, incluindo a arqueologia. Somente dessa forma poderá reconstruir o passado daquelas culturas que entraram no mundo ocidental durante a época em que os europeus se lançaram ao descobrimento e a colonização de outros continentes” (GALDAMES, 2004, p.1)

Para que seja possível compreender a vida dos povos indígenas é necessário contar com o relato de cronistas, viajantes e missionários, principalmente partindo do

⁴ Fala de Dona Negrinha em suas inúmeras entrevistas, e uma delas presente no trabalho de OLIVEIRA, 2002.

século XVI em diante. Essa maneira também se estende para um bom entendimento da situação cultural dessas sociedades e das mudanças advindas através dos contatos entre culturas diferentes.

Atualmente os estudos nessa área em sua grande maioria tem um viés mais antropológico, de observação e até mesmo um tanto quanto descritivo. Por algum tempo existia uma noção errônea de que existiam diferentes raças humanas. Era a partir desta noção, dita científica na época, que se baseavam tantos preceitos e conseqüentemente preconceitos sociais como ideias de inferioridade e superioridade. Estudiosos do século XIX e até meados do XX ainda tinham concepções culturais diferenciadas de acordo com ideias de raças humanas⁵. Concepções essas que através de um determinado grau de desenvolvimento avaliado segundo seus parâmetros serviriam para definir a superioridade ou inferioridade de uma sociedade.

O grupo étnico, no lugar da raça, surgiu por fim como elemento definidor de identidade dos grupos humanos, dando conta assim das aglutinações culturais historicamente verificáveis entre os seres, cujas razões e dinâmicas extrapolam a concentração de melanina. Dessa forma permitimos a percepção do homem na sua diversidade como um animal essencialmente cultural (FERREIRA NETO, 1997).

A utilização da palavra raça para descrever um outro grupo humano certamente hoje não é mais aceita, pois o que existe são diferenças nas relações sociais, culturais e nas formas em que se relacionam com o mundo e a natureza, caracterizado por diferentes grupos étnicos. Dessa maneira ao estudarmos o outro, é também uma forma de nos compreendermos melhor. Pois a real compreensão que temos de nós mesmos é conseguir enxergar a humanidade e a semelhança no outrem. E esse olhar sobre o outro, esse reconhecimento no nosso próximo, certamente é uma das dificuldades até hoje que nossa humanidade enfrenta. Ver semelhança nos outros povos, conseguir enxergar além das diferenças que certamente existem.

⁵ No Brasil um dos pioneiros nesse estudo científico foi o médico Raimundo Nina Rodrigues que se dedicou ao desenvolvimento de estudos e teorias sobre as raças e suas patologias associadas. Ele considerava algumas raças inferiores a outras e era contra a mestiçagem. Considerava a raça negra inferior à raça branca e nociva como elemento étnico na formação do povo brasileiro (NEVES, 2008).

Capítulo 1- A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e o jogo de fronteiras

1.1 O conflito

O Império Brasileiro possuía características muito próprias que o diferenciava dos seus vizinhos na América do Sul. Rodeado por várias pequenas repúblicas independentes, o Brasil se via um gigante em busca de uma afirmação de liderança (MENEZES, 1998).

Dessas diferenças destacam-se o idioma, era o único país a falar português; quanto as formas de organização do Estado, mantinham a monarquia, ficando assim rodeado por repúblicas de origem hispânica. Manteve a escravidão negra em todo o seu extenso território até 1888, enquanto os seus vizinhos começaram a libertar os seus a partir de 1810.

Ao iniciar esse conflituoso processo de independência na América Platina, estavam presentes na região duas entidades políticas: o Brasil de D. João VI e o Vice-Reino espanhol do Rio da Prata, que correspondia atualmente aos territórios de Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Ao concluir-se o processo, Bolívia, Paraguai e Uruguai emergiram como estados independentes, enquanto as demais províncias do antigo Vice-Reinado formavam uma instável Confederação Argentina. O Brasil independente conseguiu manter o território da época colonial (QUEIROZ, 1993).

A elite política e econômica de Buenos Aires, que pôs fim a supremacia colonial espanhola, defendia a reconstituição do território do antigo Vice-Reinado do Prata, eram os chamados unitários, que pretendiam formar um único país e conservar o monopólio do comércio sobre o rio da Prata. Acreditavam que em um território maior poderiam conter a influência econômica do Império Brasileiro no espaço platino. Advogavam também, o atrelamento ao Império Britânico e dessa forma organizar a nova república independente como fornecedora de matéria prima à indústria inglesa e consumidora dos seus manufaturados.

Em oposição aos unitaristas estavam os federalistas que apregoavam para as novas repúblicas um desenvolvimento autônomo com a adoção de medidas que protegessem a produção artesanal platina frente a um impacto da manufatura inglesa (ESSELIN, 2011).

Os projetos das elites de Buenos Aires começam a fracassar a partir do momento que o Paraguai promoveu a sua independência política da Espanha e se recusou a se juntar aos propósitos das autoridades bonaerenses.

Em maio de 1810 a população de Buenos Aires depôs o vice-rei Baltasar Hidalgo de Cisneros e constituiu uma junta provisória governativa, a Primeira Junta, que imediatamente convocaram uma assembleia para discutir os rumos da região, na ocasião se propuseram imediatamente a obter a adesão das províncias que constituíam o Vice-Reinado do Prata, para a formação de um governo provisório (CARDOZO, 1967). De imediato o governador da província do Paraguai Bernardo de Velasco não reconheceu o novo comando e convocou o próprio congresso, o que desagradou as lideranças de Buenos Aires.

Imediatamente ao tomar conhecimento da decisão das autoridades do Paraguai, Buenos Aires tentou impor seu domínio sobre a Província, primeiro decretou bloqueio naval e em setembro de 1811, enviou uma unidade militar comandada por Manuel Belgrano, para submeter o movimento rebelde e anexar o território a Buenos Aires, sendo a tropa completamente derrotada. Com esse episódio criavam-se as bases para o primeiro conflito entre argentinos e paraguaios (MIRANDA FILHO, 2016), (QUEIROZ, 2014).

A derrota das tropas enviadas ao Paraguai obrigou os portenhos a conviverem com uma república independente dentro de um território que julgavam ser da Federação Argentina.

Ainda no ano de 1811 a Banda Oriental do Rio da Prata, atual Uruguai reivindicava autonomia com relação a Madrid e a Buenos Aires, os uruguaios lutaram pela conquista de sua independência até 1821, quando foram incorporados ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

De 1813 a 1840 tem início no Paraguai a ditadura do doutor José Gaspar Rodriguez de Francia, El Supremo.

Com Francia a frente o Paraguai adota uma política isolacionista, a preocupação maior era a de conservar a república como uma nação independente, e a melhor forma era se manter afastada de Buenos Aires.

“Não lhe restava como alternativa senão enclausurar-se e, na medida do possível, tornar-se auto-suficiente, a fim de manter-se politicamente autônomo. Nesse particular, a geografia favoreceu-o, por também dificultar o acesso ao seu território. E Francia, enquanto viveu, conservou-o imune aos contatos com o exterior, somente permitindo algum intercâmbio com a província de Corrientes e o Império do Brasil. Nas localidades de Pilar e Itapuã, onde trocava, sobretudo, erva-mate por armas e munições” (BANDEIRA,1998, p.79).

Apoiado nas classes proprietárias e arrendatárias e nos membros dos povos indígenas e contra os proprietários crioulos, o novo presidente se afastou também da Grã-Bretanha. A decisão do presidente de conservar isolado sobretudo dos seus vizinhos que se encontravam em intenso conflito interno, obrigou o plenipotenciário a tomar decisões radicais e até mesmo o de proibir o movimento migratório e não aceitando qualquer agenciamento diplomático ou qualquer tipo de relação.

O isolamento do país teve muitos aspectos favoráveis, sobretudo para o seu auto abastecimento, a produção nacional foi priorizada e teve um rápido desenvolvimento, houve um processo de expansão dos monopólios estatais do comércio internacional da erva-mate, do tabaco, da madeira de construção; o exército passou por um processo de organização e as propriedades dos estancieros inimigos da revolução, sobretudo dos espanhóis, foram expropriadas, como também as dos crioulos (descendentes de espanhóis nascidos na América) e da Igreja católica que teve as diversas ordens religiosas expulsas do país. Essas terras foram estatizadas e depois arrendadas aos camponeses a baixo preço, o que rapidamente assegurou a autossuficiência do país, sobretudo nos gêneros de primeira necessidade. Houve o desenvolvimento da indústria manufatureira, especialmente os ramos têxteis, de papel, tintas, de pólvora. Com as exportações da erva mate, algodão, tabaco, couro curtido, propiciou superávits sucessivos nos exercícios orçamentários, o que deu margem a implantação de estaleiros em Assunção e da siderúrgica de Ibicuy, o que permitiu ao Paraguai construir muitos dos seus navios (TEIXEIRA, 2012), (DORATIOTO,2002), (MIRANDA FILHO,2016), (ALVES, 1985). No Paraguai de Francia, “do exterior não penetrava nada, nem gente, nem ideias, nem mercadorias, nem exemplos. Tudo era deliberado e resolvido verbalmente pelo próprio ditador. Não havia atas, nem expedientes administrativos, nem correspondências oficiais” (ALMEIDA,1951, p.182).

O isolamento do Paraguai, afastado das lutas platinas, e com esse modelo interventor de economia permitiu o fortalecimento do Estado. O país progrediu de forma regular e peculiar. Os chacareiros, pequenos e médios camponeses, que receberam terra do Estado constituíam a base política do governo (SILVEIRA, 2009).

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência do Paraguai, os estadistas do império no afã de internacionalizar as águas do rio homônimo, via indispensável de comunicação do litoral brasileiro com Mato Grosso, esforçava em estabelecer relações de amizade com o presidente paraguaio.

Em maio de 1824 o governo paraguaio resolveu admitir em seu território Antônio Manoel Corrêa da Câmara, sargento mor de infantaria e adido ao Forte Coimbra⁶, em Mato Grosso, nomeado cônsul e agente comercial do Império junto ao governo do Paraguai. “Por ato de 20 de outubro de 1826, foi promovido a plenipotenciário e ministro residente na República do Paraguai, e a 27 do mesmo mês galardoado com o título de conselheiro do Estado” (ALMEIDA, 1951, p.179).

Apesar de o Paraguai abrir as portas para um agente brasileiro como afirmado anteriormente não significou o fim dos conflitos entre império e república. O presidente Francia procurou o cônsul brasileiro para queixar se que os índios guaicurus invadiam estâncias e fazendas paraguaias no norte do país na fronteira de Mato Grosso e se apropriavam de equinos e bovinos para vender a fazendeiros instalados em Miranda, Corumbá e Albuquerque e para os soldados do Forte Coimbra, na ocasião o presidente paraguaio pediu ao diplomata brasileiro que pusesse cobro a esses assaltos (ALMEIDA, 1951), (ESSELIN,2011). Francia também encaminhou uma carta ao cônsul brasileiro na qual manifestou as insatisfações que tinha contra o império em relação as fronteiras do império e da república. Segundo ele a divisória entre os dois países deveria extremar pelo rio Branco, que desagua pouco acima do Forte Olimpo na banda oriental e pelo rio Jauru, que como tal havia sido sempre reconhecido. Opinava ainda que, em consequência, os estabelecimentos de Corumbá e Albuquerque deviam de justiça ser evacuados, pois esses lugares de nenhum modo, nem por nenhum título, pertenciam ao Brasil, e o Paraguai necessitava da navegação de seu rio até essas alturas, para poder comercializar com a província de Santa Cruz de la Sierra (PORTO, 1937).

O cônsul brasileiro Correa da Câmara, prometeu ao presidente paraguaio solucionar os problemas que envolviam império e república, não tendo, no entanto, conseguido sequer colocar esses reclamos na pauta de discussões do império, foi por isso impedido de retornar ao Paraguai pelas autoridades daquele país.

No ano de 1840 depois de vinte sete anos à frente do executivo no Paraguai morreu o Dr. José Gaspar de Francia sem deixar sucessor, seu posto foi ocupado por Carlos Antônio Lopez. O novo presidente, iniciou um processo de aproximação com as demais nações platinas. Manifestava desejo de integrar o Paraguai a vida internacional, de que até então se mantinha completamente afastado.

⁶ O Forte foi fundado em 13 de setembro de 1775, localizado na margem direita do Rio Paraguai. Atualmente é um distrito pertencente ao município de Corumbá, no Mato Grosso do Sul.

Carlos Antônio Lopez governou o Paraguai entre 1840 – 1862, para Francisco Doratioto, o Paraguai enfrentava grande dificuldade para ampliar contatos no exterior como também para modernizar o país. Juan Manuel de Rosas, o ditador argentino e presidente da Confederação Argentina se recusava a reconhecer a independência daquele país e dificultava seu comércio com o exterior, ao controlar a navegação do rio Paraná (DORATIOTO, 2002). As dificuldades eram de tal ordem que em 19 de março de 1850, a junta de representantes de Buenos Aires deliberou que: Rosas poderia dispor sem limite algum de todos os fundos, rendas e recursos de todo gênero da província de Buenos Aires até que fosse possível a reincorporação da Província do Paraguai à Confederação Argentina (YNSFRÁN,1988). Ainda com os mesmos propósitos para intervir na guerra civil uruguaia (1838-51) em apoio aos Blancos, contra os Colorados. No início da década de cinquenta do século XIX, Rosas se via desimpedido para cumprir seu antigo propósito, considerava o Paraguai como parte integrante do território argentino (CARDOZO,1967).

Segundo Pomer, havia uma expressiva rivalidade mercantil entre Buenos Aires e Montevideú, “[...]cada uma sede de uma burguesia de mercadores ansiosos de reservar para si a hegemonia comercial no Prata e nas terras interiores. O negócio consistia em importar produtos manufaturados, bebidas de alta qualidade e tudo aquilo que a área platense não produzia e levar até os povoados do interior, até mesmo os mais distantes dos portos” (POMER, 1983, p.104).

Essa postura agressiva de Rosas no Prata, não era bem vista pelo Brasil, diante dessa pressão exercida pelo ditador argentino, Carlos Antônio Lopes selou aliança defensiva e de mútuo apoio com o Brasil, e contra a confederação argentina, dessa aproximação entre república e império resultaram inúmeros acordos. Desses podemos destacar a construção da famosa fortaleza de Humaitá, a *Sebastopol* guarani, idealizada para impedir uma possível invasão dos exércitos de Rosas a Assunção. O império enviou ao país vizinho técnicos e oficiais para contribuírem com o melhoramento das fortificações e do exército paraguaio, como também comprometeu o Paraguai na ocasião a coajudar o imperador do Brasil a manter a independência do Uruguai.

Apesar da aproximação dos dois países para enfrentar Rosas a discórdia sombreava a relação entre eles alimentadas pelas questões de limites e também pela hegemonia da navegação do rio Paraguai (GOMES, 1965). O Brasil seguia apoderando de territórios que estavam sob litígio, em 29 de junho de 1850 o governador da província, João José da Costa Pimentel, mandava ocupar, por um contingente de 25

homens, o Fecho dos Morros, no atual Mato Grosso do Sul. A 14 de outubro do mesmo ano era essa força desalojada por tropas paraguaias, depois de uma rápida escaramuça (GOMES, 1965), (ESSELIN, 2011), (VASCONCELLOS,1978).

A derrota de Rosas na Batalha de Monte Caseros- O fortalecimento do Brasil na Bacia Platina.

O presidente da Confederação Argentina, tomou uma série de medidas tentando acelerar o processo de unificação da Argentina. Primeiro tentou estabelecer a hegemonia portenha sobre as províncias de Entre Rios e Corrientes, como governador de Buenos Aires, aos poucos foi abandonando os princípios federalistas, moldando o Estado nacional com base nos privilégios portuários de Buenos Aires e nos interesses do comércio internacional angariando com isso a oposição dos caudilhos que governavam as províncias citadas, não reconhecia a independência paraguaia e dificultava seu comércio exterior ao controlar a navegação no rio Paraná. Ambicionava a reunificação do vice reinado do Prata e com isso planejava anexar o Paraguai e o Uruguai.

O império era contrário as pretensões de Buenos Aires, não lhe interessava uma fronteira tão extensa com aquele país, tratava-se de uma república expansionista centralizada sob Buenos Aires, e ainda porque a independência paraguaia representaria rude golpe para as exportações das provincias meridionais do Brasil. A Argentina era grande compradora do mate produzido em território nacional, que era o principal item de exportação paraguaio. Se o Paraguai passasse a integrar a Confederação, os seus produtos entrariam no mercado argentino como nacionais e as exportações brasileiras diminuiriam (TORAL, 2001). Doratioto destaca também, que a existência desses dois estados, Paraguai e Uruguai, era a garantia de que os rios platinos não seriam nacionalizados pela argentina, fato que seria uma ameaça à sua livre navegação.

O presidente Rosas, tinha a oposição do Império, do Paraguai e do Uruguai, além de muitas das províncias que faziam parte da Confederação Argentina, a França e a Inglaterra, que se sentiam prejudicados com a política por ele adotada que fechava os rios da bacia Platina ao comércio internacional e intermediava as negociações comerciais que obrigatoriamente cruzavam pelo porto de Buenos Aires. Entre os anos de 1846 e 47, os dois países tentaram abrir a navegação os rios interiores da bacia platina (JARDIM, 2015).

Diante desse quadro as províncias de Entre Rios e Corrientes aliaram-se ao império para derrotar Rosas, que ficará completamente isolado, em 3 de fevereiro de 1852, o ditador argentino sem apoio político e popular foi derrotado quase sem resistência na batalha de Monte Caseros. O governante argentino derrotado asilou-se na Inglaterra onde veio a falecer, anos depois.

Diante da derrota de Rosas, assumiu a presidência da Confederação o General Urquiza, que deu início a abertura internacional dos rios da bacia platina, criando assim as condições para reintegrar o Paraguai no comércio internacional.

A administração Lopista investiu em obras públicas com o objetivo de ampliar a capacidade exportadora de produtos primários, sobretudo, a erva-mate, madeira e tabaco (MIRANDA FILHO, 2016). Mandou construir uma estrada de ferro, a siderurgia de Ibicuy, pólvora e salitre (TEIXEIRA, 2012).

Para Silveira, 2009 é insofismável a superioridade do Paraguai sobre os demais países da América do Sul. Além da expansão das chamadas Estâncias da Pátria, áreas estatais de produção agro pecuária, aconteceu uma notável arrancada industrial, marcada pela construção de uma das primeiras ferrovias da América Latina e a instalação de linhas telegráficas, estaleiros para produção de barcos de carga e de passageiros, fábricas de louça, papel e pólvora. Mas essa não era a única diferença entre a nação paraguaia e seus vizinhos sul-americanos. A educação e a cultura eram objeto das atenções dos governantes. No final da década de cinquenta do século XIX, havia 408 escolas públicas e 16755 alunos e no início da década seguinte o número de escolas saltou para 435 e o número de alunos para 24.524 (CARDOZO,1965).

Ainda durante o período colonial, portugueses e espanhóis travaram duras batalhas pela hegemonia da bacia do rio da prata, após a independência da América espanhola e portuguesa, essa luta continuou na ocasião entre Buenos Aires e Rio de Janeiro, o que marcou profundamente as relações políticas e diplomáticas entre as duas nações.

Com a derrota de Rosas, rompeu o equilíbrio de poder na Bacia Platina, a correlação de forças mudou a favor do Brasil. Com o enfraquecimento das províncias de Corrientes, Entre Rios e Buenos Aires o Império projetou-se sobre aquele território, impondo aos países daquela região um sistema de alianças e de acordos, que visavam não ao equilíbrio de forças, mas a consolidação de sua hegemonia, em substituição a de França e Grã Bretanha (BANDEIRA, 1998,p.104). A prova disso é a tentativa do Império de intervir no Paraguai em 1854 e no Uruguai em 1864.

O Império, o Paraguai e o Uruguai - As Novas Relações platinas - A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai

O Brasil sempre insistiu num tratado de absoluta liberdade e navegação nas águas do Rio Paraguai, mas nem todos os rios brasileiros tinham navegação livre e internacional, mantendo então uma política contraditória ao ter restrições nas navegações do rio Amazonas. Os dirigentes paraguaios até concordavam com essa política brasileira, mas em contrapartida queriam uma definição nos seus limites com um acordo de fronteira que lhes fossem favoráveis. O Paraguai até aceitava uma espécie de tratado, mas em contrapartida advogava fronteiras seguras para si (POMER, 1984). O Paraguai refutava qualquer possibilidade de internacionalizar as águas do rio homônimo, sem que se obtivesse do Brasil um tratado que lhe desse segurança, por outro lado, o Brasil manifestava o firme propósito de internacionalizar as águas do rio Paraguai sem oferecer qualquer segurança a república.

“Do exclusivismo característico do sistema colonial, reclamavam sobretudo o Brasil e a Inglaterra. No caso do primeiro, o fechamento dos rios afetava os seus interesses, pois ameaçava a integridade do seu território uma vez que o Paraguai era a via de comunicação mais rápida com a corte e com o resto do mundo, como também permitia o transporte de mercadorias mais pesadas e volumosas com o conseqüente barateamento do frete, e a possibilidade de estimular a economia local, então completamente estagnada, era uma alternativa para minorar a situação de empobrecimento por que passava a província após ciclo do ouro. Enquanto permanecia fechada a banda meridional, só era possível a vinculação com as demais províncias do Império basicamente através do comércio de caravanas, com todas as dificuldades conhecidas: transpor relevos acidentados, enfrentar a presença hostil de algum remanescente indígena, levar alimentos para atender os animais que compunham a tropa. Eram vias inseguras, verdadeiras trilhas de salteadores. Além disso, o império corria o sério risco de ver a província de Mato Grosso, gravitar economicamente em torno dos círculos comerciais paraguaios, com tendência a se desligar da precária unidade monárquica e se juntar à nova república” (ESSELIN,2011, p.209).

Embora o Paraguai tenha saído momentaneamente vitorioso com a derrota de Rosas, logo passou a enfrentar antigos problemas tanto com o império como também com a Confederação Argentina.

O Brasil exigia do Paraguai a internacionalização das águas do rio homônimo e, através de seus diplomatas e governantes manifestava preocupação com a integridade de seus territórios. Embora o ouro de Cuiabá estivesse exaurido, o livre trânsito era

importante por questões geoestratégicas: facilitava o controle da região em caso de revolta ou invasão e permitia o escoamento da produção local no Prata, que embora ainda modesta poderia no futuro ser ampliada (MIRANDA FILHO, 2016). Torna-se pertinente refletirmos para os interesses sobre o domínio da livre navegação e seus propósitos, pois:

“O controle e uso das vias navegáveis constituíram sempre uma das preocupações das nações expansionistas e colonialistas, nada mudando na fase imperialista. Nas discussões desenroladas durante o Congresso de Viena, em 1815, por exemplo, para recompor os interesses europeus após o expansionismo napoleônico, ficou estabelecido de maneira enfática que era inteiramente livre a navegação dos rios e que nada poderia impedir neles o comércio. Era evidente que tal posição atendia aos interesses do capital industrial inglês” (CORRÊA, 1995, p.25/26).

A partir de 1853 as relações entre o Brasil e o Paraguai voltam a um estado de tensão, se as vias navegáveis eram imprescindíveis para que o distante Mato Grosso fosse inserido ao comércio do centro sul do Brasil, a política agora isolacionista de Lopes se mantinha contrária aos interesses brasileiros.

No ano de 1854, em meio a discussões dos embaixadores dos dois países, o presidente paraguaio acusou o império de invadir territórios em litígio em Mato Grosso⁷. A chancelaria do império reagiu, repudiou as declarações das autoridades paraguaias e defendeu a legitimidade das ocupações. A troca de acusações redundou na expulsão do ministro brasileiro José Felipe Pereira Leal, do território paraguaio (GUIMARÃES,1999), (ESSELIN,2012), (ALMEIDA, 1951).

Para Cardozo, havia outros ingredientes que deixavam a situação muito mais tensa e mostravam muito claramente que o Império procurava após a queda de Rosas, e o enfraquecimento da Confederação Argentina, obter a tão sonhada internacionalização das águas do rio Paraguai.

“Obtenido el reconocimiento de la independencia por la Confederacion Argentina, ya no le interesó al presidente Carlos Antonio Lopez la proteccion del Imperio del Brasil, que tan valiosa le habia sido em la larga lucha contra el tirano Rosas. Buscó entendimientos com el general Urquiza y además se negó a admitir las pretenciones que el Brasil formulo en punto a limites y a libre navegacion. El enviado brasileño, Jose Pereira Leal, propuso que se

⁷ O império edificou a colônia militar de Nioaque, em 1850 a margem do rio Urumbeva, em 1855 a margem do rio Brillhante foi erguido, o forte de São Jose Alegre. Em 1860, foi construída uma nova colônia militar, que recebeu o nome de Miranda, localizada junto a cabeceira do rio homônimo, à margem do seu afluente do lado direito, o córrego Atoleiro. Por último foi criada a Colônia Militar de Dourados, em 1861, à margem direita do primeiro e maior dos três braços que formam o rio Dourados.

estableciera sin condición alguna el libre tránsito a través del río Paraguay para los barcos de su país, tanto mercantes como de guerra, y además que se trajera la línea de fronteras sobre el río Apa. Don Carlos rehusó lo uno y lo otro. Temía que el libre uso del río sirviera al Imperio para completar sus preparativos bélicos em Mato Grosso con vistas al posterior sometimiento militar del Paraguay” (CARDOZO,1967, p.303).

Foi nesse contexto de conflitos sobretudo sobre a abertura da navegação do rio Paraguai e os problemas não resolvidos sobre as questões fronteiriças que ocorreu um novo incidente diplomático.

Em novembro de 1854 o imperador Pedro II e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Antônio Paulino Limpo de Abreu organizaram uma missão cujo objetivo era: exigir satisfações pela expulsão de Pereira Leal, obter a livre navegação do rio Paraguai e resolver as pendências lindeiras entre o império e a república. Comandada por Pedro Ferreira de Oliveira, a expedição imperial rumou ao Paraguai com cerca de 3.000 soldados, trinta navios de guerra que possuíam cento e cinquenta canhões (TEIXEIRA,2012).

No entanto na preparação da missão para invadir o Paraguai os estrategistas do império não levaram em conta o rebaixamento das águas do rio Paraná naquele período do ano, o que inutilizara a esquadra brasileira para qualquer operação de guerra (BANDEIRA,1998). A missão de Pedro Ferreira de Oliveira redundou em verdadeiro fiasco, embora recebido pelo presidente Carlos Antônio Lopez, “o comandante não obteve dele sequer um novo tratado de comércio e navegação” (BANDEIRA,1998). Para Teixeira a missão Pedro Ferreira de Oliveira foi a primeira tentativa brasileira de submeter o Paraguai pelas armas.

A Confederação Argentina sob a presidência de Urquiza manifestava redobrado interesse em reunificar todos os países que fizeram parte do Vice-Reinado do Prata. Em 1857 foi assinado um protocolo reservado entre Paranhos e a Confederação Argentina, estabelecendo entre diversos aspectos que, se o Paraguai não chegasse a um acordo amigável, o Império brasileiro estaria disposto a recorrer a guerra. Estabelecia ainda que a Confederação Argentina deveria aliar-se ao Império brasileiro se a guerra tivesse também o objetivo de pôr fim a questão de limites (CORREA,1999), (POMER,1979).

Durante esse período as relações estavam tão tensas entre o império e a república, que o presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, trasladou o governo de Cuiabá para o Forte Coimbra, de 12 de fevereiro de 1855 até 19 de

outubro de 1856 com toda a tropa disponível, aí permanecendo, na expectativa dos acontecimentos (SOUZA,1965).

O estabelecimento de um quadro de crise na região platina criou condições para que o Império passasse a pressionar o Paraguai. Em dezembro de 1856 o embaixador brasileiro Paranhos, se deslocou a Assunção, sem usar eufemismos afirmou que o Brasil vai utilizar todos os recursos de que dispõe para desobstruir todos os obstáculos a navegação dos rios e conservar livre o tráfico fluvial com a província de Mato Grosso (POMER, 1968).

Sem condições de enfrentar o Império e a Confederação Argentina o Paraguai cede as pressões brasileiras e assinam um Tratado permitindo a navegação dos grandes rios, Paraná, Paraguai e Uruguai, por parte de navios de qualquer bandeira. Segundo Pomer, o ministro W. D. Christie, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de sua Majestade britânica ante ao presidente Carlos Antônio, teria dito que a decisão do presidente paraguaio de franquear a navegação dos rios contribuiu para ampliar o comércio e a navegação dos rios interiores e assegurou ao país a paz e a amizade com o império do Brasil (POMER, 1968).

O Uruguai, um fator de desequilíbrio na região platina.

No começo da década de 60 do século XIX, Bernardo Berro, do partido Blanco foi eleito presidente do Uruguai, tendo a partir de então adotado uma política mais dura que visava reduzir a hegemonia do Brasil no Prata e conter a penetração brasileira naquele país via o Rio Grande do Sul.

“Bernardo Berro, Blanco, eleito presidente do Uruguai, em 1860, [...] tomou uma série de medidas, visando abater a hegemonia do Brasil. Determinou que todos os peões, ao chegarem ao Uruguai, comparecessem perante as autoridades, com suas cartas de alforria, a fim de se informarem que lá não existia a escravidão, e estabeleceu que seus contratos de trabalho não podiam exceder se seis anos. Além do mais, negou-se a renovar com o Brasil o Tratado de Comércio e Navegação que expirou em 12 de outubro de 1861 e, ao desembaraçarem-se-lhes as mãos, instituiu o imposto sobre as exportações de gado em pé para o Rio Grande do Sul. Tais disposições, feriam os interesses dos estancieiros gaúchos, que utilizavam escravos como peões em suas propriedades, dos dois lados da fronteira, e cujas charqueadas consumiam 75% das reses criadas no Uruguai, contra apenas 25%, no Brasil” (BANDEIRA, 1998, p. 109)

Bernardo Berro, eliminou os privilégios comerciais do Império, como também fechou a livre navegação aos rios Cebollate, Tacuru e Olimar, empenhou à Grã-Bretanha e a França as rendas da alfândega, já hipotecadas ao Brasil (DORATIOTO,2002). Buscava o novo presidente uma política de equilíbrio na região e de neutralidade com o Brasil e a Confederação, procurava libertar o Uruguai da hegemonia brasileira. Nesse sentido seu propósito foi de nacionalizar a fronteira onde os brasileiros mantinham um regime de escravidão e assim solapar os poderosos fazendeiros do Rio Grande do Sul que detinham 30% do território nacional (TRÍAS,1975).

Com isso os produtores rio-grandenses reagiram às ações do estado uruguaio e passaram então a organizar uma oposição ao governo oriental. “Cerca de 40 mil brasileiros viviam, àquele tempo, no Uruguai, de cujo total da população, da ordem de 221 mil habitantes, [...] representavam quase 20%. Isso constituía sem dúvida, fator político e militar de considerável importância, sobretudo num país onde o Estado ainda não tinha o monopólio da violência” (BANDEIRA, 1998, p. 109).

Em busca da defesa de seus interesses os produtores rio-grandenses radicados em território uruguaio passaram a fazer queixas ao imperador, entre tantas, a de que os súditos brasileiros, eram perseguidos no país vizinho, assassinados e que conviviam

com extrema violência sob a vista grossa do Partido Blanco, detentor do poder no Uruguai. Na câmara dos deputados Ferreira da Veiga, representante do Rio Grande do Sul, fez um pronunciamento de um discurso duro onde pedia a intervenção do império no Uruguai para pôr fim aos ataques sofridos pelos brasileiros nesta república. O deputado descrevia “os súditos do império são encontrados decapitados nas estradas uruguaias, com o documento de nacionalidade na boca como ultraje, enquanto outros eram açoitados” (DORATIOTO, 2002, p.51). Outro deputado, Barros Pimentel, manifestou que o Uruguai tinha de nação apenas o nome. Segundo ele, não era possível ter com o Uruguai o mesmo tratamento dado às nações civilizadas. Com essa república a ação deveria ser de forma enérgica e com uso da força, pois só assim os súditos brasileiros seriam respeitados (CARDOZO, 1965).

Na verdade, a desordem e os ataques que os brasileiros alegavam sofrerem no Uruguai eram de certa maneira postos como insignificantes. Dos 40 mil brasileiros residentes no Uruguai foram feitas apenas 12 reclamações em doze anos, ou seja, uma por ano (TRÍAS,1975). O que queriam os estancieiros rio-grandenses era poderem continuar desenvolvendo suas atividades de produção no Uruguai sem pagar impostos e mantendo nas suas propriedades o trabalho escravo em claro desrespeito às leis locais, já que desde 1811 o trabalho escravo havia sido abolido naquele país. Embora as autoridades do império conhecessem a real situação dos brasileiros na fronteira com o Uruguai, temiam que aqueles conflitos pudessem contribuir com levantes separatistas, como por exemplo a Revolução Farroupilha, acontecida anos antes.

Diante dessas circunstâncias a possibilidade de uma intervenção do Império no Uruguai passou a ser considerada, não só seria útil para a política interna, como atenderia os objetivos do Estado. Levantaria assim o prestígio dos liberais, comprometidos diante a opinião pública pela humilhação imposta pela questão inglesa⁸ como também socorreria os brasileiros que supostamente estavam sendo injustiçados naquele país. Além disso a presença brasileira na República Oriental impediria que a possível vitória de Flores beneficiasse exclusivamente a Argentina.

Esse clima de tensão e de instabilidade a princípio com o Brasil se estendeu para a futura Argentina que iniciava o seu processo de unificação.

⁸ Uma série de desentendimentos entre os dois países, em decorrência de naufrágio de um navio inglês e uma recusa brasileira de conceder uma indenização. Brasil e Inglaterra chegaram a ter suas relações diplomáticas rompidas, restabelecendo-se em 1865.

Até os primeiros anos da década de sessenta do século XIX a Argentina era apenas um nome que designava um extenso espaço geográfico, e não uma identidade aceita pela maioria de seus habitantes (POMER, In: MAGALHÃES; MARQUES, 1994, p.116).

Em outubro de 1862, o general Bartolomé Mitre governador liberal de Buenos Aires torna-se o primeiro presidente constitucional da Argentina Unida, com a sua posse deu início a construção do Estado Nacional daquela nova república.

Os construtores desse novo Estado Nacional eram formados por um seleto grupo de poderosos comerciantes, grandes proprietários de terras, profissionais liberais e chefes militares.

Logo perceberam a necessidade de atender as várias exigências europeias, abrir espaço para os capitais e busca de oportunidades para milhões de pessoas que o velho mundo precisava mandar para fora afim de aliviar as tensões sociais, abrir espaço para a produção de matérias-primas e alimentos que pudessem atender as demandas emergentes da triunfante Revolução Industrial. Esse panorama permitia vislumbrar excelentes negócios, impossíveis no âmbito pré-nacional, carente de um Estado unificador no amplo espaço geográfico e capaz de projetar políticas de alcance global (POMER, In: MAGALHÃES; MARQUES, org. 1994, p.116).

A consolidação do Estado argentino foi marcada por inúmeras dificuldades, devido a resistências internas e externas. Internamente as Províncias de Entre Rios e Corrientes ofereciam dificuldades a unificação. Externamente de um lado o Uruguai que governado pelo partido Blanco, era uma fonte de preocupações na medida que abrigava muitos dos inimigos da unificação e apoiadores das duas províncias rebeldes; de outro lado o Paraguai. Recém havia assumido o novo cargo, Mitre manifestou suas pretensões com relação a nação paraguaia. De promover “una guerra de libertación para salvar al Paraguay de una tercera generación de tiranos” (CARDOZO,1991).

Além disso o porto de Montevideú constituiu-se em um importante alternativo para o escoamento da produção do Paraguai e tornou-se o principal escoadouro de mercadorias oriundas de Entre Rios e Corrientes. Cerca de 50% de suas exportações de couro e 25% de charque, entre 1856 e 1858, procederam das províncias argentinas. Ora utilizando o porto de Montevideú, como variante comercial, converteu-se numa opção política, para a resistência federalista na Argentina. Sem o controle do poder político no Uruguai, Buenos Aires não conseguiu sufocar economicamente as províncias que resistiam a unificação (BANDEIRA, 1998). O sistema americano, a que Rosas aspirava

e no qual o governo do Império pressentia o propósito de reconstruir o Vice-Reino do Prata, espelhava, no fundo, essa necessidade de submeter o Paraguai e o Uruguai a uma estrutura federal que teria Buenos Aires como epicentro.

Assim o porto de Montevideu rivalizava com o porto de Buenos Aires, além do que fortalecia a resistência federalista que se opunha a centralização preconizada por Buenos Aires. A partir de 1863, tanto a república Argentina como o império vão unir-se com o propósito de afastar os Blancos do poder no Uruguai. “O presidente Berro indispos-se tanto com a Argentina, quanto com o império, que o fim do seu governo passou a interessar a esses dois países” (DORATIOTO,2002, p.46)

Os colorados, liberais ligados ao comércio exterior do Uruguai, passaram a buscar apoio junto ao presidente Mitre, para derrubarem o governo Blanco. Eram aliados antigos, acolheram Mitre e seus colaboradores quando sob Rosas foram obrigados a se exilarem.

Em 1863 com a ajuda do presidente Mitre, o caudilho Venâncio Flores, começou a formar um grande exército com o propósito de invadir o Uruguai e depor o governo Blanco. No mesmo ano com tropa recrutada em Buenos Aires invadiu o país, se juntando aos colorados que faziam dura oposição ao governo constitucional.

O império brasileiro acompanhava com vivo interesse os acontecimentos no Uruguai. Em abril de 1864 o governo imperial enviou em missão especial ao Uruguai o conselheiro José Antônio Saraiva⁹. Suas instruções eram a de “exigir do governo uruguaio o respeito aos direitos dos brasileiros residentes no país, a punição dos funcionários uruguaio que teriam abusado de sua autoridade e que se indenizassem por prejuízos causados por eles a propriedades de brasileiros. Na realidade, o Rio de Janeiro tratava de criar condições para justificar a invasão da República vizinha, sendo Saraiva portador de um ultimatum para Montevideu” (DORATIOTO,2002, p.52).

O presidente Uruguaio recusou atender as exigências do governo brasileiro, o que aproveitou o império para invadir o território uruguaio, juntando suas tropas ao exército de Flores. Em pouco tempo uma poderosa armada brasileira sob o comando do vice-Almirante Tamandaré, bloqueou as costas uruguaias e em setembro de 1864, após acordo de cooperação militar com Venâncio Flores, contribuiu para depor o governo Blanco.

⁹ O Brasil enviou ao Uruguai uma missão chefiada pelo conselheiro José Antônio Saraiva para exigir o pagamento dos prejuízos causados a fazendeiros gaúchos por fazendeiros uruguaio. O presidente do Uruguai, Atanásio Aguirre, recusou-se a atender às exigências brasileiras.

No mesmo dia em que as tropas brasileiras invadiram o Uruguai, o ministro do exterior do Paraguai, José Berges, entregou ao ministro do Brasil em Assunção, César Sauvan Viana de Lima, documento manifestando que o Paraguai não consentiria que tropas brasileiras, ocupassem o território da República Oriental do Uruguai, por julgar que a ação era atentatória ao equilíbrio dos Estados do Prata.

Solano Lopez compreendeu a intervenção ocorrida no Uruguai como uma declaração de Guerra ao Paraguai, no seu entender um governo alinhado com os interesses imperiais e argentinos viria a isolar ainda mais o seu país. Como resposta dá um passo que também será visto como ato de guerra, dessa vez pelo governo brasileiro, invadiu a província de Mato Grosso.

A reação paraguaia e a invasão de Mato Grosso

Apesar de reagir prontamente a invasão do Brasil ao Uruguai, o presidente Lopez só decidiu iniciar as hostilidades contra o Brasil no dia 10 de novembro de 1864. Nesse dia ancorou em Humaitá um navio pertencente à Companhia Brasileira de Vapores que, pelos rios Paraná e Paraguai, fazia o transporte entre Montevideu e Corumbá. Era o paquete Marquês de Olinda, que trazia a bordo o recém nomeado presidente da Província de Mato Grosso, Coronel Frederico Carneiro de Campos. Após passar pela inspeção alfandegária a embarcação seguiu rumo a Corumbá, no entanto, depois de liberado foi novamente detido sendo obrigado a retornar a capital Assunção. Com esse ato do aprisionamento do Marquês de Olinda materializaram-se as hostilidades entre os dois países. (BRAZIL, 2014)

Foram organizadas duas expedições militares para ocupar a província de Mato Grosso. Em dezembro de 1864, marchou ao norte uma coluna fluvial dirigida pelo Coronel Vicente Barrios e outra terrestre sob o comando de Isidoro Resquim. Em menos de quinze dias todas as posições brasileiras mantidas em Mato Grosso caíram em mãos das tropas invasoras (CARDOZO, 1965).

A coluna fluvial era formada por cinco barcos a vapor e outras cinco embarcações de menor porte, totalizando assim 4200 homens. A segunda expedição por via terrestre, totalizava cerca de 3500 homens aproximadamente (DORATIOTO, 2002).

A expedição terrestre paraguaia foi dividida em duas colunas e invadiu o Mato Grosso por dois lados. Uma pelo antigo forte de Bella Vista, situado à esquerda do rio Apa¹⁰. O grosso da tropa paraguaia vinda de Bella Vista entrou na colônia militar de Miranda, tendo derrotado antes uma pequena força brasileira de cavalaria. Os moradores evacuaram Miranda e antes que os paraguaios entrassem no território, os índios da região se apropriaram dos armamentos. Tiveram então um breve e malsucedido combate com os invasores. Enquanto havia avanços em uma coluna, a outra atacou e conquistou a colônia militar de Dourados que era defendida por apenas dezoito soldados (DORATIOTO, 2002).

¹⁰ Região onde hoje é a cidade de Ponta Porã.



Figura 1- Mapa da invasão paraguaia por via terrestre. Fonte: DORATIOTO, 2002, p.95.

A expedição fluvial era composta por cinco barcos de guerra duas canhoneiras, a esquadra chegou as proximidades do Forte Coimbra no dia 26 de dezembro, devido ao intenso nevoeiro, somente foi percebida pelas sentinelas do exército imperial no dia 27. Ao raiar do dia os soldados paraguaios iniciaram o desembarque para em seguida se prepararem para os combates (THOMPSON, 1967), (MIRANDA FILHO, 2016).

Por dois dias o forte Coimbra foi atacado pelas forças paraguaias, embora sem sucesso e com perda estimada de mais de duzentos combatentes, tornou impossível aos soldados imperiais resistir ao assédio, devido ao esgotamento da munição. O comandante do forte Coronel Porto Carrero, decidiu pela convocação de uma reunião com todos os oficiais presentes e decidiram pela retirada de Coimbra. Alegavam o esgotamento da munição e a incapacidade da guarnição de produzir cartuchame, embarcou todos os que prestavam serviço naquele local com as suas respectivas famílias no vapor Anhambahy e rumaram para Corumbá (POVOAS, 1995), (ESSELIN, 2012).

Os militares brasileiros deixaram para trás 10 canhões, 83400 cartuchos de fuzil e 120 quilogramas de pólvora fina, material que foi apropriado pelas tropas paraguaias e utilizadas durante todo o conflito (DORATIOTO,2002, p.101).

Com a queda do Forte Coimbra os exércitos paraguaios continuaram subindo e no dia 1 de janeiro de 1865 aportaram em Albuquerque e no dia 03 tomaram Corumbá.

Na manhã do dia 02 de janeiro de 1865, o Coronel Carlos Augusto de Oliveira, responsável pela defesa de Corumbá, assim que tomou conhecimento da queda de Coimbra, determinou a retirada desta localidade sem sequer ter avistado o inimigo. Por ordens do comandante a lancha Jauru, comandada pelo Tenente Balduino, seguiu para Cuiabá transportando o cofre da Alfândega e algumas famílias. Pouco mais tarde iniciou-se o embarque no Amambaí. O primeiro a subir foi o Coronel Carlos Augusto de Oliveira, seguido pelo Tenente Coronel Carlos de Morais Camisão, estado maior, oficiais, inspetor da alfândega e funcionários (GOMES,1965).

A notícia da invasão paraguaia, e a fuga das autoridades responsáveis pela segurança da população fizeram com que o pânico tomasse conta de todos aqueles que ali viviam, dando uma desenfreada corrida em busca de lugares nos vapores disponíveis. Aqueles que não conseguiram lugar a bordo, improvisaram barcos e canoas a vela ou a remo, ou então buscaram refúgio na mata (DORATIOTO, 2002).

Muitos dos que optaram pela fuga foram detidos pelos soldados paraguaios, sendo obrigados a retornarem à vila. Apesar da ordem dada por Barrios, para que os prisioneiros não fossem maltratados, sobretudo aos que não oferecessem resistência, o mesmo não ocorreu. Mulheres foram submetidas a violências sexuais, os homens eram interrogados, aqueles que não sabiam dar informações ou se negavam eram acusados de espionagem e condenados à morte (DORATIOTO, 2002, p. 278), (THOMPSON,1968). Corumbá foi totalmente saqueada e parte dos seus bens foi repartida entre os oficiais paraguaios e o restante da tropa, enquanto que os objetos de mais valor eram encaminhados para Assunção¹¹.

Apesar da população do Mato Grosso ter sido surpreendida com a invasão paraguaia, houve um certo tipo de resistência. Com poucos recursos e um tanto quanto atrasada, mas ainda assim alguns soldados lutaram no intuito de defender a região e deter a invasão paraguaia. A reação brasileira à invasão ocorreu em grande parte com

¹¹ Para se ter uma ideia do saque até os sinos da igreja foram retirados e levados até a capital paraguaia para serem instalados na catedral da cidade. Em 1869 foram restituídos ao seu lugar de origem, após a ocupação brasileira em solo guarani (DORATIOTO, 2002, p.380)

colunas de contingentes vindo de outras províncias do império, pois no Mato Grosso a resistência interna se fazia basicamente com os indígenas. Essa luta não se deu de forma intensa, haviam poucos homens e a grande maioria vivendo com péssimas condições de higiene e alimentação. As doenças eram um grande inimigo a se combater quando não se pode contar com boas alternativas de nutrição. Como exemplo temos o caso do Coronel Camisão que ao ver seus homens contaminados pela cólera, toma a decisão de abandoná-los, já que não haviam meios de tratamento e de transporte para os doentes. Entregues à própria sorte, esses homens ficam apenas com um cartaz destinado aos inimigos paraguaios: “compaixão com os coléricos!” (DORATIOTO,2002, p. 236).

1.2. A Guerra e os seus impactos na população local

Os impactos da guerra com as populações indígenas da região não se deram diferente do restante da população civil, muitas tiveram que fugir e abandonar seus territórios, terras dos seus antepassados. O Sul do antigo Mato Grosso foi uma das regiões mais afetadas e envolvidas diretamente no conflito.

Em correspondência entre o Diretor Geral dos Índios e o Presidente da Província percebemos como a vida de muitos nativos já estavam com seu cotidiano alterado e nesse caso em específico até mesmo a falta de notícias sobre os Guató pode nos ser reveladora.

[...] Nada posso informar a V. Ex. sobre o estado das aldeias do Bom Conselho d'Albuquerque, e da Normal de Miranda; e bem assim da tentativa de aldeamento dos índios "Cainas" incubidos do missionário Frei Ângelo de Casamanico em consequência de achar-se aquella parte da província occupada pelos Paraguayos desde janeiro do ano passado, não se sabendo ao menos o destino que tiveram, não só aquele missionário, como Frei Mariano de Begnaia, que dirigia a aldeia de Miranda. Pelo mesmo motivo nenhuma noticia tenho dos Guató, que habita as margens do rio São Lourenço e Cuiabá. [...] (Registro de Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios com a Presidência da Província: Período de 1860 a 1873. R- 037, F- 03, Estante 07. Acervo: APMT)

Fica claro pelo relatório com a invasão de Mato Grosso e a consequente fuga dos nativos que não se tem notícias precisas do paradeiro dos índios aldeados e nem dos Freis que nela catequisavam. Também não se sabe como ficou a situação dos Guató, que viviam mais próximos ainda da região envolvida. A partir desse documento observamos que as rotinas desses povos foram sendo completamente alteradas à medida que a guerra avançava. Seja em forma de aldeamentos ou grupos indígenas livres, todos sofreram as consequências da invasão. Pois eles, esses indígenas, tiveram que fugir como alternativa de resistência e sobrevivência em meio a Guerra. Há registros que muitos adentraram pelas matas e Serra do Maracaju, quando empreenderam fuga da cidade de Corumbá, tanto a população indígena como moradores locais.

A situação da população civil e indígena era bem penosa. Muitos fugiam sem nenhum recurso, embrenhavam-se nos matos e daí tiravam sua sobrevivência. O caso dos indígenas, por exemplo, eles ludibriavam as patrulhas paraguaias descendo até as planícies de noite para laçarem gado, trazendo-os aos acampamentos, tornando-se cada vez mais ousados nessa tarefa. Seu exemplo também chegou a incentivar os brancos a

buscarem novas fontes de alimentos, chegando até mesmo a irem pescar no rio Aquidauana, distante dos acampamentos¹².

A fuga para muitos povos indígenas era uma alternativa de sobrevivência, mesmo que isso significasse abandonar suas terras e conseqüentemente a perda delas. Já que permanecer muitas vezes significaria ser aprisionado pelo invasor.

“ a população remanescente da vila de Corumbá, que não pôde tomar lugar nos vapores, permaneceu entregue ao arbítrio do invasor. Os índios do Bom Conselho tiveram suas choças incendiadas e foram feitos prisioneiros” (CAMPESTRINI e GUIMARÃES, 1995, p. 53).

Cuiabá estava tão isolada do restante do Império que não se tinha notícia das orientações imperiais sobre o curso da guerra, não se sabia de organização, objetivos e trajetos de marcha que tivessem os eventuais militares enviados como reforços. A invasão ocorreu em dezembro e apenas em junho foi obtida informação sobre envio de socorro militar, porém sem detalhes (DORATIOTO, 2002).

Para a população que vivia nos territórios invadidos e ocupados a ameaça da fome era uma presença constante devido a desarticulação da produção agrícola local. O valor dos alimentos até mesmo em Cuiabá sofreu uma elevação, em especial o do sal. Anos antes a livre navegação nas águas do rio Paraguai acabou por desestimular o processo de extração do mineral da própria província, era menos oneroso o sal chegar por vias fluviais (MENEZES,1998).

Em outro relatório da Diretoria Geral dos Índios para a Presidência da Província há o registro sobre a ausência contínua de informações detalhadas sobre a situação dos Guató.

[...]Os índios Guató ainda persistem na mesma vida errante nas margens dos rios S. Lourenço e Paraguay, vindo um ao outro as vezes a algum sítio das margens do rio Cuiabá, Sou informado que as chuvas que grassou com intensidade nesta província em 1867 fez nelles grandes estragos, pelo que presumo em seo número deve estar hoje muito limitado, por ter sido anteriormente como V. Ex^a sabe uma Nação pouco numerosa. Não apparecem nessa cidade nem para pedir brindes como foram alguns de outras nações. (Registro de Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios com a Presidência da Província: Período de 1860 a 1873. R- 037, F-03, Estante 07. Acervo: APMT)

A população Guató era pequena e o grupo indígena resistente ao aldeamento. Dificultando o conhecimento do governo provincial sobre suas características, costumes

¹² Caso dos Kinikinau relatado no diário de Guerra de Visconde de Taunay.

e quantidade. Não só a guerra e a invasão paraguaia podem ter contribuído para a redução populacional dos Guató, nessa citação fica claro que as intempéries naturais também podem ter sua parte de responsabilidade neste acontecimento.

E mesmo com as dificuldades oriundas da Guerra e adversidades naturais os Guató não se aproximavam da cidade e vilas atrás de brindes e outros ganhos. Nos relatórios da Diretoria Geral dos Índios esta era uma prática comum, onde muitos outros povos indígenas da região se aproximavam de vilas e catequeses com o intuito de obter brindes e quinquilharias para uso pessoal. Havia uma parte destinada de recursos da província para a compra de tais objetos. Periodicamente esses grupos iam às vilas para obterem seus benefícios, mas isso não estimulava os Guató a ter contato.

Segundo LEVERGER, 1862 o governo provincial do Mato Grosso buscava a amizade desses índios, pois eles já haviam demonstrado como eram vingativos quando provocados. Os Guató demonstravam serem arredios, já que apesar de estarem em contato com não- índios e até mesmo prestar-lhe serviços como guias e canoeiros algumas vezes, eles raramente visitavam povoados ou até mesmo Cuiabá. Fato que é corroborado com a seguinte afirmação: “Não aparecem nesta cidade nem mesmo para pedir brindes como fazem alguns e outras nações” (LEITE, 1869, p. 71).

Sobre os impactos da invasão paraguaia a outros povos indígenas, temos um excerto do mesmo relatório da Diretoria Geral onde percebemos como era o cotidiano e a vida de muitos desses índios.

[...]. Existindo os aldeados na Colônia de Coxim, essa porção de índios Caiapós, dispersarão se d'alli por ocasião da invasão paraguaya naquele ponto e forão-se reunir na fazenda do Cap. Antônio Theodoro de Carvalho a margem do rio Paraguay. Logo que tive disto conhecimento, solicito do antecessor de V. Ex^a a nomeação do dito capitão para dirigi-los e aldealos por um quanto no mesmo lugar, até que se estabeleça aquella Colônia, para onde terão de voltar, recomendando-lhe que os mantivesse no seu sitio empregados na lavoura para a própria subsistência. [...]. (Registro de Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios com a Presidência da Província: Período de 1860 a 1873. R- 037, F-03, Estante 07. Acervo: APMT)

Notamos a mudança provocada na vida desses povos indígenas por conta da invasão paraguaia em território mato-grossense. Índios que viviam aldeados na Colônia de Coxim¹³ tiveram que fugir, e ao se dispersarem muito encontraram refúgio na

¹³ Às margens de um rio navegável e com a estrada que ligava ao interior de Goiás, o arraial foi se desenvolvendo e em 1862, passou a ser chamado, Núcleo do Taquari com criação no lugar, de uma Colônia Militar, pelo Governador da Província, Herculano Ferreira Penna. Essa colônia militar dará origem a cidade de Coxim, no Mato Grosso do Sul.

fazenda do dito capitão. É solicitado então que o mesmo fique responsável pelo aldeamento dos mesmos em seu sítio e que os empregue na lavoura como forma de produzir alimentos porque a invasão havia desarticulado a produção agrícola.

1.3 Novas fronteiras definidas.

A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai não ocorreu somente por questões fronteiriças e territoriais, mas é fato que tais motivos tiveram grande importância, e após seu término, os limites territoriais principalmente entre Brasil e Paraguai, se modificaram.

Em 1845 o Coronel Zefirino Pimentel Moreira Freire, ex presidente da Província de Mato Grosso em artigo publicado no jornal do Commercio 1845, manifestava preocupações quanto as comunicações fluvial e terrestre, para eles pontos essenciais que colocavam Mato Grosso em contato com o Centro Sul do Brasil. Segundo ele:

“A necessidade de se tomarem medidas de precaução a tempo é até obvio, por ser muito sabido que o Governo da republica do Paraguay, sem aguardar a demarcação ou tratado preliminar de limites que tem de fazer se, foi estabelecendo uma linha de fortins ao longo da margem d’alem do rio, Apa; e se de nossa parte não fundarmos algum presidio ou fortificação aquém do mesmo rio, por certo que os paraguayos, para o futuro, se chamarão a posse de ambas as margens da navegação exclusiva desse precioso rio, o que nos causará gravísimos males, por ficar a província indefensa pelo lado do sul; e porque no caso de haver qualquer rompimento, seria esse o lugar mais accesivel no tempo da secca. Não faltarião exemplos de nossa história colonial, para mostrar porque esse lado temos sofrido invasões e hostilidades de parte dos espanhóis. O único ponto ao sul da província que possuímos é o presidio de Miranda, a 54 leguas de distancia por terra do rio Apa, cuja fortificação é insuficiente pela posição em que se acha e a total ruina que está” (FREIRE, 1845, P.01).

O governo imperial tinha um histórico litigioso em relação a definição das fronteiras com o Paraguai. Do lado brasileiro era reivindicado a soberania do território entre os rios Branco e Apa, sendo este último como o limite com o Paraguai. A reivindicação era baseada no princípio *uti possidentis*¹⁴, pois alegava que havia cidadãos brasileiros dispersos nessa área. Por sua vez, o governo paraguaio pleiteava o limite no rio Branco, tendo assim como base o Tratado de Santo Idelfonso de 1777, que foi assinado entre as coroas portuguesa e espanhola. Desta forma o governo imperial replicava através de sua diplomacia argumentando que o Tratado de Badajoz, de 1801, firmado pelas duas metrópoles anulariam, portanto, o tratado anterior. As questões fronteiriças na região remontam ao passado colonial das metrópoles envolvidas, Portugal e Espanha.

¹⁴ Um princípio de direito internacional segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este. A expressão advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa "como possuís, assim possuiais".

No que concerne a divergência dos limites, os governos brasileiros e paraguaios mostravam-se intransigentes em suas posições. Para o Império qualquer concessão que fosse feita nesse aspecto ameaçava à própria manutenção da província do Mato Grosso de maneira geral. Lembra Adolfo Vanhagem, as “tendências de absorção do território de Mato Grosso, em virtude da proximidade de Assunção, tem crescido progressivamente de 1750 para cá” (DORATIOTO, 2002).

A política do Brasil com suas fronteiras era algo permanente, e a região fronteira com o Paraguai carecia de preocupações:

“Que hua Fronteira, qualquer que ella seja se deve conservar sempre em aspecto respeitável, hé evidente: encaremos pois a de Mato Grosso, a de huma Provincia que serve d’ antemural a diversas Provincias; em si contém diferentes Tribus Indigenas, entrando as dos orgulhosos, e altivos Uaicuros, cuja má fé, não perderá occasião de os fazer levantar a cabeça, conhecendo os Prezídios em fraqueza, o que já demonstrei por há anos para se constituírem, e ainda não o conseguirão solidamente; pelo que, e por serem compostas de Povo sempre inquietos, e revoltosos sempre; não dão, por isso, esperanças ao Brazil de poder estabelecer com elles tão cedo firma Paz, e Tratados Commerciaes. O desconfiado e machiavelico Governo da Republica do Paraguay, conservando aferrolhadas as portas de comunicação com outros Estados, tem conseguido manter o Povo na ignorância do que se passa por fora, embotando-lhe assim pouco, a pouco o espirito para melhor o sujeitar, e tem conseguido, sufocando os grandes, estabelecer hum domínio absoluto, tirando só a vantagem de se não haver extraviado o numerario; assim há marchado, e vai marchando, porque também as circunstancias Politicas das Naçoens limítrofes em dado lugar a hum tal systema; que todavia não pode ser de longa duração, e a meu ver, expiará de certo, com a morte do velho Dictador Perpetuo, o Doutor França, mola real de hum semelhante systema, que enferrujada pela encanecida idade, não permite duração longa. [...] Que a Fronteira do Paraguay se conserve sempre em estado capaz de impor aos vizinhos[...].” (Praças, e Postos Fortificados, suas vantagens, seu estado. p. 123)

Para o governo algumas etnias indígenas como os Guaicurús, não aceitavam a aproximação com a população branca e autoridades imperiais, o que dificultava os possíveis acordos de paz com o Império. A política imperial seguia uma linha assimilacionista para assim assegurar a integridade nacional, logo era preciso tornar as nações indígenas mais próximas da sociedade para que desta forma haja a legitimação de sua posse territorial.

A definição de fronteiras entre os dois países era um projeto que já vinha desde o primeiro presidente paraguaio e nunca foi levado em consideração pelo Império brasileiro, que apenas postergava uma decisão definitiva, enquanto o acordo não lhe fosse favorável.

Carlos Antônio Lopez durante toda década de 1850, promoveu inúmeras reuniões com as autoridades brasileiras no sentido de resolver definitivamente as questões lindeiras. O chefe de estado paraguaio condicionava a livre navegação do Rio Paraguai, ou a internacionalização das águas do mesmo rio a uma definição de limites entre os dois países. Porém haviam também outras preocupações, entre elas o receio do fortalecimento militar da província de Mato Grosso, o que se constituiria uma ameaça a independência da jovem república.

Para as autoridades paraguaias os navios brasileiros poderiam promover o contrabando em larga escala de diversos produtos, que não eram produzidos internamente ou senão produzidos com qualidade inferior. Poderiam ainda, criar condições para que a província do Mato Grosso iniciasse o aproveitamento dos seus ricos ervais nativos,¹⁵ e dessa forma concorrer no mercado internacional com o principal produto de exportação paraguaio.

Quando o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação de 1856¹⁶ foi assinado pelos dois países envolvidos, Brasil e Paraguai reconheceram que aquelas áreas fronteiriças eram territórios em litígio. Conforme relata o embaixador Hildebrando Accioly:

“Segundo o artigo quinto do projeto apresentado ao Governo Imperial, a fronteira seguiria o rio Paraná, da foz do Iguassú ao Salto Grande; a serra de Amambay e a de Maracaju, até as vertentes do rio Branco, e finalmente este rio, até sua confluência na margem esquerda do rio Paraguay, um pouco abaixo do forte paraguay Olympo, situado na margem direita. Ficaria neutro – dizia o artigo sexto, - o território entre o rio Branco e o rio Apa, “cuja margem esquerda se acha povoada pela Republica do Paraguay. Na margem direita do rio Paraguay, dispunha o artigo oitavo, a linha divisória dos territorios de ambas as partes contractantes será o arroio ou rio Negro, que desagua no Paraguay um pouco acima do forte Olympo” (ACCIOLY, 1938).

Esse Tratado teve como objetivo garantir a livre navegação do Rio Paraguai, e postergou em seis anos a discussão das fronteiras, mantendo-se assim o “status quo” do território litigioso entre os rios Apa e Branco. Carlos Antônio López adotou uma posição prudente nessa questão e aceitou as pretensões brasileiras quanto à navegação no rio Paraguai.

Esse acordo, porém, não durou muito tempo sem conflitos, o Paraguai culpou o governo imperial de promover avanços sobre a área litigiosa, acusando-o de descumprir

¹⁵ O Paraguai na época era o maior produtor de erva-mate do mundo.

¹⁶ A íntegra desse tratado pode ser conferido no sítio do ministério das relações exteriores: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1856/b_50/, acessado em 01 de setembro de 2016.

o “status quo” combinado a ser mantido. E Carlos López acrescentou de que o seu país não iria ceder pacificamente. Era de consenso entre a diplomacia brasileira que o presidente paraguaio “nunca” iria reconhecer por meios pacíficos a linha fronteira do Apa e Iguatemi, só ocorrendo uma exceção mediante outras concessões bem onerosas para o Império.

Apesar da aceitação dos paraguaios na utilização do princípio *uti possidentis* na delimitação, eles mantinham o argumento de que possuíam direitos sobre o território entre o Apa e o Branco. Essa persistência por parte dos paraguaios vinha de três crenças: a primeira era a de que o Brasil não possuía nenhuma possessão que lhe garantisse a ocupação da área em disputa; a validade de sua tese a respeito da posição do Igurei; e por último na ideia de que, com o passar do tempo o Brasil iria ceder com o intuito de garantir a navegação no rio Paraguai, elemento vital para a comunicação com a província de Mato Grosso (GOMES, 2009).

O Tratado realizado pelos países que faziam parte da Tríplice Aliança tinha como um dos seus principais pontos a ser celebrado um acordo de paz e limites envolvendo os três países aliados e o Paraguai.

Com o fim da Guerra, o Brasil e a Argentina se encontraram em um impasse no que se refere aos direitos territoriais que o Paraguai teria. O governo imperial tinha convicção de que se a Argentina obtivesse todos os territórios pelos quais pleiteava o Paraguai acabaria se dissolvendo, o que iria acarretar vários problemas geopolíticos na região (DORATIOTO, 2002, p.307)

A aplicação do 16º artigo desse tratado da Tríplice Aliança versa sobre os novos limites territoriais que o Paraguai teria após a guerra. Por esse artigo caberia à Argentina todo o chaco boreal¹⁷ e a margem esquerda do Paraná até o Iguazu, a área de Misiones. Já para ao Império caberia o território pelo qual há anos mantinha disputa com Assunção, rico em campos de erva-mate, ficando estabelecido no documento da Aliança que a fronteira seria pela linha do rio Igurei, pela serra do Maracaju e pelos rios Apa e Paraguai. Havia uma desconfiança do governo brasileiro em relação às pretensões territoriais que a Argentina tinha em relação ao Paraguai. Exigindo então como nova linha divisória com o Paraguai, não mais o rio Igurei, como estabelecia o Tratado da Tríplice Aliança, mas sim o rio Iparreguazu, ou então no mínimo até o rio Aquidabã (GOMES, 2009).

¹⁷ Terras situadas à margem direita do rio Paraguai, até a Bahia Negra, que faz fronteira com o Mato Grosso.

Ao analisarmos o documento do Tratado da Tríplice Aliança podemos ver nitidamente no artigo 16º as pretensões argentinas, de encerrar ali as suas disputas territoriais, temos que:

“O Império do Brasil se dividirá da República do Paraguai: Do lado do Paraná pelo primeiro rio abaixo do Salto das Sete Quedas, que segundo a recente carta de Mouchez é o Iguazu e da foz do Iguazu e por ele acima a procurar as suas nascentes. Do lado da margem esquerda do Paraguai pelo rio Apa desde a foz até as suas nascentes; No interior, pelos cumes da Serra do Maracaju, sendo as vertentes de lestes do Brasil e as de oeste do Paraguai e tirando-se da mesma serra linhas as mais retas em direção às nascentes do Apa e do Iguerey. A república Argentina será dividida da República do Paraguai, pelos rios Paraná e Paraguai a encontrar os limites com o Império do Brasil, sendo estes do lado da margem direita do rio Paraguai a Baía Negra”¹⁸

A ideia empregada nesse artigo se confronta com o conteúdo do artigo 8º do mesmo tratado, onde todos os países da Tríplice Aliança se comprometem a respeitar a soberania e proteger a integridade territorial da República do Paraguai. A Aliança feita pode servir para justificar esse paradoxo, pois a Argentina estava interessada em reaver seus territórios em questão, e o Brasil além de estar motivado por sua independência fluvial com uma nova delimitação fronteiriça, também é movido pelo objetivo de impedir o expansionismo argentino na região (GOMES, 2009).

O governo Imperial decidiu fazer um acordo de paz em separado com o Paraguai, em janeiro de 1872 foi assinado o Tratado de Paz e Amizade Perpétua, onde ficou estabelecido no Artigo 2º que:

“ Os limites do Imperio do Brasil com a Republica do Paraguay serão ajustados e definidos em tratado especial, o qual constituirá acto distinto do presente, mas será assignado simultaneamente com este, e terá a mesma força e valor que se dele fizesse parte”

Reuniram-se os plenipotenciários do Brasil, Barão de Cotegipe e do Paraguai, D. Carlos Loizaga. Dando início a negociação Cotegipe apresentou a proposta que definia a linha do Iguerey como linde abaixo do Salto Grande e o Rio Apa acima da Serra do Maracaju. Em contrapartida Loizaga fez a proposta de que fosse adotado o rio Iguatemi no lugar da linha do Iguerey e que o texto do projeto sofresse uma alteração, onde se lia “pela nascente mais austral do rio Apa” fosse substituído por “pela nascente principal do rio Apa”.

¹⁸http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=tratado-da-triplice-aliancaguerra-do-paraguai-1865 – acessado em 21 de março de 2011 às 16:00” In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

Cotegipe aceitou a alteração da redação do tratado, porém não concordou na mudança da linha do Igurey para o Iguatemi. Afirmou que o Império já possuía direitos sobre o território entre o Iguatemi e o Igurey. Diante do posicionamento brasileiro sobre a definição territorial Loizaga sugeriu que o limite passasse pelo Salto Grande e seguiria pela Serra de Maracaju, assim essa delimitação preencheria perfeitamente:

“(…) o fim de oferecer mais fácil defesa a ambos os Estados, ficando assim toda a margem direita do Paraná, do salto para baixo, pertencendo exclusivamente ao Paraguay, e, para cima, ao Brasil” (LOIZAGA apud ACCIOLY 1938, p. 126).

O governo brasileiro aceitou a proposta paraguaia e assim, através do Tratado de Paz, Amizade Perpétua e Limites de 1872, ficou estabelecido que a fronteira entre os dois países seria:

“ O território do Imperio do Brasil divide-se com a República do Paraguay pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguassú até o Salto Grande das Setes Quedas do mesmo rio Paraná; do Salto Grande das Setes Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da serra de Maracaju até onde ela finda; Daí segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a Serra Amambahy; Prossegue pelo mais alto desta serra até a nascente principal do rio Apa, e baixa pelo álveo deste até a sua foz na margem oriental do rio Paraguay; Todas as vertentes que correm para Norte e Leste pertencem ao Brasil e as que correm para Sul e Oeste pertencem ao Paraguay. A ilha do Fecho dos Morros é domínio do Brasil” (ACCIOLY,1938, p. 126).

Interessante análise feita por Paranhos sobre o Tratado de Limites de 1872:

“Esses limites, com a única e pequena alteração da linha do Igurei, são os mesmo que o Brasil, dando prova de espirito mais conciliador, ofereceu ao governo paraguaio desde 1852 como solução amigável e honrosa da sua questão territorial. Os títulos desse domínio, que era de posse efetiva antes da guerra, em toda a extensão do território contestado, com exceção do Fecho- dos – Morros, já são conhecidos dos ilustres aliados do Brasil e do mundo civilizado. Os referidos títulos foram exibidos e aquilatados em face do que apresentara por sua parte o presidente D. Carlos Antônio López, em discussão que consta nos protocolos impressos desde 1857 e que formam um volume da coleção de relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império. São os protocolos que impuseram silêncio por anos à obstinação daquele governo e o induziram a assinar os acordos amigáveis de julho de 1856 e fevereiro de 1858” (PARANHOS apud SOARES,1975, p. 169).

A linha de limites que foi adotada em 1872 entre o Brasil e o Paraguai estava de acordo com a posição historicamente defendida pelo Brasil. Com o estabelecimento desse Tratado o Brasil conseguiu resolver a disputa em torno do domínio do rio Igurey,

e conseqüentemente por fim na demanda paraguaia sobre a região entre os rios Apa e Branco. Interessava ao governo brasileiro frear qualquer ambição aos territórios guaranis que pudessem vir a surgir por conta do fim da Guerra, em especial por dois motivos: a necessidade de contenção das intenções expansionistas por parte da Argentina, principalmente na região do Chaco; e a noção que o Império possuía de que uma extensão territorial maior não iria garantir à nação maior poder (GOMES, 2009).

“ O Brasil possui território tão vasto que não necessita aumentá-lo em prejuízo de seus vizinhos. O que seu governo deseja é que, no interesse de todos, conheça cada um o que lhe pertence e fique discriminada a sua jurisdição. Tal é o único motivo dos imensos esforços que ele tem feito para conseguir a completa designação da extensa fronteira do Império. Nenhum outro o impede, e sobre isto não pode haver a mais leve sombra de dúvidas” (Relatório de 1867 da Repartição dos Negócios Estrangeiros In: GOMES, 2009, p.24).

As negociações que foram desenvolvidas e estabelecidas para que fosse firmado o Tratado de 1872 não deixaram sob o jugo da soberania brasileira nenhuma região em que a posse não pudesse ser justificada pela existência de tratados anteriores ou pelo princípio *uti possidentis*.

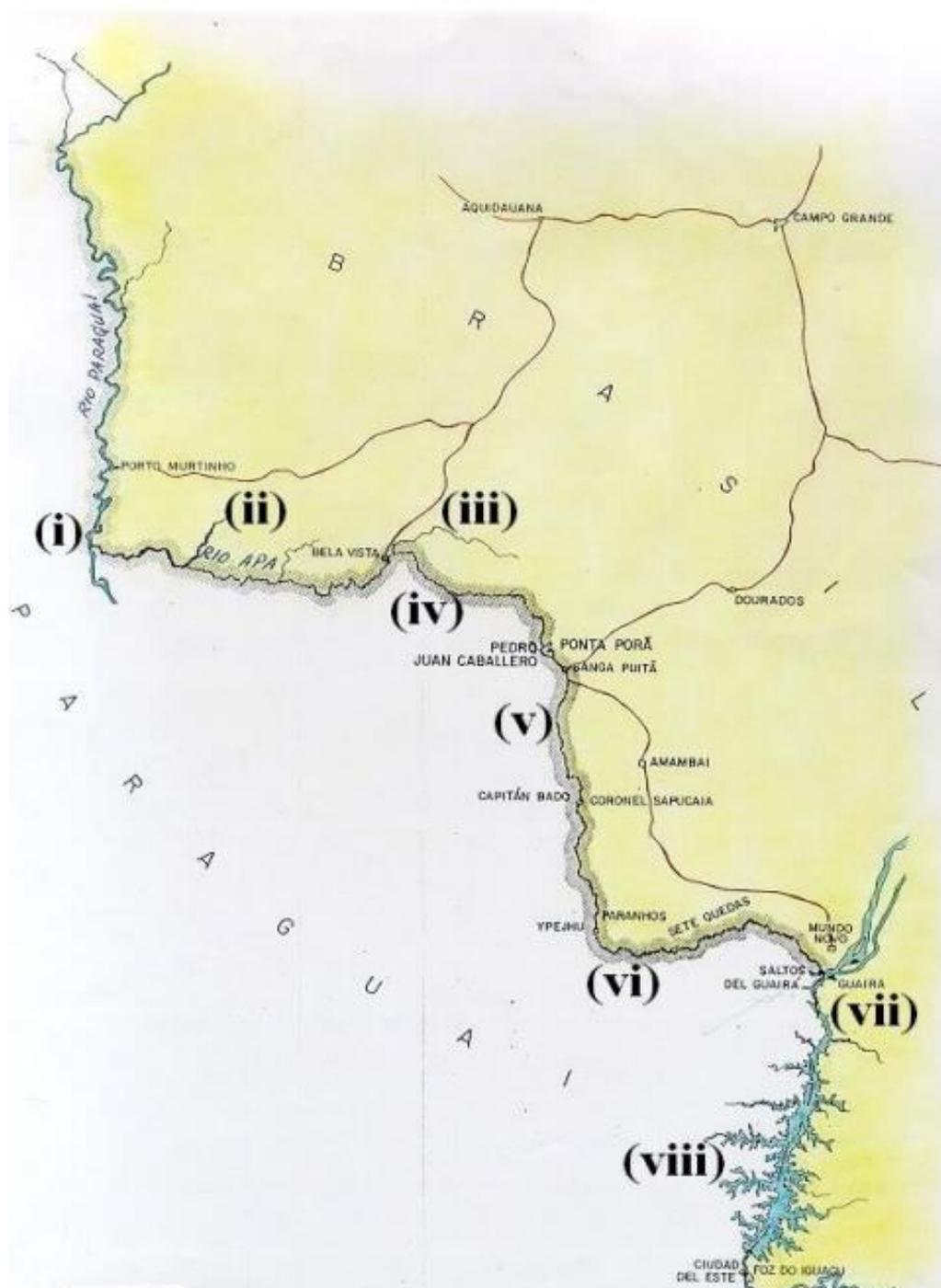


Figura 2- Mapa da região fronteira Brasil- Paraguai.¹⁹ Fonte: GOMES,2009, p.14.

¹⁹O numeral (i) indica a foz do rio Apa, onde teve início o processo de demarcação de 1872-74; (ii) aponta para o rio Pedra de Cal, que também teve importante papel durante a demarcação de 1872-74; (iii) e (iv) apresentam os rios Apa e Estrela, respectivamente, ambos afluentes do Apa principal, foram objeto de acalorados debates entre os demarcadores do século XIX; (v) refere-se à Serra de Amambai, importante divisor de águas da linha de limites; (vi) indica o início do trecho oeste-leste da Serra de Maracaju, no qual, mais próximo das Sete Quedas, encontram-se os ramais norte e sul, foco das demandas paraguaias naquela região; (vii) indica onde se encontravam as Sete Quedas, atualmente alagadas pela Lagoa Itaipu; (viii) foi posicionado ao lado do rio Paraná, o qual desenha o trecho final da linha de limites com o Paraguai

Questões conceituais – fronteira e território

Analisando o conceito de território e fronteira e a vasta simbologia que eles carregam, conseguiremos então perceber sua importância e como esse assunto foi tratado pela política brasileira do período.

O território segundo RAFFESTIN,1993 possui uma noção posterior ao espaço, pois quando há a apropriação do espaço pelo indivíduo acontece a territorialização do espaço, em outras palavras, este se torna o seu território. Dessa maneira o território passa a ter dimensões simbólicas e subjetivas, então cada grupo ou indivíduos passa a usar esse território de forma particular.

O conceito de fronteira é bem complexo e abrangente, pois ela deve ser observada com cuidado e respeitando todas as suas diversas peculiaridades que porventura possa ter. Segundo GRIMSON a fronteira foi e é simultaneamente um objeto- conceito e um conceito- metáfora, pois de uma parte ela parece ter fronteiras físicas, territoriais e de outro lado fronteiras simbólicas e culturais (Apud OLIVEIRA, 2005).

Temos que levar em consideração também que as relações fronteiriças são variáveis e se constituem de maneiras diferentes de acordo com questões sociais, econômicas e populacionais. Pois segundo RAFFESTIN,1993 ser da fronteira vai muito além do fato geográfico que ela realmente é, não sendo apenas isso.

Então dependendo de sua localização geográfica e populacional a fronteira pode ter várias formas de ser analisada e percebida. Temos as fronteiras com altas integrações formais e funcionais, assim também como as com baixos índices dessas integrações. A integração formal é caracterizada por uma preocupação do governo em oferecer e criar um suporte, uma infraestrutura específica que atenda as particularidades fronteiriças, seja ela de comunicação ou de acesso a vias de transporte. Também pode ser caracterizada geralmente com a legalidade, como os acordos bilaterais entre governos, intercâmbios estudantis e até mesmo programas de controles sanitários entre os países fronteiriços. Necessariamente não diminui a integração funcional à medida que a integração formal ocorre e se consolida, mas em alguns casos tal fato pode acontecer. A integração formal por muitas vezes ocorre através de um viés da legalidade com um ar repressivo e fiscal e isso pode influenciar nos níveis de circulação da integração funcional. Essa integração funcional tem como característica as intensas relações sociais que são estabelecidas e mantidas no contexto fronteiriço, sejam elas legais ou não. Pois

a riqueza de uma funcionalidade regional pode acarretar uma série de outras atividades não lícitas. As facilidades obtidas através das articulações econômicas na fronteira podem facilitar esse processo como, por exemplo, o contrabando e o narcotráfico. Mas essas atividades não lícitas não são características exclusivas das fronteiras, já que em todos os lugares onde se acumulam funcionalidades e quando a formalidade é pouco aplicada esses problemas se fazem presentes.

Temos, portanto, segundo CUISINIER- RAYNAL, 2001 cinco tipos diferentes de interação na fronteira:

1-Margem: caracterizada por cada lado da fronteira manter pouco contato entre si, exceto os tipos familiares ou modestas trocas comerciais.

2-Zonas- tampão: constituem as zonas estratégicas onde o Estado central restringe ou interdita o acesso à faixa e zona de fronteira. Por exemplo, temos a criação de parques nacionais, áreas protegidas ou de reservas, como o caso das terras indígenas.

3-Frentes: usualmente é empregado para frentes pioneiras, caracterizando assim as frentes de povoamento que se deslocam.

4-Capilar: as interações podem ocorrer somente no nível local, como no exemplo das feiras, onde acontece uma interação e integração fronteiriça espontânea. Também podem ocorrer interações e trocas difusas entre vizinhos fronteiriços com limitadas redes de comunicação. Há também interações que ocorrem de forma mais espontânea, onde o Estado pouco intervém, principalmente quando não investe em infraestrutura de articulação transfronteiriça.

5-Sinapse: caracterizado pelo alto grau de troca entre as populações fronteiriças. Esse tipo de integração é operado pelos Estados Nacionais que constroem em certos lugares estratégicos comunicação e trânsito, uma infraestrutura que possibilite um suporte para a região de fronteira, oferecendo assim um apoio e intercâmbio regulamentando todas as dinâmicas fronteiriças, principalmente as mercantis (OLIVEIRA, 2005).

De acordo com a descrição e análise dos vários tipos de fronteiras e relações sociais que nelas podem existir, temos que a fronteira entre o Brasil e os países platinos na época da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai se caracterizava como margem. Uma fronteira que não tinha interesse por parte do governo imperial em fazer a sua integração, não oferecendo uma infraestrutura específica para essa função.

O Rio Paraguai tinha um papel fundamental na região e na importante função de delimitar fronteiras, mas a política com baixa integração formal era de tal maneira que haviam disputas entre o Paraguai e o Brasil sobre as navegações nas águas do rio, e não

uma busca conjunta de soluções para um melhor uso e aproveitamento desse recurso navegável.

Porém não devemos analisar a postura e linha política do governo imperial no período com um olhar atual sobre as necessidades modernas de nossas fronteiras. Hoje é de conhecimento das políticas públicas que uma fronteira com alto índice de integração formal e funcional tem maiores chances de oferecer melhores condições e qualidade de vida para sua população fronteiriça e o desenvolvimento da economia na região. O que na época não era visto com importância, as regiões fronteiriças muitas vezes viviam em litígios no que se referem aos seus limites territoriais, haviam apenas alguns poucos vilarejos em sua grande maioria e a economia não girava em torno de suas necessidades e nem da população fronteiriça.

Capítulo 2- Guató e o cotidiano bélico

2.1 Povos Canoeiros no Pantanal

“...O Guató é um habitante, é um habitante aquático por excelência, mais do que qualquer outra tribo do continente sul americano.” (SCHMIDT, 1942, p.249)

Os Guató constituem um povo indígena estabelecido na região do Pantanal, desde os tempos pré-colombianos. Eles têm como grande característica o fato de passarem a maior parte do tempo em suas canoas às margens dos rios, de onde tiram a sua sobrevivência.

Os primeiros registros textuais sobre eles remontam ao século XVI, precisamente à década de 1540, quando o conquistador espanhol Alvar Núñez Cabeza de Vaca esteve na região na condição de *adelantado*²⁰, a serviço do rei da Espanha. (MANGOLIM,1993).

Nos registros de Cabeza de Vaca sobre os Guató eles aparecem aliados aos Guaxarapos²¹, e a outros grupos inimigos dos Guarani²². Nas outras vezes que há registro dos Guató eles aparecem aliados a grupos indígenas variados contra os espanhóis. Para os índios, os espanhóis eram considerados invasores e nos encontros muitos deles foram capturados, mortos e esquartejados, supostamente servidos em rituais de antropofagia. Esses relatos se constituem de maneira muito importante no sentido de que contribuem para desconstruir a antiga historiografia sobre o assunto, em que os índios não teriam oferecido resistência (OLIVEIRA,1996).

Durante o período colonial, principalmente quando os espanhóis e portugueses atingiram a região pantaneira, os Guató começaram a perder grande parte do território que ocupavam no Pantanal, apesar da resistência que eles impuseram aos conquistadores. Esses povos indígenas habitavam a região do Pantanal²³ antes de chegarem os não- índios, sejam eles portugueses ou hispânicos.

²⁰ Os primeiros colonos espanhóis a colonizarem a América, eram designados pela Coroa e recebiam prestígio em sua função.

²¹ O Guaxarapo era um grupo canoeiro, assim como os Guató, que habitavam o Pantanal. De acordo com OLIVEIRA (2002), eles foram extintos ou assimilados totalmente até o século XIX.

²² A animosidade dos Guató com os Guarani vem do fato de que estes últimos por muitas vezes se aliaram a espanhóis na busca de caminhos para a minas de Potósi, e serviam até mesmo de guias para os hispânicos. Ver SUSNIK, 1972.

²³ Podiam ser encontrados nas ilhas e ao longo das margens do rio Paraguai, desde as proximidades de Cáceres até a região do Caracará, passando pelas lagoas Gaíva e Uberaba e, na direção leste, às margens do rio São Lourenço.

O território que os Guató se estabeleceram fica localizado na região do pantanal onde hoje se situa o Estado de Mato Grosso do Sul. No século XVI Nuflo de Chaves parte de Assunção até o porto de Itatim, e no seu percurso descreve no relato de viagem a localização dos Guató:

“Y prosiguiendo adelante, llegaron a los pueblos de los Guayarapos, que estaban a la mano izquierda y, los de los Guatós que estaban a la mano derecha del río Paraguay, com quienes tuvieron comunicación y, desde allí fueron a reconocer aquella tierra que llaman el Paraíso, que es una gran islã, que está em médio de los brazos em que se divide el río, tierra tan amena y fértil como queda referido” (NUFLO DE CHAVES Apud. GUSMÁN, 1980, P. 162).

É muito provável que a ilha a qual Nuflo se refere seja a Ilha Ínsua, que fica localizada entre o Paraguai e o canal D. Pedro II. Além dessa ilha os Guató ocuparam as lagoas Gaíba e Uberaba, regiões próximas, no final do século XVI, quando tiveram uma disputa por aterros²⁴ com os Matsubehe (SUSNIK, 1978).

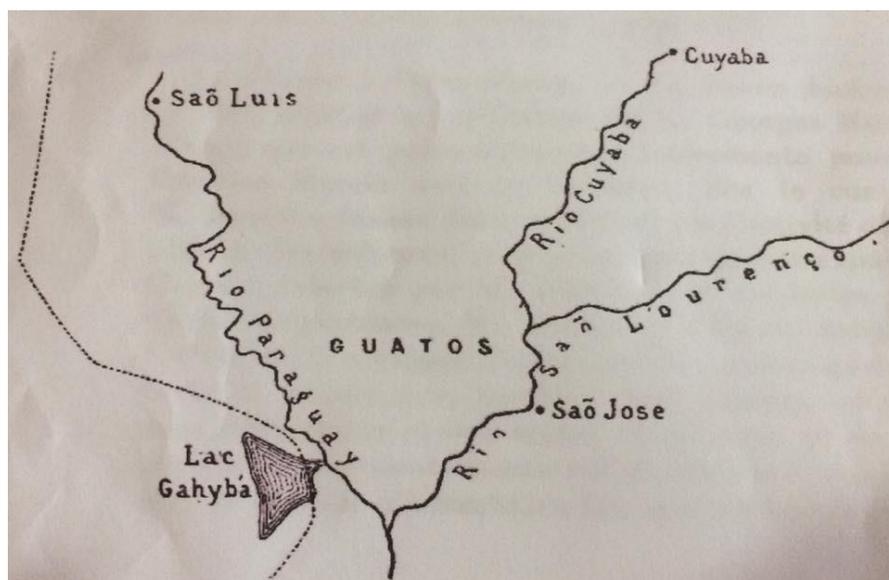


Figura 3- Mapa da localização territorial dos Guató. Fonte: RIBEIRO,2005, p. 72

²⁴ Os aterros eram construídos durante o período da seca, através do transporte, em cestos- cargueiros, de sedimentos, conchas de gastrópodes aquáticos e de bivalves, de pontos mais baixos para locais naturalmente elevados. As conchas são importantes porque, além de dar maior volume, firmam a terra contra a ação das águas e podiam ser encontrados nas proximidades do local escolhido para construção do aterro e geralmente pertenciam a indivíduos que já estavam mortos por motivos naturais (OLIVEIRA, 1996, p. 85-86).

A região demonstrada na figura engloba grande parte do Rio Paraguai e consideráveis extensões dos rios Cuiabá e São Lourenço e seus afluentes. Também a ilha Ínsua e as lagoas Gaíba e Uberaba se constituíam territórios de ocupação Guató.

Para que possamos compreender melhor o significado de território temos de analisa-lo com o viés de que ele é um produto da apropriação simbólica de um determinado grupo sobre o seu espaço ocupado (HAESBART, 2010).

“O território envolve sempre, ao mesmo tempo, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais [...]” (HAESBART, 1999, p.170).

Nos seus estudos sobre os Guató OLIVEIRA,1996 afirma ter recebido informação dos próprios índios que os aterros que utilizavam foram os Matsubehe que tinham construído. O autor ainda explica que esse grupo Matsubehe faz parte da mitologia Guató, dos quais eles teriam herdado alguns aterros e aprendido a construir tantos outros.

Outro viajante também faz um relato sobre a localização dos Guató e corrobora as informações descritas por Nuflo anteriormente. Segundo MONOYER, 1905 “Les indiens Guatos ... se rencontrent sur les rives du Paraguay supérieur et du Rio São Lourenço, dans la région marecageuse qui borde ces rivières entre les 17° et 19° degrés de latitude sud”. (Os índios Guató... se encontram sobre a parte superior do rio Paraguai e do rio São Lourenço, dentro da região pantanosa banhada por esses rios entre os graus 17° e 19° da latitude sul).

Gradativamente a colonização europeia vai aumentando e se expandindo para essas regiões, principalmente em busca do ouro, primeiramente nas minas de Potosí e no século XVIII em Cuiabá. E dessa maneira a colonização do Mato Grosso vai se efetivando e fortalecendo, à medida que os interesses mercantis avançam e as populações indígenas diminuindo. Os gentis de maneira geral foram tragados pelo avanço colonizador, ora exterminados por doenças as quais não tinham imunidades ou violências de toda sorte, ora por uma política assimilacionista. Os Guató ofereciam uma certa vantagem quanto a não contaminação em larga escala por meio das doenças dos não- índios, pois o fato de viverem em famílias em núcleos afastados²⁵ dificultou uma

²⁵ É de conhecimento que eles viviam em locais separados, porém nenhuma fonte etnográfica nos relatos de viajantes conseguiu expressar com exatidão a distância entre eles.

infestação generalizada, o que não ocorre em relação a outros grupos indígenas que costumavam conviver em tribos.

Em uma viagem etnográfica de MONOYER, 1905 ele afirma “Essentiellement pêcheurs, ils habitent le bord des rios et vivent par familles et non par tribus”. (Essencialmente pescadores, eles habitam a borda dos rios e vivem em famílias e não em tribos.) Temos então que essa característica de não morar em núcleos tribais como clãs os diferenciam dos demais, já que eles costumavam se agrupar em famílias. Segundo relato do mesmo etnógrafo sobre as características familiares dos Guató temos que: “Ces dernières sont fécondes et les cas de stérilité sont peu ainsi dire inconnus. Les familles atteignent le chiffre de 6 à 8 enfants”. (Os casais são fecundos e os casos de esterilidade são por assim dizer incomuns. As famílias atingem a cifra de 6 a 8 crianças). Em média eram famílias numerosas que os Guató formavam, o etnógrafo em seu registro não faz menção a prática de monogamia ou poligamia por parte dos Guató.

Outro autor em seu relato de viagem publicou sobre características dos Guató:

“Sustentam-se quase exclusivamente de caça e pesca e passam o dia nas suas canoas que eles mesmos fabricam com bastante perfeição, e são pequenas e velozes; multiplicam o número delas na proporção nos membros da família, e como são polígamos, não é raro ver um guató com 5 ou 6 canoas cheias de mulheres e filhos; contudo, mais ordinário é terem só duas mulheres, e mesmo alguns contentam-se com uma” (FERREIRA ALVES, 1914, p.90-91).

No relato de viagem deste autor percebemos que os Guató em geral praticavam a poligamia, mas que a mesma não era uma regra entre eles. A prática da poligamia tinha um significado de ampliação de uma rede de alianças, já que estariam aumentando os vínculos familiares.

No século XIX o pintor francês Hércules Florence, que estava acompanhando a viagem do Barão de Langsdorff, fez algumas descrições e desenhos desse grupo. Em relação a prática da poligamia, ele observou:

“Dizem que os Guató vivem com mais de uma mulher: a maior parte dos que vi levavam uma única. Lembro-me, porém que numa ocasião troquei algumas palavras com um deles que tinha na sua canoa três mulheres. Perguntei-lhe se todas eram suas; respondeu-me que sim. Pedi-lhe então por gracejo uma e ele retorquiu-me zangado que eu deveria ter trazido comigo a minha. Repliquei-lhe que não fora isso possível. ‘Pois bem disse-me ele, se você tivesse aqui sua mulher, eu a trocava por uma dessas’” (FLORENCE, 1948, p.150).

Ao analisarmos a descrição narrado pelo pintor Florence nos permite perceber que na verdade aquele homem Guató o queria como seu aliado. Pois é através da troca

das mulheres, que eles poderiam estabelecer e firmar novas alianças. A prática da poligamia entre esses povos tinha um caráter de prestígio social, pois possibilitava a existência de uma grande parentela. A poligamia também poderia lhes proporcionar uma maior produtividade em suas roças, já que haviam mais mulheres disponíveis para trabalhar (OLIVEIRA, 2003).

Segundo D'ALINCOURT na publicação Resultado dos Trabalhos e Indagações Statisticas da Provincia de Mato- Grosso os Guató são um povo com características de lealdade e amiga dos homens “civilizados”, valentes em manusear o arco e na caça da onça como está explícito na citação a seguir:

“Os Guató- Habitão no Paraguay, junto á Serra dos Dourados, e á lagoa Gaíba, Nação verdadeira, valeroza, nossa amiga, mui destra em manear o arco, e única de quem os Quaicurús tem medo; não ofende a outra Nação, mas livre-se algum de ofender estes Indios, que a vingança he certa: são mui destros na caça das onças, de que já tratei” (Nações Indígenas, p. 105).

O autor se refere a outra característica dos Guató, a de serem um povo vingativo, ele explicita que os Guaicuru nutrem um certo tipo de medo por eles, porém não aprofunda sobre a questão da belicosidade dos ditos povos. Afirma ainda que eles eram hábeis caçadores e por excelência bons pescadores.

Ainda sobre a questão do caráter vingativo dos Guató temos o relato de FLORENCE, 1948. O autor narra o assassinato de uma família Guató, demonstrando assim até onde vai o limite de passividade do grupo. Uma família que o acompanhou em sua viagem com o Barão de Langsdorff até Cuiabá, ganhou vários itens (facas, machados e anzóis) como pagamento pela prestação do serviço de guias. A existência desses presentes foram o suficiente para atrair a cobiça dos Guaná, fazendo então que estes últimos matassem os Guató para que assim pudessem se apropriar dos objetos que a família possuía. Logo que os Guató tomaram conhecimento do assassinato praticado contra os seus, eles se levantaram de arco e flecha ao longo do todo o rio Paraguai. Então quando os assassinos foram presos, os Guató pediram os índios aos militares, usando como ameaça tornarem-se inimigos dos mesmos caso eles não os entregassem os assassinos. Assim os Guató conseguiram os criminosos e se vingaram matando-os. E explicaram sua atitude da seguinte forma: “Guató não é ladrão. Guaná tinha matado Guató: Guató mata Guaná” (FLORENCE, 1948, p.160).

Sobre a habilidade de pesca e caça dos Guató MONOYER afirma:

“La pêche, comme il a été dit, est leur principale occupation; aussi sont-ils tous possesseurs d’un léger canot, taillé dans un tronc d’arbre, et qu’ils manient avec une adresse merveilleuse. (...) Ils ne craignent pas de s’attaquer au jaguar, don’t l’espèce mouchetée compte au Mato Grosso des représentants de grande taille”- (A pesca, como já foi dita, é a sua principal ocupação; todos eles também são possuidores de uma leve canoa, talhada dentro de um tronco de árvore, e que eles manuseiam com uma destreza maravilhosa. (...) Eles não tem medo de serem atacados pelo Jaguar, uma espécie que existe no Mato Grosso, dos representantes de animais de grande porte). (MONOYER, 1905, p. 156).

As atividades de coleta, caça e pesca se constituem como modo fundamental de garantia da subsistência Guató. Para isso tais atividades exigem um certo tipo de mobilidade espacial dentro do seu território. E esse fato pode ser visto e interpretado sob o olhar do não – índio como um nomadismo, caracterizando então esse povo como um grupo que não possui uma definição territorial estabelecida. O que pode ser bem interessante aos olhos dos não-índios definir esses povos como nômades, não possuindo então um território, dessa maneira a espoliação e uso mercantil de suas terras estava de certo modo justificada pelos mesmos.

O crescimento da pecuária da região do Pantanal se dá de forma eficaz a uma ocupação de supostos vazios demográficos na região. À medida que o bovino e o equino vão buscando novas áreas de pasto atrás deles os colonos vão incorporando as terras ao seu patrimônio, como se delas fossem seus proprietários. (ESSELIN, 2011).

Os Guató davam pouca atenção às práticas agrícolas, mas isso não significa que não as praticassem. Em sua publicação de 1914, Ferreira Alves reproduz um ofício entre a Diretoria Geral dos Índios e a Secretaria de Estado e Negócios do Império (2/12/1848), neste ofício constam informações referente às atividades agrícolas dos Guató.

“Plantam às vezes algum milho, mandioca e frutas, porém mais para regalo do que para segurar sua subsistência; nem se quer cuidam em fazer provisão de arroz silvestre que com abundância cresce em muitas paragens por eles frequentadas; apenas colhem com que satisfaze, as precisões do momento” (FERREIRA ALVES, 1914, p.91)

Outro autor, Félix de Azara (1908), também os classificou como “pouco agricultores”. Podemos compreender a suposta “negligência” na agricultura por parte dos Guató por conta da abundância de alimentos que a região oferecia, sendo assim suficiente para a subsistência dos mesmos.

Com a extinção dos grupos indígenas Guaxarapós e Payaguás, os Guató ficaram conhecidos, historicamente, como últimos índios canoieiros por excelência do Pantanal. Durante o período das enchentes eles eram obrigados a buscarem refúgios nas canoas, e nelas conseguiam permanecer durante dias e até semanas. Dessa forma eles viviam quase sempre sobre a água, em suas canoas usadas para o transporte, e construindo habitações de características simples nos aterros ao longo do curso do rio, caracterizando-se assim como um povo seminômade. Sobre a definição de aterro temos que:

“Entende-se por aterro um tipo de sítio arqueológico de interior, a céu aberto, que se apresenta na paisagem como uma elevação do terreno, total ou parcialmente antrópica, e que normalmente ocorre em áreas inundáveis” (OLIVEIRA, 1996, p.27)

Então a medida que o nível do rio Paraguai vai variando eles vão criando novos aterros. Eles serviam para além do cultivo de produtos necessários para sua subsistência, para uma espécie de proteção contra as enchentes que são recorrentes na região.

As habitações dos Guató exerciam a função de protegê-los de fatores climáticos diversos. Segundo OLIVEIRA, 1996 as habitações eram classificadas como abrigos provisórios ou casas fixas. Estas últimas possuíam uma estrutura bem pequena, o que seria suficiente apenas para abrigar a família, elas eram construídas com muito zelo, feitas para durarem muitos anos. Os Guató possuíam poucos objetos, dessa maneira a sua mobilidade no transporte das canoas era facilitada.

Em relatório sobre a catequese dos Guató uma de suas características mais peculiares em relação aos outros povos indígenas é o fato de passarem maior parte de suas vidas sobre as águas em suas canoas.

Ao Exmo Presidente informando sobre o Estado no geral da catechese nesta província.

[...] Guató: Os Guató diferem de seos conterraneos por huma circunstancia essencial: a de viverem por assim dizer sobre agôa. Esta nação esta quase extincta.[...] (Registro de Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios com a Presidência da Província: Período de 1860 a 1873. R- 037, F-03, Estante 07. Acervo: APMT)

Sua organização social de certa forma atesta uma adaptabilidade ecológica que se relaciona ao ritmo das águas do Pantanal. Isto tudo porque como vivem em famílias autônomas, há então uma maior possibilidade de mobilidade espacial, sobretudo no período da cheia dos rios, favorecendo assim à caça e pesca, o cultivo e a coleta sem causar grandes impactos negativos nos ecossistemas da região. Dessa forma, portanto,

os Guató tendiam a evitar causar uma pressão demográfica incompatível com a capacidade de suporte de certas áreas, ainda que talvez isso ocorra de forma não intencional.

2.2 Indígenas e a participação na guerra.

A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e as consequências que esse conflito trouxe para o cotidiano da região envolvida foram devastadores. A invasão paraguaia na província do Mato Grosso pegou a população civil de surpresa. Apesar de ser esperado que as ameaças se concretizassem, o governo provincial não tinha contingente o suficiente e por muitas vezes populações indígenas serviram a esse propósito, a defesa do território brasileiro.

A região do Pantanal que hoje pertence ao estado do Mato Grosso do Sul foi palco de vários capítulos da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Muitos grupos indígenas se envolveram no conflito armado, e entre eles temos os Guató. Dessa forma os nativos tiveram uma função importante na formação do Estado Nacional brasileiro, já que participaram da defesa sul da Província quando a mesma foi invadida e ocupada pelos paraguaios em 1864 (VASCONCELOS, 1999).

Uma das dificuldades consistentes no mapeamento da participação dos indígenas na guerra é o fato que por muitas vezes nas documentações escritas aparecem referências a eles apenas como “índios”. Ao não especificarem sua etnia o governo os trata de uma forma genérica, uma visão influenciada pelo etnocentrismo. Como exemplo temos um Ofício de 22 de março de 1866:

“ Em diversos officios mostrei a V. S. quanto importava que procurasse obter informações acerca das forças inimigas que occupão o Distrito de Miranda, das posições que occupão e dos seus movimentos; e, outro sim, relativamente aos índios que no mesmo distrito armados e cujo auxilio pode aproveitar-nos” (Secretaria do Governo do Província. Oficio nº 76, Caixa 1867. Acervo: APMT)

No distrito de Miranda, no Mato Grosso, havia dez aldeamentos indígenas fixos, totalizando 5 mil índios. Cada grupo indígena dotou uma postura particular na guerra. Os Guaná, Kinikinau e Laiana associaram-se à população brasileira, enquanto os Terena procuraram se manter equidistantes, ao contrário dos Kadiweus (Guaicuru) que inicialmente atacaram tanto brasileiros quanto os paraguaios. Os índios Mbaya, por exemplo, armados de fuzis e flechas atacaram com frequência os paraguaios, utilizando-se de táticas de guerrilhas, com isso causaram várias mortes e ferimentos (ALMEIDA, 2006).

Havia a presença de indígenas nas fileiras do Exército Imperial, a maioria deles era levada à força para o campo de batalha. Geralmente o recrutamento era compulsório

incidia sobre os indígenas, negros (escravos ou libertos) e homens desocupados, mas com condições de lutar, ambos tinham em comum o fato de serem representantes das ditas camadas “inferiores” da sociedade. A prática utilizada para o recrutamento forçado dificilmente ocorria de forma tranquila (DORATIOTO, 2002).

Tornaram-se soldados os índios de várias nações, entre as quais estão os Mbayá-Guaicuru (Kadiwéu), os Txané- Guaná (Terena, Guaná, Kinikinau e Layana), os Xamakoko, os Kayapó, os Guató e os Bororo da Campanha (carregam esse nome por supostamente habitarem os campos da região do Pantanal). Comuns a todos esses grupos indígenas é a sua localização territorial, pois todos se localizavam na parte sul da província do Mato Grosso, hoje atual estado do Mato Grosso do Sul (ALMEIDA, 2006).

Segundo VASCONCELOS, 1999 povos indígenas como os Guaná, Mbayá-Guaicuru e os Kadiwéu tiveram participação no conflito:

“[...] houve aqueles que lutaram ao lado dos brasileiros, denominados portugueses; os que foram apenas solidários (Guaná, Kiniknáu, Laiana); os que se limitaram a observar (os Terena); e os que hostilizaram tanto os brasileiros quanto os paraguaios (os Kadiwéu)” (VASCONCELOS, 1999, p.90).

A afirmação de que os Terena não tiveram participação ativa no conflito é contestada pela pesquisadora Vera Lúcia Vargas. Segundo ela os Terena desempenharam um importante papel durante a guerra, pois além de conhecerem todo o território eles ainda serviram de espiões para o Exército Imperial.

Os Guató foram valiosos na Guerra, como canoieiros eles transportavam os soldados pelo Pantanal afora, indicando os melhores locais. O conhecimento e a familiaridade com o território garantiam uma certa proteção as tropas brasileiras.

Para o General Couto Magalhães a colaboração dos Guató foi muito importante:

"[...] na ocasião em que íamos atacar, tivemos a necessidade de fazer nossas marchas em centenas de canoas, por pantanais conhecidos por eles, e onde nos foram de grande e valiosíssimo socorro, já indicando lugares de descanso no meio daqueles imensos paludes, já guiando à nossos soldados o caminho naquela emaranhadíssima rede de canoas” (COUTO MAGALHÃES, 1876, p. 113)

Os Guató convivendo com os soldados imperiais contraíram muitas epidemias, os viajantes LEITE, 1869; KOSLOWSKY, 1895 e BRANDÃO, 1872 deixaram diversos relatos sobre um grave surto de varíola, popularmente também conhecido de bexiga. Relataram também o surto da doença nos Guató no período de

1867 a 1870, com base nesses registros podemos ter uma dimensão do quanto esse grupo sofreu com o contato com os não-índios, apesar dos relatos não conterem dados e números específicos sobre a quantidade de vítimas.

KOSLOSKY, 1895 considera que houve outro motivo que contribuiu para a redução do número de Guató. No mesmo período do conflito com os paraguaios também houve disputas interétnicas com os Bororo. Tais conflitos e disputas eram comuns entre os indígenas, quando ocorria a diminuição populacional de um grupo ele se tornava mais vulnerável, sendo suscetível então a invasões e ataques de outros povos. Os Bororo e os Guató entraram em conflito, o primeiro quis aproveitar da fragilidade do último grupo por estarem se recuperando da epidemia e em conflitos com o Paraguai, tal disputa contribui ainda mais para a redução populacional dos Guató.

Geralmente os índios ao voltarem dos combates contra os paraguaios carregavam consigo fuzis, munições, tecidos, terçados (sabres), uniformes velhos e diplomas que recebiam dos oficiais do Exército brasileiro, isso tudo funcionava como prova de sua presença nas fileiras do Exército Imperial na Guerra (ALMEIDA,2006).

Alguns indígenas como os Guaná receberam até gratificações em dinheiro. Por muito tempo eles costumavam guardar os modestos prêmios que recebiam, sinal do orgulho de seus atos de bravura. Para se ter uma ideia, em 1879, quase quinze anos depois do início da Guerra ainda era possível ver os índios usando os velhos sabres presos à cintura. Uma demonstração clara do orgulho de ter participado da Guerra, levando-se em consideração que para muitos povos indígenas, a guerra e o guerreiro em si são elementos do seu cotidiano e simbologias (DORATIOTO, 2002).

As alianças construídas entre os povos nativos da região e os comandantes militares merecem atenção para a busca de satisfação de seus objetivos, tanto os povos indígenas quanto os brasileiros, paraguaios e bolivianos. Todos tinham seus interesses e eram movidos pela busca de seus benefícios próprios. Essas alianças pela parte dos índios não eram movidas exatamente por um sentimento patriótico ou algo semelhante, mas sim pelos seus interesses pessoais e os do grupo no qual pertenciam. A duração de certas alianças de maneira geral ocorre de forma muito tênue. Possivelmente existem exceções e grupos indígenas que demonstram uma fidelização maior para com seu aliado. Para grande parte dos indígenas a participação no conflito tinha um caráter mais de defesa dos territórios que ocupavam, já que eles não tinham para onde ir, do que um gesto movido por patriotismo.

Em relação à formação de alianças entre indígenas e colonizadores, os Guaicuru tinham uma inimizade bem antiga com os paraguaios, registrada desde o período colonial quando expedições punitivas eram enviadas com frequência contra eles pelos espanhóis, contando com a participação também de outros grupos rivais como os Guarani. Dessa forma essas incursões acabaram por estimular e fortificar a inimizade dos Guaicurus com os paraguaios, facilitando então uma possível aliança com os portugueses.

Quanto aos Guató temos uma diferença, há uma provável mudança de alianças. Inicialmente eles aparecem como aliados dos paraguaios. Supõe-se que dependendo da sua localização geográfica nas margens do Alto Paraguai eles teriam mais acesso aos paraguaios e poderiam ter firmado alianças. Afinal essas alianças giravam em torno de interesses próprios dos indígenas, e não pode ser analisada de forma maniqueísta, onde o índio é visto como ingênuo e de fácil manipulação.

O que ocorreu é que eles acabaram se distanciando das forças paraguaias, provavelmente por acontecimentos que puderam presenciar²⁶. E assim com uma mudança de aliados e com o objetivo de atenderem os seus interesses os Guató tornaram-se em uma espécie de espiões brasileiros, onde davam conta dos movimentos do inimigo (paraguaio) nas terras próximas ao Rio São Lourenço. Já os Bororo que viviam próximos a região de Escalvado (imediações de Cáceres, antiga Vila Maria), prendiam e traziam de volta aos destacamentos os desertores e os escravos que fugiam para a Bolívia (ALMEIDA, 2006).

Sobre as alianças registrou o general José Vieira Couto de Magalhães, presidente da província durante a guerra.

[...] Conserva esse povo até hoje grande animosidade contra os espanhóis; e um velho prático referia-me sempre, como se fora passado poucos dias antes, um roubo que os espanhóis haviam feito de mulheres Guató, e que talvez já datasse de mais de cem ou duzentos anos. Para eles os paraguaios continuam a ser castelhanos, assim como nós continuamos a ser portugueses. Quem sabe se não foram essas mulheres, roubadas há tanto tempo, a razão da extrema fidelidade que nos guardaram sempre esses selvagens que, forçados desde o princípio da guerra a passar muitas vezes pelas rondas paraguaias, nunca denunciaram nossos movimentos ou presença nem por gesto? O Dr. Carvalho, distinto médico do exército, que, acossado pelo inimigo no

²⁶ Os Guató teriam presenciado atos cruéis por parte dos paraguaios. Essa hipótese se apresenta um pouco vaga, já que o termo crueldade pode ser bastante amplo. O que pode ser crueldade para um grupo pode ser uma banalidade para outro. E a história de vários povos indígenas nos mostra que o cotidiano de conflitos era estimulado em sua sociedade e organização tribal. Os guerreiros indígenas eram muito valorizados entre seus pares.

combate do Alegre, viu-se obrigado a refugiar-se entre os Guató, que com eles errou por muito tempo, e que, portanto, teve espaços e vagar para notar seus costumes, insistia em suas narrações sobre o singular recato, modéstia e honestidade da família Guató (C. de Magalhães, 1873, p. 480-481; 1975 [1876], p.78-79 e 114-115)

Nas suas afirmações o General Couto Magalhães acentua que os Guató tinham seus motivos para manter fidelidade em relação aos brasileiros, ou portugueses, como eles insistiam em chamar. Motivos que segundo o relato tem ligação com um roubo de mulheres Guató praticado por espanhóis.

Outro ponto interessante a ser observado é a visão dos indígenas, em especial os Guató, sobre a questão das nacionalidades dos “homens branco”, para eles não faziam muita diferença se eram portugueses ou brasileiros, ainda mais nesse período onde o sentimento de brasilidade ainda estava em formação. Em contrapartida os Guató sabiam distinguir entre espanhóis e portugueses e como e com quem fazer alianças para seu benefício.

Sobre a situação dos povos indígenas envolvidos no fim do conflito gerado pela Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai temos que:

“O fim dessa guerra representou para as sociedades indígenas o começo de uma outra batalha pela sua sobrevivência pois, além de muitos indígenas terem sido dizimados, muitos outros ficaram doentes e miseráveis. Como se isto não bastasse, não possuíam mais a posse sobre os antigos territórios que ocupavam, tomados agora pelas fazendas que se proliferavam indicando uma nova desterritorialização dos Terena” (VARGAS, 2003, p.53).

Apesar da autora se referir especificamente ao povo Terena, essa realidade se reproduziu com os povos indígenas que acabaram se envolvendo no conflito, seja na sua forma direta ou indireta.

RIBEIRO, 1996 também cita o impacto que a guerra causou aos povos indígenas, e em específico aos Terena.

“Outros, como os Terena foram obrigados a afastar-se das terras mais férteis à margem do rio Miranda e a refugiar-se em terrenos áridos, onde se tornou mais difícil sua vida de lavradores” (RIBEIRO, 1996, p. 101.)

Dessa forma muitos povos indígenas estavam espalhados pela região do Pantanal no contexto do pós-guerra. Segundo SCHUCH, 1995 houve um aumento demográfico na região, pois ela foi ocupada por muitos soldados, brasileiros e

paraguaios. Esses militares muitas vezes não retornaram ao seu local de origem e optaram por fixar moradia na região pantaneira, inaugurando uma sequência de conflitos com os povos nativos, já que, os militares foram se apossando de grandes extensões de terras e expulsando os indígenas das áreas incorporadas aos seus patrimônios.

Outra questão pertinente sobre a participação dos povos indígenas na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai é o fato de que as referências documentais à sua participação no conflito não estão contidas como assuntos militares. Mas sim em Ofícios destinados apenas a manter o Império Brasileiro informado a respeito dos meandros da Guerra. Devido a fatos como esses podemos perceber como por muito tempo ainda essa participação indígena na guerra ficou como um “exército invisível” nas palavras de MARQUES, 2007.

2.3 Guató e os aldeamentos

A política indígena no período colonial era a de aldeamento, o governo esperava que através dela a catequização se mostrasse eficiente no processo de domesticação e civilização desses indígenas. Civilizar para o governo significava educá-los aos moldes e parâmetros da cultura europeia e católica da época. O principal intuito dessa domesticação indígena nos moldes europeus ocidentais era de prepará-los para a inserção na sociedade de forma produtiva, seja através de trabalhos artesanais e de lavoura nos aldeamentos, ou até mesmo nas mais diversas formas de escravidão na qual eram submetidos e explorados.

Foram instaladas várias reduções, os lugares onde os jesuítas dedicavam-se a exercer a catequese nos povos indígenas, preparando-os então para a vivência do cristianismo. Da comunicação escrita entre essas reduções surgiram no século XVI as Cartas Ânua²⁷. Em uma dessas cartas, padre Diego Ferrer menciona que a nação dos Guató se localizava próxima a redução de Nossa Senhora de Taré, embora não informe especificamente a distância (FERRER, In: CORTESÃO, 1952).

Para OLIVEIRA,1996 essa redução localizava-se onde hoje é o rio Aquidabã, um dos afluentes do rio Paraguai, nesse período do século XVI, o território da redução ainda estava sobre o controle dos espanhóis.

No período imperial muitos aldeamentos foram sendo extintos e os índios que estavam habituados a esse modelo de convívio social se viram expostos mais uma vez a uma nova realidade. O governo imperial não tinha interesse em proteger as culturas indígenas e seus povos, pelo contrário, esperava-se que esses povos indígenas se diluíssem na sociedade e exercendo diversos trabalhos braçais e artesanais contribuíssem de forma produtiva para o desenvolvimento e progresso da sociedade (MONTEIRO,1994).

Os dirigentes do império manifestavam suas preocupações com o processo de “civilizar os índios” José Bonifácio de Andrada e Silva, o “patriarca da independência” afirmava que catequizar, e aldear os índios bravos do Brasil era matéria de suma importância; mas de portentosas dificuldades na sua execução. (ANDRADA E SILVA, 2000).

²⁷ Eram documentos burocráticos internos da Companhia de Jesus, dirigidos ao superior geral de Roma, para informar os acontecidos de cada ano. No decorrer dos anos passaram a ser bi ou tri anuais.

No que concerne à política indigenista do século XIX temos algumas observações feitas por PORTO ALEGRE, 2004:

“Sem grandes controvérsias ou disputas, o indigenismo oficial do século XIX empenha-se em estimular a diluição dos povos indígenas na população circundante. Com esse objetivo são extintos muitos dos antigos aldeamentos e vilas de índios por todo o país e a maior parte das terras é definitivamente expropriada” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 3)

Em 1846, na Província de Mato Grosso e outras, para iniciar o aceleramento do processo de conversão dos nativos em homens “civilizados e produtivos”, foi criada a Diretoria Geral dos Índios [Decreto de 24 de julho de 1845], chamado de “Regulamento das Missões²⁸”, que colocou em prática vigorosa política de aldeamento. Surgiram assim as “aldeias regulares”, ou seja, estabelecimentos oficiais presentes nas províncias do Império. Na prática, não mudava muito a política que prevaleceu desde os tempos coloniais. Esperava-se que os nativos, uma vez aldeados, se tornassem dóceis e submissos aos costumes “civilizadores”, adotando uma cultura que não era a deles e que não lhes garantia progressão efetiva. Com a catequese e a civilização desses povos, o Estado brasileiro propunha-se a romper com a situação de “barbárie”, abrindo uma porta à exploração da mão-de-obra autóctone por autoridades e fazendeiros. “Civilizar” os povos indígenas representava por fim à “selvageria” (ESSELIN e VARGAS, 2015).

O Regulamento das Missões vem com o intuito de cercear a liberdade dos índios e legislar sobre suas formas de catequese e civilização em todo o território imperial. O propósito desse novo sistema de aldeamento era o de promover a integração dos índios à sociedade nacional, municiando-se assim de todos os meios para cumprir tal objetivo.

Quanto ao funcionamento da Diretoria, o diretor geral dos índios estava subordinado ao presidente da província, para quem redigia relatórios que eram publicados com frequência equivalente à saída provisória ou definitiva de cada presidente da província, o que em geral se dava a cada dois ou três anos, em alguns casos com intervalos menores que um ano.

O diretor geral tinha autoridade para tratar diretamente com as aldeias indígenas que estavam sob sua jurisdição. Para cada uma ou mais aldeias que formavam um conjunto próximo, foi proposto a criação de uma diretoria parcial e a nomeação de um

²⁸ O Regulamento das Missões pode ser acessado no sítio <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-426-24-julho-1845-560529-publicacaooriginal-83578-pe.html>

diretor parcial, o qual também receberia um título militar honorífico de Tenente-Coronel. Um tesoureiro, um almoxarife e um cirurgião deviam ser nomeados para compor a equipe responsável pelas diretorias parciais, na prática isso acontecia com as mais importantes e numerosas. Já com as mais remotas elas tinham apenas a presença de um missionário. As funções pertinentes a um diretor parcial, como um mantenedor da política imperial no nível local, eram entre outras: proteger os direitos dos índios às suas terras; cuidar pela fundação, tranquilidade e desenvolvimento das aldeias indígenas; propiciar instrução civil, religiosa e artística aos índios; e por último fiscalizar e utilizar a receita das aldeias “de acordo com a política governamental” (ARARIPE, 1958).

Porém, apesar de toda essa organização administrativa sobre a política de aldeamentos, na maioria das vezes esse processo não ocorreu de forma tranquila e nem pacífica. Os índios tinham impostas longas horas de trabalho seja em lavouras, pecuária, construção civil, como remadores e em atividades artesanais. Dessa maneira eles iam sendo preparados para atividade laboral, como uma mão-de-obra que poderia e seria mais tarde utilizada pelos fazendeiros ou nos pequenos povoados.

Sobre as políticas indigenistas do Brasil nesse período e as formas de resistência dos povos indígenas VARGAS propõe:

“A política indigenista brasileira, desde o primeiro momento de sua implantação no Brasil, esteve voltada para atender aos interesses do governo brasileiro e não para defender os direitos das sociedades indígenas. Este estudo limitou-se a compreender algumas práticas utilizadas pela política indigenista do século XIX, que prosseguiu legitimando a desterritorialização das sociedades indígenas e atendendo aos interesses das autoridades brasileiras, situação recorrente em quase todo o século XX. Por sua vez observa-se que as sociedades indígenas apontaram suas estratégias e respostas, evidenciando que possuíam uma política própria. Mesmo em um contexto de prejuízos e usurpação de seus direitos, conseguiram reconstruir parte de seus territórios” (VARGAS,2003, p.59).

Os Guató são índios que ofereciam grande resistência aos aldeamentos como parte de política do governo provincial. E em relatório sobre a situação dos índios da Província apresentado em abril de 1864 percebemos esse comportamento.

[...] Guató: Continuo estes índios, habitantes das margens dos rios São Lourenço e Paraguay, na sua vida nômade, sem se sujeitarem até agora a um aldeamento. Avalia-se o seu numero de (5ao) a (6ao). As suas famílias vivem isoladas, ou reunidos em pequenos grupos. Sustentao se quase exclusivamente da caça e pesca, e hoje prestão algum serviço, como remadores de canôas, aos viajantes dos mesmos rios. [...] (Registro de Correspondência Oficiais entre a Presidência e

as Câmaras Municipais, Párcos, Bispos, Juizes de Paz, Diretor Geral dos Índios, Administrados do Correio e pessoas particulares da Província. Período de 1862 a 1864. R- 038, F-05, Estante 07. Acervo: APMT)

Em outro relatório João Batista de Oliveira- Diretor Geral dos Índios- se reporta ao presidente da Província sobre a questão dos aldeamentos dos Guató.

[...] dirigiu-me o 1 Ten. Almada Pedro David Derocher, ao atual Director do Estado dos Dourados, versando sobre os meios que julga adequados para levar se a efeito o aldeamento dos Índios Guató que se acham disseminados nas margens dos rios S. Lourenço e Paraguay. Cumprindo-me emitir a minha opinião a respeito, tenho a dizer que julgo inesequível o meio apontado pelo dito 1 Ten. ; não só porque é contrária ao Regulamento de 24 de julho de 1845 que proíbe o aldeamento forçado, sendo que esses Índios não se prestão a isso (...) como pode tornar-se muito dispendiosa a conservação da força necessária para conte-los no ponto em que se indicasse para a Aldeia, sustento na primeira arma e compra de ferramentas, despesas estas que não se comporta a insignificante consignaçon para a catechese dos Índios nesta província.[...] (Registro da Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios com a Presidência da Província: Período de 1860 a 1873. OBS: Microfilmado, rolo 37. R-037, F-03, Estante 07. Acervo: APMT)

Primeiramente que há uma preocupação por parte do 1º Ten. Almada em promover o aldeamento dos Guató mesmo que para isso se faça uso da força. Assim na análise de João Batista de Oliveira era muito dispendioso para a província gastar com armas e ferramentas para manter os indígenas em aldeamentos forçados, sendo do ponto de vista dele o único benefício que se poderia obter era a catequese.

Esse pensamento se faz ainda mais importante num contexto de Guerra, onde a província do Mato Grosso encontrava-se em situação bastante complicada com sua defesa territorial. Várias cidades do sul do estado próxima a região fronteira com o Paraguai foram abandonadas por suas populações e vários grupos indígenas empreenderam fuga com receio das invasões paraguaias em seu território.

Cada povo indígena estabelecia uma relação bem peculiar com seu território ocupado, com seus antepassados e com sua terra, seu modo de viver e cotidiano são baseados na forma em que a terra pode lhes oferecer em suas alternativas de sobrevivência. Os Guató são conhecidos por serem povos canoieiros do pantanal, vivendo isoladamente na região com suas famílias nucleares, esses povos tem toda a sua cultura desenvolvida e criada a partir de sua vivência na Ilha Ínsua. Todos os seus hábitos estão relacionados com o seu ambiente.

Outro ponto a ser analisado nos Guató, é a sua desterritorialização, ou seja, a expulsão da maioria dos indígenas de seu território original, o Pantanal ao sul da província do Mato Grosso. Dessa forma foram ocupados outros territórios e obrigados a se adaptarem a um novo modo de vida, o que acaba por levar a uma gradativa descaracterização de sua cultura e dispersão de seu povo. E isso ocorre com mais força e nitidez para os Guató, pois eles têm uma ligação e relação muito forte com seu território e com os rios de onde tiravam seu sustento (RIBEIRO, 2005).

Com o início do século XX e o avanço da pecuária bovina e da agricultura no Pantanal mato-grossense muitos Guató acabaram sendo forçados a deixarem seus territórios tradicionais e migrarem para os centros urbanos.

Entre os vários motivos que nos ajudam a entender o êxodo indígena temos:

- “1. Insegurança total no que diz respeito às terras: expulsos do seu habitat tradicional, não encontram mais terras sem dono. Vivem dispersos, vagando de fazenda em fazenda, esmolando um canto para se refugiar.
2. Sobrevivem da venda do peixe e do trabalho nas fazendas, onde ainda se usa o piraim, tendo-se também notícias de maltrato e destruição de lavouras próprias.
3. A caça está proibida, principalmente do jacaré e da onça pintada. Com isso o índio ficou sem uma das atividades fundamentais de sua cultura, pois o jacaré era parte da sua dieta e a caça da onça, o teste de suficiência para o menino passar da puberdade à maturidade e poder caçar.
4. Espoliados, sem rumo e sem ajuda, perdidos muitos de seus traços culturais, os homens mais que as mulheres, vem se entregando à embriaguez, em total desânimo, sem constituir família, aparentemente em processo de auto- eliminação. As mulheres mais animadas partem para casamento com não Guató” (CIMI- MS, 1998, p.4).

Expulsos de seus territórios tradicionais eles foram para a periferia das cidades como Corumbá, Ladário, Cáceres, Cuiabá, Poconé e Barão de Melgaço. Sendo a grande maioria incorporados a grande massa de proletários e subempregados, isso quando não entram em vícios e desgraças da vida urbana como o alcoolismo e a prostituição. A principal cidade foi Corumbá, em Mato Grosso do Sul, muitos Guató foram viver em bairros periféricos (Generoso, Cervejaria, Guarani e Cristo Redentor), morando em barracos alugados sem a mínima infraestrutura urbana. Os que não migraram para os centros urbanos passaram a trabalhar em fazendas de gado ou foram viver em áreas que até então não eram ocupadas por homens brancos (CARDOSO, 1985).

Durante muito tempo figurou-se entre pesquisadores e sociedade de forma geral a premissa que a existência de povos indígenas estava com seus dias contados. A ideia de que logo todos seriam assimilados e aculturados, sendo absorvidos socialmente. Há

alguns objetivos por trás dessa teoria, o principal deles podemos indicar que é uma tentativa, ainda que em vão, de uma europeização do Brasil, fazer desaparecer o negro e o índio na massa do conjunto social (MONTEIRO, 1994).

A concepção do desaparecimento gradual da cultura dos povos indígenas também foi reforçada por uma historiografia, que durante muito tempo marginalizou esses povos, referindo-se a eles apenas nos períodos iniciais da colonização portuguesa. Reforçando todas essas ideias pessimistas sobre o desaparecimento dos índios temos Adolfo Varnhagen (1981, p.30), que segundo este para os povos indígenas “não há história, apenas etnografia”. Para MONTEIRO, 1994 foi durante o século XIX que a perspectiva predominante entre os antropólogos era a tese de extinção, eles acreditavam que iria ocorrer uma total adaptação e absorção dos índios na sociedade nacional.

Nos anos de 1950 a 1970 os Guató foram oficialmente tidos como povos indígenas extintos pelo governo brasileiro. Parafraseando OLIVEIRA, 1996 tal fato foi uma espécie de etnocídio à esferográfica, pois o Serviço de Proteção ao Índio- SPI, hoje a atual Fundação Nacional do Índio, FUNAI não fez nenhum levantamento demográfico para averiguar a fundo a situação deles e quantos são. A ideia de que os Guató estavam extintos era aceita pelo antropólogo Darcy Ribeiro que no seu artigo Culturas e línguas indígenas do Brasil que foi publicado em 1957, ele então assina o atestado de óbito dos Guató. “Guató, Viviam à margem do rio Paraguai, subindo às vezes o rio São Lourenço, no Estado do Mato Grosso. (Extintos) ” (Apud OLIVEIRA,2012). Ironicamente mais tarde o mesmo Darcy Ribeiro participou de movimentos e eventos em defesa dos direitos dos povos indígenas ressurgidos nas décadas de 70 e 80, entre eles estão incluídos os Guató que participaram dos eventos ocorridos em Mato Grosso do Sul.

Contrariando essa ideia de desaparecimento, os povos indígenas Guató não só sobreviveram e resistiram como também tiveram um notável crescimento populacional, indo contra todas as expectativas pessimistas de muitos intelectuais.

Em fins da década de 1970 e graças ao apoio de alguns missionários salesianos, principalmente da italiana Ada Gambarotto, da Ordem das Filhas de Nossa Senhora Auxiliadora e do padre Osvaldo Scott, que trabalhando na região de Corumbá conseguiram localizar os índios remanescentes espalhados pelo Pantanal.

Após isso os Guató conseguiram iniciar um processo de etnogênese e luta pela posse da ilha Ínsua, situada hoje no estado do Mato Grosso do Sul, próximo à divisa com o Mato Grosso. Entendemos que a luta foi difícil e longa, por mais de uma década,

até que o governo finalmente pudesse reconhecer a área como território de ocupação indígena (RIBEIRO, 2005).

O paradigma de um provável desaparecimento dos povos indígenas só foi possível de ser contestado com a presença ativa e forte militância dos mesmos em favor de seus direitos perante a sociedade. A resistência deles durante sua trajetória também foi de primordial importância, pois conseguiram sobreviver a espoliação e usurpação de seus territórios, às epidemias contraídas de contatos com não-índios, violação de sua cultura e religiosidade e à escravidão.

Uma das formas de sobrevivência e resistência de muitos povos indígenas foi a busca pelo interior, povos que viviam no litoral adentraram cada vez mais para o interior do país, buscando escapar da cobiça dos colonos. Outro método utilizado foi a resistência belicosa, e nesse contexto podemos incluir também alianças Inter étnicas. Esse foi o caso em que se insere os Guató, que formaram alianças com não-índios a fim de lhes prover alguma forma de segurança ou benefício.

A situação dos índios Guató é um tanto quanto peculiar entre tantas histórias de povos indígenas na América do Sul. Através da organização conseguiram o que para muitos parecia impossível, retornar para parte do seu território no Pantanal sul mato-grossense.

Atualmente muitos Guató estão ressurgindo em várias partes do Pantanal, uma das provas /que novamente estão se reconhecendo como integrantes desse grupo indígena e cada vez mais se fortalecendo culturalmente²⁹.

A confirmação oficial da existência dos Guató ocorreu através de duas expedições realizadas pelo Conselho Indigenista Missionário³⁰, em outubro de 1977. A terceira expedição a ser realizada foi organizada pela FUNAI, chefiada por Noraldino Cruvinel em 1978. Ambas as expedições foram guiadas por Celso, filho de uma das líderes Guató do movimento de ressurgimento e fortalecimento da etnia (RIBEIRO, 2005).

²⁹Os Guató viraram tema do longa-metragem 500 Almas, película dirigida pelo cineasta Joel Pizzini Filho. O longa traz uma leitura um tanto quanto poética sobre a história e cultura, passado e presente desses povos. Uma verdadeira viagem sobre suas lembranças, mudanças e permanências através do curso do rio.

³⁰ O Conselho Indigenista Missionário foi criado em 1972 e é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas. <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/> acessado em 05 de agosto de 2017.

Capítulo 3 -Fronteiras e Identidade

3.1 Relações de pertencimento dos Guató

A relação dos Guató com os outros, sejam eles indígenas ou colonizadores também merecem ser analisada e compreendida como a maneira que um povo com características culturais particulares se relaciona em uma dinâmica social.

A própria denominação Guató para servir como o nome de identificação e intitulação de sua cultura como um povo pode ter uma origem relacionada a maneira de como os outros o percebiam e chamavam em sua própria linguagem. E essa denominação com o passar do tempo foi sendo apropriada e ressignificada como sendo o nome deles.

“É possível por exemplo, que Guató seja uma derivação de guatá, verbo que em Guarani significa andar, caminhar, circular, viajar, transitar, anotado dessa maneira no início da Conquista Ibérica para indicar um povo canoeiro com grande mobilidade espacial. No decorrer dos anos, guatá acabou sendo pronunciado como Guató, incorporado como denominação e autodenominação étnica em um contexto sociolinguístico, marcado por intensos contatos interétnicos” (OLIVEIRA, 2002, p. 255).

Guató então se torna o nome pelo o qual esse grupo se autodenomina, mas que pode ter sua relação vinculada ao olhar do outro sobre eles. O olhar que os Guarani tinham deles e como eles os chamavam se torna então um termo identificador para todo esse grupo indígena.

A ilha onde é território dos Guató também recebe um nome pelo olhar do outro, e os Guató acabam se apropriando dessa nomenclatura e a utilizam no seu cotidiano para reivindicar seus direitos territoriais. O nome Ínsua tem sua origem na homenagem ao Capitão- General de Mato Grosso, Luiz Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, seus pais possuíam em Portugal uma mansão que era conhecida pelo nome de Ínsua, conservada pelos seus descendentes e conhecidas até hoje como Casa de Ínsua (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2016).

A outra denominação pela qual a ilha é chamada também tem relação com o outro. Um não-índio, Eulálio Soares, que atende pelo nome de Xôlo, abriu um porto para embarque e desembarque de gado na região, e a esse porto foi batizado com o nome de Bela Vista do Norte (AZANHA, 1991).

Um território de ocupação indígena, ambiente natural dos Guató sofre então a interferência de não- índios e até as denominações que são usualmente utilizadas hoje

advém do processo dessa interferência. Porém não podemos generalizar, pois alguns rios, cidades e acidentes geográficos continuaram a manter os seus nomes indígenas, não sendo dessa forma rebatizados pelos europeus.

Nesse sentido, também se torna necessário compreender a importância da memória nesse processo, pois as transformações ocorridas a um povo durante um determinado período podem afetar a maneira como ele mesmo guarda e preserva sua memória.

Temos que a memória humana é de uma organização bastante complexa. E sobre esse assunto VILAR, 1998 nos lembra que um fato específico pode até estar esquecido, mas a sua representação continua viva.

Já para NORA, 1993 a memória está em constante evolução e fica então suscetível a novas lembranças, assim como aos esquecimentos também. Quando nos referimos a memória devemos levar em consideração que:

“A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, venerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1993, p.9).

Dessa maneira o ser humano possui uma memória seletiva, fatos podem ser gravados e memorizados como outros podem ser esquecidos e os mesmos que foram lembrados também podem ter diversas ressignificações de acordo com a fase da vida em que a pessoa se encontra.

Levando em consideração elementos fundamentais da história de um povo como a cultura, identidade e memória Guató temos uma senhora que se tornou uma personagem emblemática de todos esses elementos. Dona Negrinha que também atendia pelo nome de Francolina Rondon ou Sadjuguiakam nasceu em 1910, era filha de uma Guató e pai negro.³¹

Segundo OLIVEIRA, 1996 Dona Negrinha sentiu na pele a diferença de sua cor perante aos demais na comunidade. Essa situação em nada tem a ver com suas características indígenas e o sentimento de pertencimento ao povo Guató por ela nutrido até seus últimos dias. Tal fato se fundamenta porque a etnicidade e a identidade étnica

³¹ Apesar da data de nascimento de Dona Negrinha ser posterior a delimitação temporal de minha pesquisa, julguei interessante trazer seu exemplo e sua história para a discussão tendo em vista que a mentalidade de um grupo não se transforma em um processo linear. A história e os relações sociais são permeadas de mudanças e permanências.

não se relaciona com a ideia de raça ou qualquer outra conotação biológica (BARTH,1998).

Sendo assim Dona Negrinha se reconhece como Guató, pois ela viveu como uma, moldando e sendo moldada pelas práticas culturais, ela dominava a língua, a cultura e todo o universo simbólico dos seus. A partir do momento em que se casa com um índio Guató, essa união passa a ter uma representação significativa e simbólica para a comunidade, pois é a manutenção de sua inserção e aceitação no grupo (OLIVEIRA, 2012).

Nas narrativas orais de Dona Negrinha³² ela afirma que a presença dos Guató em Corumbá funcionava como uma espécie de posto que visava impedir a circulação de outros grupos “bárbaros”, que viviam na região. Ela denomina de “bárbaros” povos indígenas que não são os Guató, e para ela a ocupação de seu povo na região impediu que outros povos habitassem a região. Tal afirmação evidencia uma certa continuidade de alianças firmadas entre os Guató e os portugueses/brasileiros (OLIVEIRA, 2002).

Outra referência identitária pode ser percebida através da fala de Dona Negrinha ao referir os outros povos indígenas de bárbaros³³. Tal identificação perante o outro nada mais é do que a externalização, ainda que inconsciente ou não do seu sentimento em relação ao outro, ao que está fora de seu grupo. Os outros povos indígenas são bárbaros, através de uma construção do outro é que nós o denominamos.

Há várias formas de nos relacionarmos com o outro. Primeiramente pode ser um julgamento de valor, o outro é bom ou mau, gosto dele ou não. Em segundo lugar pode haver a ação de aproximação ou distanciamento em relação ao outro, exemplificadas através de adotar os valores, se identificar com ele, ou então assimilar o outro impondo a sua própria imagem. Entre a submissão ao outro e a submissão do outro ainda há um terceiro termo que é a indiferença ou neutralidade. E em terceiro lugar tem o conhecer ou ignorar a identidade do outro (TODOROV, 1999).

As relações entre os indivíduos que pertencem a grupos sociais distintos também podem ser pensadas como um conflito entre fronteiras imaginadas. E essa fronteira se

³² “Dona Negrinha”, era filha de mãe Guató e pai negro, nasceu no porto da Fazenda Conceição, localizada às margens do rio Alegre, analfabeta, aprendeu a língua portuguesa com a família. Após a separação dos pais, viveu a maior parte de sua vida na Ilha Ínsua, juntamente com os outros Guató. Na velhice, por motivos de saúde, voltou a morar em Corumbá com os filhos. Era bilíngue e faleceu em fevereiro de 2008, aos 98 anos.

³³ A sua fala aponta para a alteridade estabelecida entre os grupos indígenas, especificamente na memória da entrevistada que se refere a outros dois grupos referidos como “bárbaros”, inimigos dos Guató e, numa compreensão oposta, indica os aliados definidos de forma inespecífica como “amarelos” (OLIVEIRA, 2012, p.134).

constitui como um espaço de negociação e conflito ao mesmo tempo, onde um indivíduo e o "outro" estão travando suas relações interpessoais.

A maneira de como o ser humano lida com o outro, pode ser percebida na relação dos índios e não-índios. Com a intensa ocupação e expansão pecuária na terra dos Guató, muitos desses índios acabaram indo trabalhar nas fazendas de gado. Com essas apropriações indevidas sobre suas terras esses índios tiveram de se readaptar e se reinventarem em um novo contexto. Situação parecida acontece com os índios da região Nordeste que com o passar do tempo foram sendo reconhecidos pelos outros como caboclos locais.

No caso da região pantaneira muitos Guató potencialmente foram confundidos com bolivianos, paraguaios, ribeirinhos ou bugres. De uma forma não inocente os índios são assimilados como sendo outros povos, essa era uma das maneiras de negar sua existência. No Nordeste a aparência de caboclos muitas vezes era reafirmada como uma forma de negação e resistência a possíveis represálias ou invasões de territórios assentados (AMORIM, 2003). Partindo desse pensamento podemos compreender que por muitas vezes os Guató também podem ter reafirmado sua semelhança com outros povos e negado sua etnicidade como uma maneira de sobrevivência. O que pode ser corroborado com a pouca quantidade numérica e ausência de Guató em regiões potencialmente ocupadas por eles nos relatos e crônicas dos viajantes.

Na luta por posse de seus territórios os Guató têm uma relação profunda com a Ilha Ínsua e a escolheram como local a ser transformado em sua reserva. Segundo consta em um relatório antropológico produzido pela FUNAI³⁴ na mitologia Guató a ilha é tida como um local sagrado, sendo considerado o centro do universo cultural Guató, de onde dela teriam emergido seus ancestrais. Essa é a única obra que trata desse mito Guató (CARDOSO,1985).

Conforme Lévi-Strauss é da natureza dos povos indígenas que se espera um contato com ancestrais, espíritos e deuses. Ainda de acordo com (HALL, 1997) é sobre os mitos que são fundadas as nações. Esta concepção pode ser perfeitamente aplicada aos Guató no contexto de ressignificação de um mito para legitimação do território que ocupavam.

³⁴ Não foi possível encontrar o documento na íntegra produzido pela FUNAI. CARDOSO, 1985 Apud RIBEIRO, 2005.

4.2 Guató e o contexto fronteiriço

O território onde os Guató vivem na região pantaneira por ser considerado em uma faixa de fronteira. Atualmente a sua definição territorial caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira brasileira, na qual abrange 11 unidades da Federação e 588 municípios divididos em sub-regiões e reúne aproximadamente 10 milhões de habitantes. A Faixa de Fronteira do Centro-Oeste é composta por 72 municípios dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul³⁵.

O território fronteiriço apresenta características singulares em relação a uma outra região mais ao interior do país. Ao longo do tempo da ocupação e permanência desse povo indígena nas lagoas pantaneiras eles se viram cercados por interesses diversos dos homens colonizadores, fossem eles portugueses ou espanhóis.

A colonização ibérica avançou e chegou até os Guató inicialmente através dos contatos com os não-índios avançando pelo território em busca de indígenas para apresamento e riquezas minerais.

No início do século XVIII a exploração de minas e ouro pelos bandeirantes em Cuiabá, capital da província, leva a uma nova onda de ataques aos Guató. Segundo OLIVEIRA, 1996 há registros históricos que os Guató morreram “às centenas”, através de conflitos com os bandeirantes e de doenças como gripe, tuberculose e sarampo.

Outra questão que não pode ser relevada é a escravização de muitos desses índios ao serem capturados pelos bandeirantes. Muitos Guató foram então retirados do seu ambiente e levados escravizados, pois uma das principais atividades dos bandeirantes era o apresamento de indígenas, e depois a possibilidade de encontrar ouro e metais preciosos (Siqueira, Costa & Carvalho, 1990 Apud OLIVEIRA, 1996).

No que diz respeito a oposição e resistência dos indígenas à colonização a historiografia brasileira se posiciona de forma equivocada ao pontuar os Guató como um povo que não ofereceu resistência, e sendo assim facilmente dominados. Na verdade, eles criaram sua dinâmica própria, e não necessariamente ela teria que estar vinculada a ações bélicas (OLIVEIRA, 2002).

³⁵ A atual definição da faixa de fronteira foi estabelecida a partir da proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF – 2005), com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério da Integração.

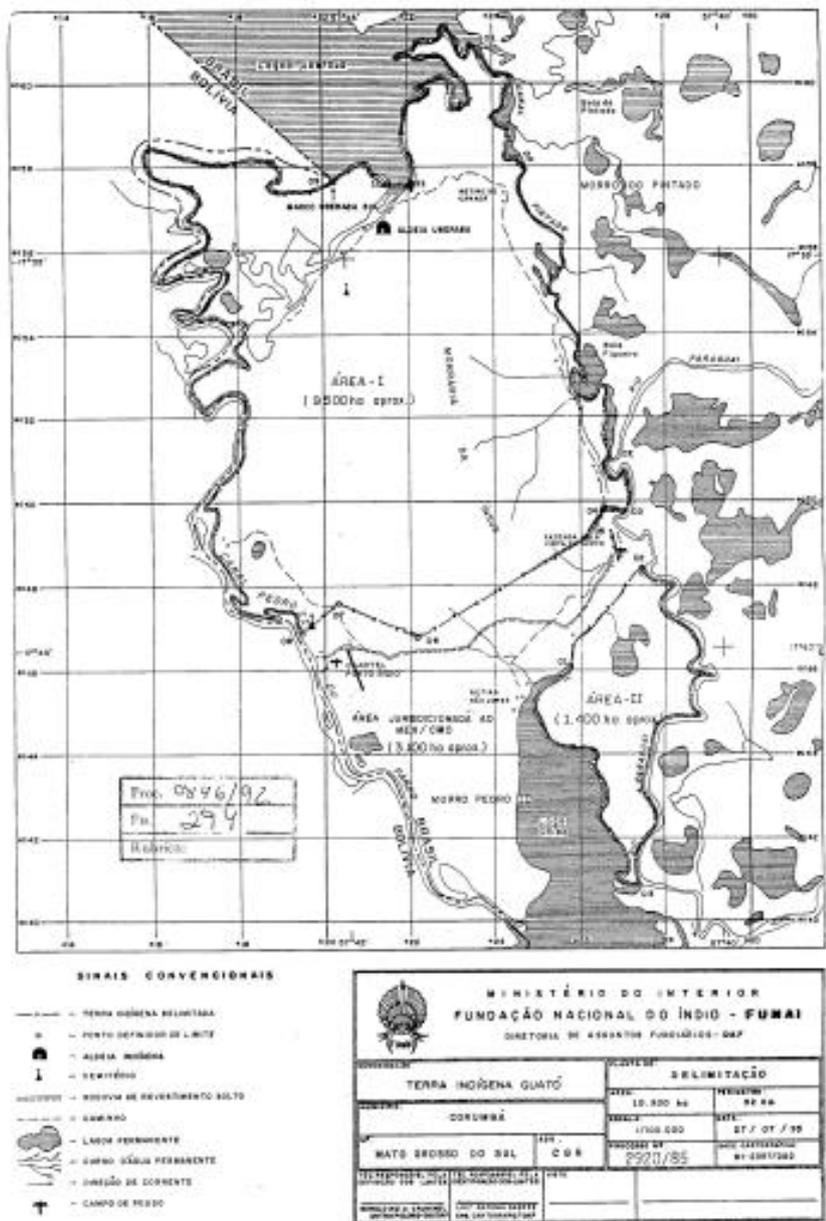


Figura 4 Área de ocupação dos Guató. (Fonte: FUNAI, 1995, p.10).

A imagem acima retrata o território que os Guató ocupam em toda sua extensão, uma região fronteiriça com a Bolívia, banhada por rios e lagoas inseridos no bioma da Pantanal, ao sul do Mato Grosso. Importante pensarmos que a medida que se organizam as sociedades elas têm suas próprias concepções de território. Essas concepções têm significados particulares e isso é válido para os povos indígenas, pois a sua significação depende da percepção que cada sociedade tem da terra e do território em que estão envolvidas (SEEGER,1980).

Um exemplo que podemos ter para que possamos perceber as diferenças entre noções territoriais entre índios e não- índios é a realidade dos Kaiowá:

“Os Kaiowá têm uma noção clara de território amplo ocupado pela etnia. Essa noção de aproxima da idéia de país ou pátria, sendo por eles denominada teta. Lamentam que a demarcação da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, após a Guerra do Paraguai (1864-1870), tenha cortado ao meio seu território. Em consequência disso, quando vão visitar os parentes que vivem do outro lado da fronteira são tratados como estrangeiros mesmo acontecendo quando os Kaiowá que vivem no Paraguai visitam as aldeias do Brasil. Nesse amplo território estavam distribuídas suas comunidades, sempre seguindo o curso dos rios e córregos” (PEREIRA,2004, p.354).

Os povos indígenas convivem e vivem em seus territórios, onde cada grupo estabelece suas ligações e relações em sociedade de forma particular. Esse caso descrito acima se refere aos Kaiowá, mas poderia ser referido de maneira semelhante aos Guató, pois eles também vivem em um contexto fronteiro e viram sua realidade e cotidiano ameaçados e expostos com o advento da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

Os registros sobre as alianças que os Guató mantiveram com os portugueses e brasileiros remontam a partir dos tempos coloniais. Essa aliança ocorreu desde a primeira metade do século XVIII, quando os bandeirantes paulistas descobriram ouro no leito dos rios Coxipó e Cuiabá. Essa aliança durou até depois da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), quando os Guató participaram do conflito bélico ao lado das tropas imperiais.

As alianças estabelecidas entre luso-brasileiros e Guató foram de primordial importância para a anexação da região pantaneira ao Império Português, e posteriormente ao território nacional. Segundo OLIVEIRA, 2012 na prática os Guató funcionavam como muralhas para evitar que povos inimigos, como os Payaguá e até mesmo os espanhóis, atacassem os conquistadores lusitanos e seus aliados na região pantaneira.

Antes da guerra, há muito tempo a Coroa portuguesa já vinha tendo consciência da importância dos variados grupos indígenas com o intuito de defender o território colonial na região fronteira com o Paraguai, estimulando e atraindo assim os nativos para povoarem esse território.

Com a instalação de fazendas de gado na região os Guató e os não índios se aproximaram de forma bem acentuada. Sobre as relações estabelecidas FERREIRA ALVES afirma que:

“Os Guató vivem em paz com seus vizinhos e têm frequentíssimas e amigáveis relações com os nossos viajantes com quem permutam

peles de onça, de bugio, de lontra, cera, remos e canoas por machados, facas, zagaias, panos de algodão, fumo e aguardente” (FERREIRA ALVES, 1905, p.85).

Os Guató prestavam também inúmeros serviços aos não- índios, entre eles um bastante importante era o deslocamento de fazendeiros e viajantes, principalmente nos períodos de enchentes onde esse era o único meio de transporte disponível.

Uma das principais contribuições dos Guató em forma de trabalho era a caça da onça, pois sem ela não haveria a possibilidades de efetiva ocupação e expansão das fazendas no pantanal e nem o desenvolvimento da pecuária (RIBEIRO,2005).

Durante o período da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai houve inúmeros conflitos entre paraguaios e brasileiros e como vimos os povos indígenas também se envolveram, estabelecendo alianças que mais lhe prouvessem e trouxessem benefícios. Sobre a quantidade da população dos Guató no período da Guerra Koslowsky, 1895 relata o que um índio Guató lhe explicou:

“Cuando los paraguayos, en la guerra contra la Tríplice Alianza, tomaran a Corumbá, subió un barco armado hasta es Dorado, punto de las serranias que ligan com la parte Oeste de Laguna Grande ‘La Gaiba’, lugar habitado por los guató desde lo tempos mas remotos. Los paraguayos invitaran a los índios a abandonar esos parajes y trasladarse al Paraguay, em donde recibirían grandes distritos sobre los ríos, y muchas otras ventajas. Los guatós vacilaran y no tomaran resolución alguna por el momento, continuando el arreglo de las condiciones bajo las cuales probablemente aceptarían la oferta. Poco después comprendieron que eran enganosas las proposiciones de los propagandistas y la rechazaron, de lo que resultó lo que siegue: El encargado de los guatós se dirigía diariamente a bordo del buque paraguayo para tratar del assunto, pero como pasaban los días sin que los paraguayos consiguieron nada, estos dudaran de éxito y resolvieron matar el enviado guató. Cuando este al día siguiente se dirigió abordo, lo llevaron á la popa del buque y le mataran a bayonetazos arrojando el cadáver al agua. Los guató supieron este hecho inmediatamente por uno de ellos que se ocultaba em el matorral mientras el outro subía abordo, y presencio el asesinato. La indignación fue grande y decidieron atacar a los paraguayos. Para llevar el ataque com éxito, tuvieron que retirarse aguas arriba hasta los pântanos de Xarayes, por donde passa el río paraguay por um hecho muy agosto, prometendo certa ventaja sbre el enemigo, que tenia que passar á descubierto wntre los matorrales al alcance de sus certeza flechas sin ser descubiertos. La estratagema era buena sólo que los paraguayos no demonstraran deseo alguno em seguir á los guatós hasta esos pântanos, em donde les esperaban muchos males. Los infelices indios quedarán entre las garras de um adversário más terrible: la varuela. Casi toda tribu sucumbió atacada por essa enfermedad” (KOSLOWSKY, 1895, p. 14).

Analisando a citação acima percebemos que o contexto fronteiriço da região em questão, o pantanal, estava sob disputa de brasileiros e paraguaios. Os Guató viviam naquele território e foram persuadidos pelos paraguaios a entrarem em aliança com eles. A demora dos Guató na definição de um acordo com os paraguaios motivou o assassinato de um dos representantes Guató que foi enviado. Rapidamente eles descobriram o assassinato cometido pelos paraguaios contra seu povo.

No mesmo período em que os Guató se preparavam para revidar a morte de um de seus integrantes pelos paraguaios a varíola atingiu grande parte de seu povo. Segundo relato de KOSLOSWKY, 1895 uma grande parte do povo Guató teve a vida ceifada pelo surto da doença.

Após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai uma nova configuração passou a vigorar na região do pantanal:

“Uma outra onda humana estabeleceu-se na região a partir do final da Guerra do Paraguai (1864-1870), quando parte do exército brasileiro preferiu permanecer na área, não retornando à suas terras de origem. Além disso, uma parte dos paraguaios também procurou a região devido a miséria que se estabeleceu em seu país destruído pelo conflito” (SCHUCH, 1995, p.118).

Esses novos habitantes da região aí se estabeleceram com o objetivo de trabalharem em Mato Grosso. Como território fronteiriço houve a ocupação por parte de brasileiros e também de paraguaios que emigraram de seu país de origem no pós-guerra.

A expansão econômica que começou a ocorrer em Mato Grosso após a Guerra do Paraguai foi um dos principais fatores que contribuíram para o processo de espoliação territorial dos Guató.

Conforme AZANHA, 1991 a fronteira com o Paraguai foi abandonada por muitos fazendeiros no momento da guerra. Com o término do conflito, uma boa parte deles retornaram a essa região para partilharem e venderem as fazendas e logo foram ocupadas com a criação de gado bovino.

Após a guerra ocorreu a instalação de uma empresa de processamento de carne e charque, a Brazilian Packing and Cattle Company³⁶. A instalação dessa empresa no território dos Guató os afetou profundamente, já que a ocupação territorial da empresa ocorreu em Descalvado, um dos territórios tradicionais dos Guató.

³⁶ Localizava-se na Fazenda Descalvados em Cáceres no Mato Grosso, às margens do rio Paraguai, foi o principal pilar da indústria do charque e de carne industrializada.

Segundo CORREA FILHO, 1999 nesse período a pecuária era a base da economia do Estado e a empresa tinha uma grande participação no comércio pecuário e de seus produtos. Então com uma política de incentivos o governo concedeu isenção de impostos para facilitar a instalação da Brazilian Packing and Cattle Company.

Sendo assim o governo manifestava pouco ou quase nenhum interesse em saber se as terras indígenas estavam sendo usurpadas ou não, e onde os grupos indígenas passariam a viver e em que condições. O que importava ao poder público naquele momento eram as margens de lucros obtidos através de impostos e não a manutenção ou preservação de um território indígena, que sob a lógica capitalista não oferece lucro algum.

As áreas ocupadas pela empresa de processamento de carne voltaram a ser de posse do Estado no governo de Vargas, na década de 1930. Essas mesmas terras foram distribuídas posteriormente em lotes para pecuaristas, excluindo e prejudicando os povos indígenas do Pantanal.

Ficou fora dessa partilha a Ilha Ínsua, esta continuou sob o domínio da União. Na década de 1950 foi construído na Ilha Ínsua um Forte que abrigou um destacamento do Exército, o Destacamento de Porto Índio³⁷. O interesse do Ministério da Defesa pela ilha pode ser justificado pelo fato da região se tratar de um ponto estratégico na vigilância da fronteira entre Brasil e Bolívia, como nos casos de apreensão de contrabando que são deslocados por via fluvial (AZANHA, 1991).

Para o governo a missão do destacamento é também de manter a unidade territorial do país, por isso a divisão em pequenas facções não muito próximas da sede do destacamento. A presença dos militares na região também se tornou uma espécie de base de apoio por conta da proximidade com a fronteira.

Os Guató alegavam que eles tinham sido nomeados como guardiões das fronteiras políticas da nação, por Candido Mariano da Silva Rondon, na disputa judicial entre a FUNAI e o Exército pela posse da Ilha Ínsua (RIBEIRO, 2005).

A participação dos Guató no processo de demarcação e ressurgimento do seu povo como etnia ocorreu de forma ativa por parte dos seus membros. Um dos líderes do processo de resistência e movimento de reterritorialização dos Guató, Celso Guató lembra das memórias sobre o encontro com Rondon:

³⁷ Encravado em lugar ermo da planície pantaneira, onde se chega apenas pelo ar ou água. Cercado por grandes lagoas (Gaíba e Uberaba) e a morraria da Serra do Amolar, distante 270 quilômetros fluviais da cidade de Corumbá, onde fica a sede do 17º Batalhão de Fronteira ao qual o destacamento militar é subordinado.

“Todos os índios veteranos nos contavam que esta Ilha foi doada a eles pelo sertanista Candido Mariano Rondon. Este que gostava de estar em comunhão com os índios, e para que eles não ficassem desamparados permitiu que estes continuassem morando definitivamente na Ilha” (FERREIRA, S. 1986, p.1 Apud RIBEIRO, 2005).

Através desse discurso e da história de ocupação dos Guató no Pantanal compreendemos que a presença dos Guató contribuiu para confirmar aos brasileiros a posse da região, e posteriormente a definição fronteiriça do território nacional. O local por estar situado em uma faixa de fronteira possui em si um grande valor estratégico nacional.

4.3 Questões culturais

O encontro entre europeus e os povos indígenas ameríndios provavelmente não deve ter ocorrido de forma simples para os grupos sociais envolvidos, pois temos duas visões completamente diferentes sobre o mundo. E com o a colonização ibérica na América houve um grande choque entre culturas tão diversas.

Ao analisarmos os modos de vida e práticas culturais dos povos envolvidos no processo da invasão e colonização da América e dos indígenas americanos podemos observar muitas diferenças nas formas como eles vivem em sociedade. Esses europeus com visões de acumulação de mercadorias, de expansão comercial tem uma grande dificuldade em compreender o modo de vida dos povos que aqui viviam.

Segundo TODOROV, 1999 os povos indígenas não tinham uma organização política e econômica similar a dos europeus, sendo então considerado por eles como seres bárbaros e de uma cultura inferior. Os nativos ameríndios muitas vezes viam o europeu com um ar de divindade, homens tão diferentes e vindo de tão longe, características essas que se encaixavam na mitologia deles, como por exemplo temos os Astecas³⁸

Ao tratarmos sobre a etnicidade em situações extremas de contatos BARTH, 1998 afirma que mesmo nesses casos onde são mantidos contatos intensos os limites culturais dos grupos étnicos se mantêm preservados. Pode ser explicada sua continuidade e persistência por meio das próprias transformações culturais que ocorrem ao longo do tempo. Assim não podemos confundir a história de um grupo com a história de uma cultura, pois temos que a cultura não é estática e as mudanças culturais ocorridas não excluem o indivíduo do grupo ao qual ele faz parte.

“Em suma a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados; e é preciso perceber a dinâmica, a produção cultural” (CUNHA, 1996, p.101).

³⁸ Quando os espanhóis desembarcaram nos territórios astecas (atual México), Cortez e sua tropa foram recepcionados por emissários enviados pelo imperador asteca Montezuma. De acordo com profecias astecas, naquele ano deveria chegar à região o Deus Quetzalcátl, a serpente emplumada. Por isso, nos primeiros contatos entre astecas e espanhóis não aconteceram conflitos, pois os astecas pensaram que os europeus eram deuses. Assim, levaram para eles ouro como presente.

Povos com “culturas diferentes”, também terão “historicidades diferentes”. Complementando esse pensamento sobre a relação existente entre culturas e historicidades temos:

“A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática” (SAHLINS, 1990, p. 7).

Desta forma os grupos indígenas não poderiam ser vistos como personagens exóticos e de cultura estática, estereotipados por uma visão antiga dos outros sobre si. Figura essa do índio com cocar, despido no meio da selva e utilizando arco e flecha e sobrevivendo apenas da caça e coleta. A história e cultura são flexíveis e passíveis de sofrerem mudanças a medida em que são construídas por seus agentes históricos.

No que concerne às relações de produção e conseqüentemente relações de trabalho dos povos indígenas, percebemos que elas diferem bastante do modo de produção dos europeus.

“A produção é uma função doméstica. A família está como tal diretamente engajada no processo econômico e em grande parte o controla. Suas próprias relações internas, como entre marido e mulher, pai e filho, são relações de produção. Os bens que as pessoas produzem assim como a alocação do trabalho são na maior parte das vezes estipulações domésticas: a produção desenvolve-se para atender às exigências familiares” (SAHLINS, 1974, p.118).

A partir da colonização europeia na América os povos indígenas acabaram se envolvendo em novas práticas culturais, geralmente movidos pela coerção, e dessa maneira eles desenvolveram suas próprias práticas de ressignificações culturais e identitárias. A força de trabalho indígena também foi utilizada para o regime de escravidão, os índios eram capturados nas expedições de aprisionamento e levados para aldeamentos, ou quando não já negociados diretamente com os colonos que iam utilizar sua força de trabalho (MONTEIRO, 1994).

Por muitas vezes o encontro entre dois grupos sócio e culturalmente distintos levou a uma errônea concepção de que havia uma superioridade de uma sociedade supostamente mais desenvolvida sobre outra. Essa concepção foi utilizada durante muito tempo para explicar e até mesmo legitimar as ações de povos europeus colonizadores sobre os povos indígenas que viviam na América. Tal pensamento de

uma superioridade europeia perante os povos indígenas pode ser percebida da seguinte forma:

“ Si le niveau intellectuel de la race n'est pas très élevé, il n'est pas non plus d' une infériorité marquée. Malheureusement, là comme ailleurs, l'alcool agit, et sa influence sera, si elle ne l'est pas déjà, le meilleur facteur de dégénérescence et de disparition” (Se o nível intelectual da raça não é muito elevado, ela não é uma inferioridade acentuada. Infelizmente, como em outros lugares, o álcool, agita, e sua influência será, se já não é, o maior fator de degeneração e desaparecimento). (MONOYER,1905, p.158).

A colonização é imposta sobre os povos indígenas e dessa maneira é negado qualquer forma de existência de uma organização indígena seja ela religiosa, econômica e política. Eles eram tidos como povos selvagens e bárbaros que supostamente precisavam da ação civilizatória dos colonizadores. Os jesuítas colaboram nesse sentido, pois a evangelização dos índios tem um caráter civilizatório.

“Na verdade, as sociedades indígenas eram vistas como idólatras e para eles se deveria imprimir a cultura dos civilizados, isto é, dos conquistadores” (OLIVEIRA,2003, p.1).

A religião dos Guató é considerada uma incógnita, mas isso não significa que há uma ausência de práticas religiosas para esse povo, pois para OLIVEIRA, 2002 a religião se constitui como um fenômeno universal.

Em um relato de viagem, MONOYER,1905 afirma que: “Les Guatos sont, du reste, théoriquement convertis au christianisme, sans que cette conversion les a amenés à l' observation d'aucune règle ou pratique”. (Os Guató são, de resto, convertidos teoricamente ao cristianismo, sem que essa conversão os tivesse levado a observação de alguma regra ou prática). De acordo com o comentário do autor os Guató se dizem cristão mas se os são, o fazem na teoria, pois o autor relata não ter observado nenhuma característica ou comportamento que os identificassem com a religião cristã.

Em uma das cartas anuais, sobre os conflitos da Missão no Itatim com o bispo de Assunção e com algumas Bandeiras Paulistas, fica bem notório a participação de alguns Guató na Missão de Nossa Senhora do Taré:

“Era esta reducción la segunda y ultima de esta Mision y la mas nueva y la esperanza de otras, por estar a la vista de varias naciones aunque pequena de gentiles de las cuales ay algunas mas proximamente aptas para el evangelio. La mas cercana es la de los guatós, cuyo primero Pueblo esta como um 14 de distancia, adonde fue enviado el Padre Alonso Arias a ver la disposición de a aquélla gente: y llegando ya el padre por sus tierras y chacaras, como de cosa nunca vista se espantaron las índias y muchachos al principio; aunque después

adonde les caciques trajeron de la outra banda sus canoas para passar al padre y aviándole recibido com mucho gusto y juntándose gran numero, ya por si, con algunas palavras que sabia de su lengua y cláusulas que tenia de memoria les habló com agrado, quitándoles el miedo y recelo a los que los tenían, dándoles a entender que su venida y el deseo que avía de su comunicación, solo miraba a darles conocimiento de Dios su Criador y de su ley, para que no pereciese eternamente sus almas” (CORTESÃO, 1952, P.85-86).

Pela leitura da carta podemos perceber que pela forma amistosa que os Guató trataram o religioso, eles demonstram uma certa facilidade e empatia com a fé cristã. Segundo OLIVEIRA, 2002 devido à falta de compreensão da linguagem, o fato dos índios terem recebido bem os religiosos passou a percepção de que eles estavam potencialmente aptos à conversão cristã.

Uma característica cultural dos Guató observada por MONOYER foi a musicalidade que tal povo possuía:

“Les Guatos ont des notions musicales naturelles et savent tirer un naif parti des instruments qu’ils fabriquent et qui sont copiés sur ceux qu’ils ont vus dans les fazendas. Les cordes, em boyaux de singe, donnent l’ accord harmonique. Le musicien règle lesdits instruments sans avoir aucune instruction musicale. Les jours de fête (et la presence d’ une certaine quantité d’alcool suffit pour les susciter), on danse le ‘courourou’ et le ‘siriri’” (Os Guató tem noções musicais naturais e sabem tirar um uso ingênuo dos instrumentos que eles fabricam e que são copiados daqueles que são vistos nas fazendas. As cordas, tripas de macacos, dão um acorde harmonioso. O músico usa regras instrumentais sem ter nenhuma instrução musical. Nos dias de festa (há uma presença de uma certa quantidade de álcool, o suficiente para fásca), eles dançam o “courourou” e o “siriri”) (MONOYER, 1905, p. 157).

O viajante assume que os Guató possuem dons e habilidades musicais, pois mesmo sem terem os conhecimentos técnicos eles fabricam seus próprios instrumentos e deles tiram suas melodias. Ainda se refere a duas festas típicas do povo Guató, o “cururu³⁹” e o “siriri⁴⁰”. Ainda sobre essas festas do povo Guató o mesmo autor explica que:

“Le ‘courourou’ est une sorte de farandole dans laquelle l’assistance marche em chantant le refrain d’une chanson dont les strophes sont dites par un des chanteus. C’est une mélopée sur trois notes

³⁹ Segundo a revista Eco Tour News essa festa surgida entre os povos indígenas é praticada até hoje pela população da região local, as maiores festas ocorrem em Poconé, umas das sub regiões do Pantanal. Nessas festas há desafios entre diversos violeiros, e tem como objetivo premiar o que tiver o melhor desempenho. A esses violeiros são denominados de “cururueiros”.

⁴⁰ Até hoje existem festejos do siriri, são mais comuns na região metropolitana de Cuiabá e no Pantanal sul, nas cidades de Corumbá, Miranda e Aquidauana.

constantes. Le sujet du chant est le commentaire d' une situation ou d'um fait, et surtout la louange du bienfaieur que leur rend le mauvais servisse de leur offrir l'alcool qu' ils boiront jusqu'à extinction de force et de raison, si raison il y a. Dans le 'siriri', chaque danseur, à tour de rôle, traverse la chaîne formée par les autres em exécutant une série de bond et de figures qui rappellent fort certaines danses des Indiens de l' Amérique du Nord" (O "courourou" é um tipo de dança em que a assistência fica de pé, cantando o refrão de uma canção cujas estrofes são ditas por um dos cantores. É uma melodia sobre três notas constantes. O assunto da canção é o comentário de uma situação ou de um fato, e sobretudo o louvor do benfeitor que lhe faz mau serviço de oferecer álcool, que eles bebem até a extinção da força e da razão, se é que há razão. Na "siriri", cada dança, por sua vez, ao longo da cadeia formada pelos outros executando uma série de saltos e figuras que relembram fortemente certas danças dos Índios da América do Norte) (MONOYER, 1905 p. 157-158).

A cultura como um elemento que é variável, plural e único para cada sociedade, se apresenta também na forma de danças para os Guató. Foi observado pelo viajante dois costumes típicos desse povo, suas danças e cantos.

O etnólogo Max Schmidt iniciou seus estudos sobre os Guató, viajando então para a região em 1901, 1910 e 1928. Nessas viagens ele estabeleceu contato com vários indígenas do Mato Grosso, ele estava na condição de pesquisador do Museu de Etnologia de Berlim. Em suas viagens ele percebeu que os Guató viviam em lugares que supostamente pertenciam a retiros de fazendas. Schmidt relata que alguns Guató chegavam até mesmo a oferecer seus filhos maiores como empregados para os proprietários das fazendas por um determinado tempo. E quando eles retornavam traziam gravados em sua memória o trabalho de boiadeiro que desempenhavam, e assim registravam suas memórias muitas vezes sob a forma de desenhos nas árvores. Para o autor esse era o único tipo de registro que ficava de seu costume passado, pois logo voltavam a viver de acordo com seus usos e costumes.

MONOYER, 1905 passa sua impressão sobre a relação com os Guató e critica o álcool, que eles bebiam até perder a razão e esse era um dos elementos degenerativos dos Guató.

O hábito da ingestão de bebidas alcoólicas não foi iniciado com o contato com os não- índios. Os Guató já manuseavam uma palmeira chamada acuri⁴¹ que após serem fermentadas produziam uma bebida. Max Schmidt nos deixou uma detalhada descrição desse processo:

⁴¹ É uma planta aquática nativa da América do Sul, abundante no Pantanal. Os Guató usavam essa planta no Pantanal para beber sua seiva e também a confecção de esteiras para dormir.

“Cada família possuía seu próprio depósito de palmeiras. (...). Na base superior do tronco, escava-se, por meio de uma concha ou pedacinho de ferro, um orifício, onde se ajunta a seiva. A bebida leitosa e de bom sabor é servida no tronco por meio de um canudo. Dizem que pela manhã ela é ainda mais embriagadora do que à noite. Isto se explica pelo fato de, durante a noite, o líquido completar a fermentação” (SCHMIDT Apud OLIVEIRA, 2002, p. 116-7).

O alcoolismo era prática comum para os Guató e não envolvia apenas os homens, mas também as mulheres. Tal costume foi sendo associado a práticas ritualísticas de danças e evocação dos seus antepassados. Nos momentos de festejos a embriaguez era generalizada, e Schmidt descreve assim a festa chamada “cururu”:

“Assim nessas ocasiões, eles se recordavam dos mortos, experimentam a gratidão para com o anfitrião, homenageiam Eros e os prazeres que ele concede. Ao mesmo tempo agita-se o sentimento de força e de supremacia humana, misturado com amor – próprio ferido e inveja, assim velhas ideias de vingança. Mais um pouco os sentimentos quebram os limites das simples ideias transformando-se em realidade prática, numa confusão indivisível” (SCHMIDT, 1942, p.115).

O viajante e naturalista Júlio Koslowsky, vinculado ao Museu de La Plata, esteve entre os Guató. A maioria dos viajantes estavam mais interessados em obter objetos desses povos indígenas do que observar as suas experiências e vivências culturais. Fato este que foi confirmado pelo próprio Koslowsky quando mencionou a dificuldade que encontrou para conseguir certos objetos, mesmo quando oferecidos em troca, cachaça.

Koslowsky permaneceu por três semanas⁴² junto aos Guató. Durante o período em que ele permaneceu junto aos Guató descreveu alguns dos costumes e práticas culturais desse povo. Um dos hábitos que lhe chamou atenção foi o modo submisso de como as esposas Guató se comportavam com seus maridos. Observou também a exímia qualidade e destreza na caça que os Guató possuíam, eles costumavam guardar crânios de onças ao redor de suas casas, isso funcionava como um sinal de prestígio social.

O Marechal Rondon, em sua passagem por Mato Grosso com o objetivo de entrar em contatos com os povos indígenas, observa sobre o hábito que os Guató possuíam de guardarem crânios. Segundo ele esse costume servia para mostrar a glória deles a outros povos indígenas e aos viajantes (RIBEIRO, 2005).

⁴² A viagem foi realizada em janeiro de 1895.

Uma peculiaridade da linguagem dos Guató que foi notada por Koslowsky, 1895 é o fato deles utilizarem a língua portuguesa com o objetivo de desferir insultos uns aos outros. O idioma indígena Guató não é provido de uma diversidade de adjetivos para tal fim.

A valorização dos anciãos é notada nos mais diversos grupos indígenas, e também entre os Guató. MONOYER, 1905 afirma em seu relato de viagem que os Guató costumavam consultar seus idosos em todas as decisões importantes do grupo. Os mais velhos também desempenham uma função social perante os outros, pois são os responsáveis pela preservação e manutenção dos valores culturais, repassando e ensinando costumes, técnicas de artesanato como o trançado com o acuri ou camalote, lendas e histórias mantidas vivas através da memória (RIBEIRO, 2005).

Na cultura Guató a caça as onças não significavam somente o abate de um animal por necessidades biológicas, mas ele possuía um outro caráter. Significava um rito de passagem. Sendo assim o jovem que conseguisse abater uma onça tinha seu estatuto de homem maduro e apto para contrair matrimônio.

Castelnau em seu relato de viagem em 1943 descreve um encontro com um rapaz Guató de aproximadamente 18 anos, o mesmo estava solteiro, explicou-lhe que não havia casado ainda pois faltava-lhe caçar uma onça.

Percebemos que a capacidade do Guató de derrotar um animal mais forte que o homem confere a ele um certo prestígio social para os que conseguiam realizar tal feito, e isso pode ser bem compreendido no direito a contrair o matrimônio após o rito de passagem (OLIVEIRA, 1996).

A maioria deles já dominava a língua portuguesa e costumava vestir roupas para receber as visitas. Outra característica que marca bem a mudança ocorrida após a intensificação do contato são as zagaias. Esses arpões antes possuíam suas pontas feitas de ossos, e posteriormente aos contatos com os não-índios eles começaram a desenvolverem os mesmos arpões com pontas de ferro. Demonstrando assim uma absorção das práticas metalúrgicas (OLIVEIRA, 2012).

Segundo CASTELNAU, 1949 os Guató passaram a adotar hábitos monogâmicos e ainda costumavam viver permeados por laços de reciprocidade e alianças com seus parentes. Apesar das famílias se localizarem afastadas uma das outras, mantinham contatos e visitas periódicas. “[...] parecendo que essas visitas têm mais um caráter psicológico do que econômico” as visitas serviam mais para reforçar seus laços étnicos,

já que eles não mantinham intensas trocas de mercadorias e práticas comerciais entre si (SCHMIDT, 1942, p. 262).

Cabe observar que as modificações culturais dos Guató narradas por Schmidt se encaixam no que diz CANCLINI, 1998 sobre modificações culturais, pois para ele a cultura é algo dinâmico e está em constante transformação, não podendo ser tratada de forma fixada ou pré-estabelecida.

A agricultura também sofreu mudanças culturais, o que antes era pouco praticada, foi notada com maior desempenho por RONDON, 1949, principalmente as bananeiras. Elas eram cultivadas tanto para consumo de subsistência como também para fins comerciais. Eles vendiam nas pequenas vilas e cidades próximas e também para os que viajavam pela região. Faziam trocas das mercadorias por aquilo que não possuíam ou não sabiam produzir como enxadas, foice, arado e etc.

Quanto à prática da cestaria e cerâmica SCHMIDT, 1942 observou que a cerâmica era feita de um barro rude na cor preto- cinzento, enquanto que a cestaria era feita de entrelaçados com a palmeira do acuri. Dessa palmeira os Guató retiravam suas palhas para outras finalidades como confecção de abanos e cobertura do telhado de suas casas, pois a palmeira propiciava uma sombra contra o forte sol da região pantaneira.

Os Guató serviam suas refeições em panelas e tigelas de barro, de produção artesanal própria. Essa cerâmica era de uma cor preto- acinzentado e com formas bastantes simples. A base da alimentação desse povo se constituía de peixes, caças como jacarés e frutos silvestres, relata SCHMIDT, 1942.

Existia também toda uma organização em relação as refeições e seus participantes, conforme podemos observar através da seguinte descrição:

“Os homens ficam de pé, rodeando o caldeirão, onde enchem as colheres de tempos em tempos. Essas enormes colheres de pau, maguá(a), servem simultaneamente os pratos.

As mulheres sentam- se durante o repasto ao redor de outra panela ou de uma das tigelas em que o preparador da comida despeja o alimento. Elas não comem, como os homens, com as colheres, mas em conchas, maguá(a)” (SCHMIDT, 1942, p. 167)

Os estudos de Schmidt sobre os Guató são bem aprofundados, pois ele enquanto etnólogo se dedicou a descrever e compreender aspectos da cultura Guató. Ele dedicou um capítulo de seu livro **Estudos de Etnologia Brasileira** para descrever também a parte linguística dos Guató, e toda sua estrutura fonética.

“(…) Uma parte, relativamente considerável, do tesouro linguístico guató consiste simplesmente em radicais monossilábicos, colocando-

se o prefixo –ma- geralmente usado. As palavras polissílabas, por sua vez, podem-se afirmar com alguma segurança, são então grande número, compostas de monossílabas, que não exageremos, segundo minha opinião, se admitimos que em todas as palavras polissílabas há realmente um composto de radicais, verificando-se assim que o idioma Guató é em geral uma linguagem monossilábica” (SCHMIDT, 1942, p.204)

Outra pesquisadora que também se dedicou ao estudo da língua Guató e através dela temos uma melhor compreensão da linguagem e cultura dos Guató foi Adair Pimentel Palácio. A autora de **Guató: a língua dos índios canoeiros do rio Paraguai** revela em seu estudo que o idioma Guató é uma língua morfologicamente complexa. Segundo ela:

“A língua é o meio básico de organização da experiência e do conhecimento humano. Quanto à língua, falamos também da cultura e da história de um povo. Por meio da língua, podemos ver um universo cultural, ou seja, o conjunto de respostas que um povo dá às experiências e aos desafios que encontra ao longo do tempo” (PALÁCIO, 1984, p. 68).

Ainda segundo a autora infelizmente essa língua está entrando em declínio, pois uma vez que os falantes desse idioma se reduziram, ela tenderá a ficar no esquecimento (PALÁCIO, 1984).

Vários povos indígenas sofreram um processo de desterritorialização e alguns vêm passando por uma reterritorialização, e isso aconteceu com os Guató. A ocupação tradicional do índio no seu território se refere:

“(…) ao modo tradicional de os índios ocuparem e utilizarem as terras e ao modo tradicional de produção, enfim, ao modo tradicional de como eles se relacionam com a terra, já que há comunidades mais estáveis, outras menos estáveis, e as que têm espaços mais amplos em que se deslocam etc. Daí a dizer-se que tudo se realize segundo seus usos, costumes e tradições” (GONÇALVES, 1994, p.83)

Os Guató continuaram reproduzindo suas principais características culturais mesmo fora dos territórios de origem, inclusive até nas zonas urbanas. E foi posteriormente a esse processo que eles iniciaram sua luta pelo reconhecimento, ressurgimento da etnia e reterritorialização de seus territórios tradicionais. Importante citar que:

“O processo de territorialização não pode ser pensado como uma interação entre um pólo ativo (a administração colonial) e um outro passivo (a sociedade indígena ou um de seus segmentos). As transformações (territoriais, políticas, identitárias e culturais) não são

apenas ‘impostas’ ou ‘sofridas’ pelos indígenas, mas possibilitam também certas iniciativas indígenas, favorecendo determinadas estratégias (em detrimento das outras) no sentido de atualização de sua cultura e de reafirmação de sua identidade” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2000, p. 301).

As políticas de desterritorialização e reterritorialização que os grupos indígenas vivenciaram acabaram por impor uma severa adaptação, na maior parte das vezes bem violenta, de suas culturas e de suas formas de serem. Mesmo com todos esses processos em curso os povos indígenas continuam fortalecendo sua identidade e reconstruindo a sua história. Pois como afirma HALL, 1997

“A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (HALL, 1997, p. 38).

Atualmente os Guató vem passando por um processo de reterritorialização nas suas terras na Ilha Ínsua. Em outras palavras eles estão passando pela reocupação de um dado espaço territorial que anteriormente pertenceu ao grupo. E quando esse fato ocorre traz consigo uma ressignificação cultural daquele espaço para esses povos. Convém lembrar que esse território não pode ser considerado inalterável, já que pode sofrer acréscimos, ampliações e diminuições, conforme seja a necessidade do grupo em questão (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999).

Segundo CUNHA, 1992 a vivência de todos esses processos acaba por tornar mais sólida e forte toda a etnicidade e identidade do grupo que sobrevive a esses eventos históricos. E dessa forma o povo indígena Guató atualmente vive em seu território e de maneira gradativa vão se fortalecendo enquanto grupo e passando seus costumes e tradições ao longo de suas gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os motivos que levaram à guerra e os objetivos dos países envolvidos percebemos que a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai foi resultado do processo de construção dos Estados Nacionais no Rio da Prata, e simultaneamente, um marco nas suas consolidações. Dentro desse contexto a política do Império Brasileiro buscava alcançar três objetivos em relação a política adotada com o Paraguai. Primeiramente foi a questão da navegação do rio Paraguai, de modo que conseguisse garantir a comunicação por via marítimo- fluvial do Mato Grosso com o restante do Império. Em segundo lugar havia o interesse do governo brasileiro em estabelecer e definir as fronteiras entre os dois países, de modo que ratificasse pelo direito internacional a expansão territorial ocorrida desde o período colonial. E por último lugar havia o interesse de conter o avanço da Argentina e suas influências na região do Prata. Pois para o governo imperial havia a convicção de que Buenos Aires ambicionava ser o centro de um Estado que abrangesse o antigo vice-reinado do Prata, incorporando assim o Paraguai, O Uruguai e a Bolívia.

A região Platina era de grande importância para o Brasil, já que o nosso país tinha um especial interesse em preservar e manter os direitos de navegação na região, onde embarcações brasileiras garantiam o acesso a algumas províncias e empreendiam importantes transações comerciais.

A intervenção que o Brasil fez no Uruguai para depor o governo Blanco foi um dos passos fundamentais para que houvesse o processo de desencadeamento da Guerra. O Paraguai interpretou esse ato como uma direta declaração de Guerra e com receio de ser o próximo país a sofrer uma intervenção, resolveu invadir o Brasil através de Mato Grosso por vias terrestres e fluviais.

Essa Guerra onde se uniram Brasil, Argentina e Uruguai em uma Tríplice Aliança contra o Paraguai se arrastou por quase meia década e foi responsável por milhares de mortos e inválidos. Foi também no seu decorrer um grande desgaste econômico principalmente para o Brasil e o Paraguai. O Brasil por ser o país que mais investiu recursos financeiros e humanos para o prosseguimento do conflito, e o Paraguai por ter sido o país derrotado.

A guerra trouxe consequências importantes para os países envolvidos. A Argentina conseguiu depois de longo período de guerra civil consolidar o seu Estado Nacional. Já o Brasil, se enfraqueceu com a guerra e passou a depender quase que

exclusivamente das exportações de café e colocou-se sob a influência dos Estados Unidos da América. O Paraguai saiu derrotado, com a economia em devastada e com uma drástica perda populacional e territorial. Por fim temos o Uruguai, que não teve tanta representatividade militar no desenrolar da guerra, mas que ao fim dela saiu liderado pelo governo Colorado, grupo político aliado aos interesses do Império Brasileiro.

Com o término da Guerra Brasil e Paraguai conseguiram chegar em um acordo que estabeleceu e definiu seus limites territoriais. Foi firmado dessa forma o Tratado de Paz, Amizade Perpétua e Limites de 1872, onde por meio deste foram fixadas as faixas lindeiras de cada país. O governo brasileiro vitorioso conseguiu impelir suas definições territoriais com os limites que já vinham em discussão desde 1844. Impondo sua posição fronteiriça em uma situação vantajosa permitida com a vitória que obteve no conflito armado com o Paraguai.

Uma guerra de tão longa duração envolveu uma logística bastante complexa durante sua realização. Uma grande quantidade de recursos humanos foi utilizada em suas batalhas, em ambos os lados envolvidos, inclusive diversos povos indígenas.

Estudos sobre a participação dos grupos indígenas envolvidos diretamente na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai já vem sendo feitos, e o reconhecimento do seu papel ativo nesse ponto é importante para a compreensão da nossa história.

Estudar os grupos indígenas, sua cultura e tradições, se faz necessário em um país onde sua origem está diretamente relacionada a essa população. Somos todos impactados pelos costumes e hábitos indígenas no nosso cotidiano. Seja o hábito de deitar na rede, a grande quantidade de banhos e os gostos culinários com o uso da mandioca, nas suas formas como a tapioca, ou o milho em suas mais diversas variações. Não há como diferenciar nossa cultura da indígena, nosso país é rico em um sincretismo cultural.

A pesquisa realizada buscou analisar as relações sociais e os impactos da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai sobre os Guató, índios que viviam em um território fronteiriço, no período então em litígio. Os Guató buscaram formar e consolidar alianças com o lado que mais lhe beneficiasse e lhe trouxesse vantagens ou proteção. Atuaram na região do pantanal como guias e foram assediados por tropas paraguaias em busca de alianças no contexto da guerra.

Esse povo assim como diversos outros tiveram uma participação ativa na Guerra, engrossaram as fileiras do Exército Imperial e sacrificaram suas vidas em

defesa de uma região que para eles eram o seu território. Ao fazerem isso estavam movidos por seus interesses próprios e vontades.

Foram analisadas também as relações territoriais que os Guató estabeleceram com sua região, o Pantanal, sua peculiaridade em serem os últimos povos canoieiros que não foram extintos. Pode ser observado o processo de luta pela posse de seu território e as condições que esse povo teve de saber lidar para ressurgirem enquanto etnia reconhecida.

O fato do território ocupado pelos Guató ser localizado em uma faixa de fronteira os colocou em uma situação peculiar, pois no decorrer de sua história estiveram localizados em uma região a sofrerem pressões e interferências seja do lado paraguaio, ou brasileiro. Situação essa que ficou mais evidenciada durante o desenrolar da Guerra.

Nesse panorama se torna fundamental para a manutenção cultural desses povos indígenas e o fortalecimento de sua luta territorial o estudo sobre eles nesse contexto de relações fronteiriças. Entendendo assim o processo de delimitação de nossas fronteiras e as relações sociais com os povos que nela habitam.

O debate sobre o tema não tem como objetivo esgotar as temáticas recorrentes. Ao contrário, a sua pesquisa contribui para que se conheça melhor a realidade de um povo que embora nos documentos oficiais tivesse sido considerado extinto, sobrevive e continua sua luta pela conquista de seus direitos e pelo reconhecimento nacional face às problemáticas enfrentadas ao longo de sua história.

Por fim essa dissertação procurou fazer uma análise sobre a participação indígena, sobretudo os Guató na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, tendo como localização o contexto fronteiriço no qual seu território de ocupação está inserido.

Então dentro dessa perspectiva, espera-se que esse trabalho tenha sido capaz de contribuir para a ampliação do debate sobre a história Guató e agindo de modo que incentive a realização de novos estudos que versem sobre a temática.

FONTES

Conselho Missionário Indigenista- CIMI. O Mapa real das terras indígenas em 1993.

Relatório da Presidente da Província Alexandre Manoel Albino de Carvalho. Ano de 1864. (Disponível em www.crl.edu) Estante 03. Acervo APMT

Registro da Correspondência Oficial entre a Presidência e a Diretoria do Arsenal de Guerra. Ano 1863 a 1869. Estante 08. Acervo APMT

Registro da Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios com a Presidência da Província: Período de 1860 a 1873. R- 037 F-03. Estante 07. Acervo APMT.

Registro das Correspondências Oficiais entre a Presidência e as Câmaras Municipais, Párcos, Bispos, Juízes de Paz, Diretor Geral dos Índios, Administrados do Correio e pessoas particulares da Província. Período de 1862 a 1864 R- 038 F-05. Estante 07. Acervo APMT.

Registro da Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios com a Presidência da Província: Período de 1860 a 1873. OBS: Microfilmado, rolo 37, F-03. Estante 07. Acervo APMT

RONDON, Cândido Mariano da Silva. Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato-Grosso. Rio de Janeiro: CNPI/Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

Secretaria do Governo do Província. Ofício nº 76, Caixa 1867. Acervo APMT.

Praças, e Postos Fortificados, suas vantagens, seu estado. P\ 123 Estante 08. Acervo APMT

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCIOLY, Hidelbrando. **Limites do Brasil: A Fronteira com o Paraguay**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.
- ALMEIDA, Monteiro de. **Episódios históricos da formação geográfica do Brasil**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1951.
- ALMEIDA, Rosely Batista Miranda de. **A participação indígena na guerra do Paraguai na visão de Visconde de Taunay**. Anais da 56ª da Reunião Anual da SBPC-Cuiabá, MT, julho 2004.
- _____, Rosely Batista Miranda de. **A presença indígena na Guerra do Paraguai (1864-1870)**. Cuiabá, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010
- ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso e a história: 1870-1929- ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, nº 61, 2º sem. 1984.
- AMORIM, Luciana. (2003). **Tradução e adaptação: entre a identidade e a diferença, os limites da transgressão**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- ANDRADE E SILVA, José Bonifácio. **Projetos para o Brasil**. Organizado por Miriam Dolhnokoff. Coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro, São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.
- ARAÚJO E SILVA, Margareth. **A identidade étnica da criança Guató da aldeia Uberaba, região do Pantanal**. (Corumbá- Mato Grosso do Sul). Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.
- ARARIPE, Tristão de Alencar; SOBRINHO, Tomás Pompeu. **História da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850**. Fortaleza: Typo. Minerva, 1958.
- AZANHA, Gilberto. **Relatório Guató**. Campo Grande: CEDIN-MS/CII, Fev. 1991.
- BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

- BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTGNAT, P. & STREIFFENART, J. (Org.). Teorias da etnicidade. São Paulo: EdUnesp, 1998. p. 188-227.
- BRANDÃO, Antonio Luiz. **Carta destinada ao Ilm^o e Exm^o Sr. Presidente da Província de Mato Grosso**. Diretoria Geral de Índios, 1872.
- BRAZIL, Maria do Carmo. **Rio Paraguai: o mar interno brasileiro**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2014
- CABEZA DE VACA, Álvaro Nunes. **Naufraágios y Comentários**. 2^a ed. Madrid: Raycar, 1984.
- CAMPESTRINI, Hildebrando e GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Gráfica e Papelaria Brasília Ltda, 1995.
- CANCLINI, Nestor G. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 1998
- CARDOSO, Paulo Alves. Ofício nº 274/85 – AESP. Endereçado ao Assessor – Chefe da AESP. 15 Maio. 1985.
- CARDOZO, Efraim. **Breve História del Paraguay**. Buenos Aires, Eudeba, 1965.
- CASTELNAU, Francis. 1949. **Expedição as Regiões Centrais da América do Sul**. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. Vol. 266-A São Paulo: Cia Editora Nacional. (Coleção Brasileira, II)
- CORRÊA, Valmir Batista. Fronteira Oeste. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.
- CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760)**. Introdução, Notas e Glossário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional – Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952. p. 98-103 (Manuscritos da Coleção de Angelis, II).
- COSTA, Edgar Aparecido da; BASUALDO, Patrícia. **Cultura e Patrimônio na Perspectiva das Fronteiras**. IN: Revista Fronteiras: Conflitos, Integração e Políticas Públicas. Campo Grande: Editora UFMS, 2011.
- COSTA, Natalina Sierra. **Língua e Cultura e Sociedade Guató: universo léxico-semântico da fala indígena**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2011.
- COSTA, Maria de Fátima. **A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII**. São Paulo: Kosmos, 1999
- CUISINIER- RAYNAL, Arnaud. **La frontière au Pérou entre fronts et synapses Ed. Belin**, 2001

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Introdução a uma história indígena**. In: História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

D'ALINCOURT, Luiz. **Resultado dos Trabalhos e Indagações Statisticas da Provincia de Mato- Grosso**. Cuyabá, 1858.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2002.

ESSELIN, Paulo Marcos. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul- mato- grossense 1830-1910**. Dourados: Editora UFGD, 2011.

_____, Paulo Marcos; VARGAS, Vera Lúcia Ferreira . A participação dos indígenas da banda meridional da capitania de Mato Grosso na Guerra do Paraguai. História: Debates e Tendências, v. 15, p. 375-389, 2015.

FERNANDES, João Azevedo. **Selvagens Bebedeiras: Álcool, Embriaguez e Contatos Culturais no Brasil Colonial**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004

FERREIRA ALVES, Joaquim. **Noticias sobre os índios de Mato Grosso**. In: AYALA, S.Cardoso & Simon, F. *Algun Graphico do Estado de Matto-Grosso*. Corumbá/Hamburgo:S.E, 1914.

FERREIRA NETO, Edgard. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 313-328.

FREIRE, Zefirino Pimentel Moreira. **Memoria Militar sobre o rio Paraguay na Provincia de Matto Grosso em 1845**. IHGB, LATA 763, PASTA 11.

GALDAMES, Oswaldo S. **Etnoistória ou história indígena?** Disponível em:<www.planeta.terra.com.br>. Acesso em: 25 ago. 2004

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1988

GOMES, Enrico Diogo Moro. **Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da Serra de Maracaju**. Brasília, 2009. Dissertação (Mestrado em Diplomacia). Instituto Rio Branco. Ministério das Relações Exteriores.

GONÇALVES, Wagner. **Terras de ocupação tradicional: aspectos práticos da perícia antropológica**. In: SILVA, Orlando S; LUZ, Lídia; HELM, Cecília M; (Org.). *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: EdUFSC, 1994.

HAESBART, Rogério. **Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Eduff, 1997.

_____. Rogério. **Identidades territoriais**. In: ROSENDAHL, Z & CORREA, R.L. (Org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HEINSFELD, Adelar. **A geopolítica do Rio Branco: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino**. Joaçaba: Editora UNOESC, 2008.

_____, Adelar. **Pensamento Geopolítico. Da Geopolítica clássica às novas geopolíticas**. Passo Fundo: Clio Livros, 2008.

JARDIM, Wagner Cardoso. **Longe da Pátria: a invasão Paraguai do Rio Grande do Sul e a rendição de Uruguaiana 1865**. Porto Alegre: FCM Editora, 2015.

_____, Wagner Cardoso. **A geopolítica no Tratado da Tríplice Aliança: Brasil, Argentina e Uruguai**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

JUNIOR, Carlos Martins; FERREIRA, Bruno Torquato Silva. **Em defesa da Fronteira Ocidental: O Exército no Antigo Mato Grosso (1870-1914)**. IN: *Estudos Fronteiriços*. Série Fronteiras 2. Campo Grande: Editora UFMS, 2010.

KOSLOWSKY, Julio. **Tres semanas entre los indios Guatós. Excursión efectuada en 1894**. Tomo VI. La Plata: Talleres de Publicaciones del Museo, 1895. (Separata da Revista del Museo de La Plata)

LEVERGER, Augusto. **Roteiro da Navegação do rio Paraguay desde a foz do rio Sepotuba ate a do rio S. Lourenço**. Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typographia de D. Luiz dos Santos, 1862. p. 287-352.

MACHADO, Marco Aurélio de Oliveira; RAMALHO, André Júnior; MORAES, Lourival Monteiro de; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. **Fronteira: um lugar de ambiguidade, conflitos e soluções**. IN: *Revista Fronteiras: Conflitos, Integração e Políticas Públicas*. Campo Grande: Editora UFMS, 2011

MAESTRI, Mario. **Paraguai a República Camponesa 1810 - 1865**. Porto Alegre: FCM Editora, 2015.

MAGALHÃES, Couto de. **O Selvagem**. Rio de Janeiro. Typographia da Reforma. 200 p. Edição fac-símile. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1876. (Coleção Reconquista do Brasil. Vol. 16)

- _____, Mario. **A guerra no papel (1864 - 1870)** Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013.
- MANGOLIM, Olívio. **Povos Indígenas no Mato Grosso do Sul. Viveremos por mais 500 anos.** Campo Grande: CIMI, 1993.
- MARQUES, Adriana Vargas. **Um exército invisível: a participação de indígenas na guerra contra o Paraguai.** Revista Urutagua, nº10. Revista acadêmica multidisciplinar. Departamento de Ciências Sociais – Universidade Estadual de Maringá, 2003.
- MENEZES, Alfredo da Mota. **Guerra do Paraguai. Como construímos o conflito.** São Paulo: Editora Contexto; Cuiabá: Editora UFMT, 1998.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. **Histórico do destacamento federal de Porto Índio.** Disponível em: www.17bfron.eb.mil.br. Acesso em: 28 out. 2016.
- MIRANDA FILHO, Orlando de. **O primeiro tiro: a ocupação do sul de Mato Grosso na Guerra do Paraguai (1864-1870).** Porto Alegre: FCM Editora, 2016.
- MONOYER, E. **Les indiens Guatos du Matto-Grosso.** *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, Paris, 1905, pp. 155 - 158. (Disponível em www.persee.fr/doc/jsa_0037-9174_1905_num_2_1_3695_t1_0155_0000_1). Tradução própria
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NEVES, Márcia das. **A concepção de raça humana em Raimundo Nina Rodrigues.** PUC, São Paulo, v.3, p. 241-261, 2008.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Prog. História, São Paulo (10) dez 1993.
- NUNES, Angel; PADOIN, Maria Medianeira; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (org.). **Dilemas e diálogos platinos: Relações e práticas socioculturais.** Dourados: Ed UFGD, 2010.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites de. **Guató: argonautas do pantanal.** Porto Alegre: Edipucrs, 1996.
- _____, Jorge Eremites de. **A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul.** Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v.6, n.2, p.178-218, 2012.
- _____, Jorge Eremites de. **Da pré-história à história indígena: (re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal.** Tese (Doutorado em Arqueologia) – PUCRS, Porto Alegre, 2002a.
- OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. (Org.) **Território sem limites: estudo sobre fronteiras.** Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

PACHECO DE OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Prefácio de Roberto C. de Oliveira. Rio de Janeiro, EdUFRJ. 1999.

PALÁCIO, Adair Pimentel. **Guatú, a língua dos índios canoeiros do rio Paraguai**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, 1984.

POMER, León. Paraguai: **Nossa guerra contra esse soldado**. São Paulo: Editora Global, 1984.

_____, León. **O surgimento das nações**. São Paulo: Editora Atual, 1994.

PORTO ALEGRE, Maria Silva. **O sentido do desaparecimento**. Pernambuco. Disponível em: <www.ufpe.br> Acesso em: 07 Jan. 2017.

POVOAS, Lenine C. **História Geral de Mato Grosso: dos primórdios à queda do Império**. Cuiabá: 1995, V. I e II.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. **Bastidores da Guerra do Paraguai**. In: Arca revista de divulgação do arquivo histórico de Campo Grande, nº 04, dezembro de 1993.

QUEIROZ, Silvânia. **Revisando a Revisão: genocídio americano a guerra do Paraguai de J.J. Chiavenato**. Porto Alegre: Ed. FCM, 2014.

RAFFESTIN, Claude. **A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira**. Trad. Cleonice Alexandre le Boulegar e Renato Luiz Sproesser. IN: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Marilene da Silva. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados, 2005.

SAHLINS, Marshall . **Sociedades tribais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SCHMIDT, Max. **Die Guatú**. Verhandlungen der Berliner Anthropologischen Gesellschaft. Sitzung vom 15 Feb. 1902, p. 77-89, 1902.

_____. **Resultados de mi tercera expedición a los Guatos efectuada en el año de 1928**. Revista de la Sociedad Científica del Paraguay. Asunción: La Comena, t. 5, n. 6, p. 41-75, 1942a.

SCHUCH, Maria Eunice. **O Índio enquanto etnia: etno-história dos Xaray e Chané**. Estudos Leopoldenses, São Leopoldo, v. 31, n. 143, p. 109-125, 1995.

SEEGER, Anthony. **Os índios e nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras**. São Paulo: Ed Campus, 1980.

SILVA, Giovani José da. **Índios na história e nas fronteiras do Brasil: perspectivas comparadas entre Amapá e Mato Grosso do Sul.** Fronteiras: Revista de História | Dourados, MS | v. 17 | n. 29 | p. 180-201 | 2015.

SILVEIRA, Mauro César. **A batalha de papel: a charge como arma na guerra contra o Paraguai.** Florianópolis: Ed. UFSC, 2009.

SOARES, Álvaro Teixeira. **História da formação das fronteiras do Brasil.** Rio de Janeiro: Conquista, 1975.

SOUZA, Lécio Gomes de. A invasão de Mato Grosso através do eixo fluvial. Revista Militar Brasileira. Ano LI- Nº 4 out-dez- Vol. LXXVIII, 1965.

SUSNIK, Branislava. **Etnología del Chaco Boreal y su periferia** (Siglos XVI y XVII). Asunción: Museo Etnográfico “Andrés Barbero”, 1978.

TAUNAY, Visconde de. **Retirada da Laguna.** Rio de Janeiro: Ed. Typ. Americana, 1874.

TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. **A PRIMEIRA GUERRA DO PARAGUAI: a expedição naval do Império do Brasil a Assunção.** Passo Fundo: Méritos Editora, 2012.

THOMPSON, George. **A Guerra do Paraguai.** Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

TRÍAS, Vivian. **El Paraguay de Francia. El supremo a la guerra de la triple alianza.** Buenos Aires: Crisis, 1975

TRINCHERO, Hector Hugo; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Fronteiras Platinas. Território e sociedade.** Dourados: Editora UFGD, 2012.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro.** 2ª edição. São Paulo: Martini Fontes, 1999.

TORAL, André Amaral de. **Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai.** São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2001.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **A questão indígena na Província de Mato Grosso: Conflito, trama e continuidade:** Editora UFMS, 1999.

VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **A construção do Território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados, 2003.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil.** 10. ed. São Paulo: Edusp, 1981.

VILAR, Pierre. **História e representação.** In: D' Alessio; Maria M. Reflexões sobre o saber histórico. Pierre Villar, Michael Vovelle e Madelaine Reberiox. São Paulo: Unesp, 1998.

YNSFRÁN, Pablo Max. **La expedición norteamericana contra el Paraguai, 1858-1859.** 2 edição. Assunción: C. Schauman Editor, 1988